

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO.  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**ENNE MOREIRA LIMA SOARES**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

São Luís  
2010

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**ENNE MOREIRA LIMA SOARES**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José O. Alcântara Jr.

São Luís  
2010

**ENNE MOREIRA LIMA SOARES**

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO CENTRO HISTÓRICO DE SÃO LUÍS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciências Sociais, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. José O. Alcântara Júnior. (Orientador)**

---

**Prof. Dr. Gamaliel da Silva Carneiro**

---

**Prof(a). Dr(a). Sandra Maria Nascimento Sousa**

Aos meus amados pais  
Regina e Raimundo

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho só foi possível graças ao incentivo da minha mãe, Regina Moreira Lima para que eu priorizasse os estudos como maior referência de vida. À ela, todo meu amor e meu maior agradecimento. Ao meu pai, pela presença sempre fiel em todas as horas sei que posso contar com seu apoio.

Manifesto aqui todo meu carinho aos professores do mestrado, em especial ao professor Dr. José Alcântara O. Júnior, mentor e orientador de toda essa pesquisa, sem ele, a dissertação teria tido contornos bem menores.

Lembro com carinho especial da professora Dra. Maristela Andrade, do professor Dr. Marcelo Carneiro pelas lições de teoria e por me mostrarem a arte do ofício sociológico.

Ao professor Dr. Igor Gastal Grill por me apresentar Pierre Bourdieu e Norbert Elias e assim contribuir de forma marcante para minha formação de mestranda.

Ao professor Dr. Alexandre Correa, minha primeira referência nas pesquisas sobre o patrimônio.

Ao professor Dr. José Francisco Araújo todo meu obrigada pelo incentivo na hora mais difícil da escrita, relendo reiteradas vezes meu trabalho e fazendo suas observações.

Aos amigos da turma 2008.1: Elisene, Rafael Gaspar, Luciana, Socorro, Ariel, Elthon, Nicole e todos os que conviveram comigo e puderam discutir os mais diversos temas, contribuindo para o meu amadurecimento enquanto profissional e enquanto pessoa.

Ao meu irmão Marcus Moreira que me ajudou nas transcrições das entrevistas e montagem dos quadros do trabalho, o meu obrigado e amor fraterno.

À meu irmão Luís Cláudio por correr sempre para mim quando estou ocupada, ao meu sobrinho Gabriel pela chama de infância nas nossas vidas, a minha irmã Fernanda, tia Corina, Marcone, tio Wladimir, tia Antonia, tia Mariene, tia Sonia pelos livros e à minha família de modo geral, que sempre acreditou em mim, sempre me apoiou em todas as minhas decisões e principalmente sempre sentiu orgulho das minhas escolhas.

A todos aqueles que passaram e que marcaram indelevelmente meu coração, meus pensamentos, minha forma de pensar, meu jeito de ser e quem sou hoje. Meu agradecimento sincero e meus votos de igual sucesso ao Pedro, pela vida pretérita e por ter sido alguém que sonhou comigo a conquista desse trabalho.

À Giovana Furtado, que foi uma grande ouvinte e cujos julgamentos de valor me permitiram continuar sendo quem sou por essência.

À Gerlene e Lenize pelas horas de lazer e por me mostrarem que as diferenças são as grandes belezas da vida social.

Aos meus chefes e colegas de trabalho e sua infinita paciência pelas minhas ausências, meu obrigada e minha amizade eterna: João Moreira, João Serra, Ivana Colvara e Odnéia.

À Ana de Castro pela sua paciência infinita e sua competência extrema na finalização deste trabalho. Sem ela, ele não estaria tão LINDO! (risos).

A meu querido Michel pela oportunidade mais bela da minha vida.

Á Deus por me permitir uma vida digna.

Á Deus pelas oportunidades.

Á Deus pela vida.

*“[...] se o seu perto lhe parece longe, os seus longes alcançam as estrelas [...]”*

## RESUMO

Trabalho de pesquisa sobre a Educação Patrimonial no Centro Histórico da cidade de São Luís. A priori, centramos o patrimônio cultural sob a ótica da sociedade contemporânea ocidental, levando-se em conta as discussões sobre globalização e modernidade, de modo a compreender como a Educação Patrimonial aparece como uma estratégia de operacionalização dos bens culturais pelo Estado. Analisamos ao todo 34 (trinta e quatro) documentos, dos quais 25(vinte e cinco) são relatórios e 06(seis) são projetos relativos às primeiras práticas realizadas nos bairros do Desterro e Praia Grande (formadores do Centro Histórico da cidade) nos anos de 2004 a 2006, bem como entrevistas com os gestores dos órgãos do patrimônio tanto nas esferas municipal, quanto estadual e federal para montar um inventário do que se tem configurado na cidade de São Luís enquanto as primeiras bases dessa metodologia denominada educação patrimonial. Além disso, utilizamos ainda entrevistas com os participantes das oficinas no referido período, tanto os idosos quanto as crianças, de modo a tentar coleccionar, numa maior riqueza de detalhes possível, uma pequena contribuição dentro das discussões mais atuais sobre a gestão municipal do patrimônio histórico na cidade de São Luís.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Educação patrimonial. Política de patrimônio.

## ABSTRACT

Dissertation work about the practices of heritage education on Sao Luís historic center. It discusses the cultural heritage over the modernity perspective in order to understand how the heritage education appears as a strategy for the development of cultural public policy. It reviews 34 (thirty four) documents, 25 (twenty five) reports and 06 (six) projects of the initial practices in this city area between the years of 2004 and 2006, considering also interviews with the managers of bureaucracies' heritage institutions, comparing them with the speeches of the participants of the workshops, intending to collect different perspectives over these practices in the city historic center.

Keywords: Cultural heritage. Heritage education. Heritage policies.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Oficina “Brincando com o Patrimônio” – Metodologia – 2005 .....	52
Quadro 2	– Oficina “Brincando com o Patrimônio” – Custo e Avaliação – 2005 .....	53
Quadro 3	– Oficina de Educação Patrimonial “Teatro das Memórias” – Metodologia – 2006 .....	53
Quadro 4	– Oficina de Educação Patrimonial “Teatro das Memórias” – Custo e Avaliação – 2006.....	54
Quadro 5	– Coleção de documentos da FUMPH.....	61
Quadro 6	– Planilha de custos do programa de reabilitação de áreas urbanas centrais, detalhamento e implantação do plano de reabilitação do Desterro .....	91

## SUMÁRIO

	p.
<b>1</b> <b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2</b> <b>DISCUTINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	29
<b>3</b> <b>SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: UMA NOVA – VELHA FORMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO</b> .....	59
<b>3.1</b> <b>Sobre os Instrumentos Jurídicos Normativos</b> .....	73
<b>3.2</b> <b>Panorama da Educação Patrimonial: caso do Brasil</b> .....	81
<b>4</b> <b>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO LUIS: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE SÃO LUÍS</b> .....	84
<b>5</b> <b>CONCLUSÃO</b> .....	101
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	105
<b>APÊNDICES</b> .....	110

## APRESENTAÇÃO

Desde menina costumava atravessar as ruas do Centro Antigo da minha cidade envolta por duas situações muito peculiares e distintas, nas quais duas pessoas puderam encarnar e marcar bem essa polaridade a ponto de moldar esse sentimento conflitivo que passei há alguns estranhar.

Primeiro, pelos passos, sempre apressados, de minha mãe, que nutria um medo quase orgânico por ter que cortar caminho para chegar à Praça Pedro II, local onde trabalhava no Banco do Estado do Rio de Janeiro. E, segundo, pelas idas repentinas no meio da tarde após as aulas de inglês, para um pastel de vento com o tio Wagner, típica figura daquelas ladeiras, que fazia questão de me apresentar para as figuras mais estranhas – naquele momento – para mim: sua companheira de aventuras!

Uma das cenas que melhor pode descrever essas situações é a de uma menina de cabelos escuros, segurando sua mochila e sendo levada pela mão da mãe, que dizia sempre para apertar o ritmo dos passos e fazia mil recomendações ao tio Wagner – seu colega de trabalho, para que não soltasse a mão da sua pequena nem a levasse adentro dos becos daquelas ruas.

Diferentemente das recomendações da minha mãe, tio Wagner nunca me levava para lanche nas proximidades da praça. Sempre caminhávamos com a desculpa de que queríamos outro tipo de lanche que não tinha ali por perto.

Achava tudo muito curioso, pois se eu chegava logo cedo correndo e com medo, sem largar a mão da minha matriarca, por outro lado, as tardes eram sempre mais coloridas. Eu não simplesmente atravessava a rua sem percebê-la.

Minha mãe segurava sua bolsa, afinal ali era um lugar perigoso, como ela costumava dizer. Tio Wagner contava casos de Ana Jansen, do tempo dos escravos. Mamãe apertava a minha mão mesmo que não houvesse muita gente na rua. Tio Wagner parecia me conduzir por aqueles caminhos e becos como se flutuássemos, sem pressa, sem medo, sem hora pra chegar. Era como se fosse um grande labirinto. Nossa! Como ele sabia entrar e sair desse labirinto e não tinha medo!

Minha mãe segurava a sua bolsa e me dizia para apertar o passo. Caminhávamos quase sempre de cabeça baixa, para não tropeçar ou cair naqueles

passos desenfreados e medrosos por entre as ruas de paralelepípedo e de escadarias.

Tio Wagner segurava e soltava vez em quando minha mão. Era como se dissesse que eu estava segura. Me mostrava os passarinhos quase que perdidos no meio da paisagem de azulejos antigos e velhos casarões, cumprimentava aquelas pessoas que cruzavam nossos caminhos e sempre fazia algum galanteio para a dona da lanchonete, mulata de tranças e quadris avantajados, que sempre me dava pé de moleque quando eu ia embora mesmo sem que eu pedisse.

Essas primeiras incursões me fazem perceber hoje, como essas caminhadas nesse espaço foram importantes nesse processo de escolha e mesmo de sensibilização em relação ao meu objeto de estudo. Entender como e porque minha mãe sentia tanto medo e o seu companheiro de trabalho não – ao contrário! – para ele parecia ser um prazer caminhar pelas ladeiras do centro da cidade – foi algo que sempre me motivou, inclusive quando resolvi cursar História na Universidade Federal do Maranhão à revelia de toda a família, que aspirava à estudiosa filha uma carreira no curso de Direito.

Sinônimo de desconhecido, aquele espaço de fato me despertou desde sempre fascínio, seja por ignorância seja por lembranças doces da infância.

Durante a graduação, freqüentar o *Reviver*<sup>1</sup>, foi se tornando um hábito inusitado dentro da minha rotina; em princípio, um misto de receio e preocupação nunca me permitiram encará-lo como mais um lugar qualquer.

A sensação que tinha me remetia às conversas de infância, nas quais meus avós geralmente se referiam àquele espaço como inadequado ou mesmo inapropriado para “moças de família” e, sobretudo pelos passos apressados com minha mãe me fizeram estranhar o gosto dos amigos por tomar aquele lugar como espaço para diversão. Cresci envolta num imaginário muito peculiar que tomava o bairro da Praia Grande a partir de uma perspectiva negativa.

Essas impressões de meus pais e avós podem ser melhor explicadas se pensarmos, apenas para uma questão de situarmo-nos no tempo e espaço, que, pelos anos de declínio econômico em fins do século XIX, aquele espaço, antes

---

<sup>1</sup> Reviver é o nome do Projeto de Restauo e Revitalização do Centro Histórico de São Luís, idealizado a partir da década de 70. É comum observar que os moradores de São Luís, de uma forma geral, se refiram à Praia Grande como Reviver. Isso, em grande parte se deve à sua retomada em 1994, pelo governo de Cafeteira, que contou com uma propaganda maciça sobre o Projeto e que priorizou especialmente o bairro da Praia Grande, com a transferência da Administração Pública para o bairro.

cenário de apogeu e riqueza (com a cultura do algodão), acaba sucumbido aos anos posteriores pela crise econômica que afligiu todo o Estado e transforma-se historicamente – considerando-se obviamente outros elementos históricos e conjunturais – em abrigo do baixo meretrício, da vadiagem, de reduto dos negros forros e dos mulatos sem prestígio.

Sobre essa “mudança” em relação ao espaço do Centro Histórico, Frederico Burnett (2009, p. 1) explica que, com cerca de 1000 (mil) edificações de interesse cultural, a área de proteção federal, que compreende o núcleo original da cidade e sua expansão no sentido sul, se caracteriza pela arquitetura colonial portuguesa e apresenta desde a década de 1950, em função das mudanças nos vetores de crescimento econômico do Estado, esvaziamento das atividades produtivas e, como conseqüência, abandono das edificações históricas pelos seus proprietários.

Ainda segundo Burnett (2009, p. 2), o surgimento de novos pólos de crescimento na cidade provocou o clássico exemplo de modificações de uso e de funções no processo de crescimento das áreas centrais brasileiras. Com a saída dos comerciantes de grande porte, com suas lojas, depósitos e residências do tradicional bairro da Praia Grande, vieram ocupar pensões, oficinas, cortiços das classes menos favorecidas, o que levou a um progressivo arruinamento dos serviços urbanos de infra-estrutura.

De imediato, o relaxamento do policiamento da área, facilitou a permanência de uma criminalidade, que junto com a prostituição reforçou uma má-fama disseminada na cidade.

Hoje, o único contraponto a estas zonas de deterioração do bairro são as áreas residenciais do Desterro e do Portinho e as funções administrativas nos três níveis de governo, que ocupam significativa parcela do acervo tombado, ao lado de serviços dedicados ao turismo, no entanto, ainda é baixa a densidade habitacional do espaço, o qual por sua vez, não representa nenhuma movimentação econômica significativa, sendo o abandono a maior ameaça ao patrimônio edificado, alvo dos maiores e significativos investimentos pelo Estado.

Assim, a geração concebida a partir de referências negativas e de um passado saudosista (até mesmo imaginário!), que se passa a cultuar no início do século XX (LACROIX, 2002, p. 12) parece ter sido o berço no qual as gerações de meus avós e pais vão sendo educadas, socializadas.

Reflexo desse imaginário seria as caminhadas sempre apressadas ainda menina com minha mãe, pois “ali é perigoso” dizia ela sempre quando precisávamos cortar caminho por adentro do *Reviver* para chegar à Praça Pedro II.

Por outro lado, era colocada pela figura do boêmio, mulato de bigodes grandes que me levava pela mão para lanchar “o que quisesse” dentro desse mesmo espaço a partir de outra referência. O “cara” popular e muito conhecido pelos moradores daquelas ruas tão misteriosas até então para mim. Sempre que eu saía da aula de inglês ia correndo para o trabalho de mamãe e lá estava ele: “Vamos lanchar hoje Enne?”

Acho que a minha empolgação não era bem pelo lanche, mas pela aventura de passear nas ruas “perigosas”, “desconhecidas”, “diferentes”. O encantamento de menina parece ter se prolongado à idade adulta e permitiu que dentre outras questões, me fizesse caminhar para uma linha de pesquisa social buscando os contornos que me permitiriam compreender muitos desses porquês.

Porque para minha mãe aquele espaço era relacionado ao imaginário do medo enquanto que para seu colega de trabalho aquele espaço era sinônimo de diversão?

Considerando-se não apenas as diferenças de gênero, mas levando-se em conta a própria questão histórica e cultural subjacente: o que era afinal esse espaço?

Essas recordações de infância talvez ilustrem e expliquem como eu me sentia alguns anos depois, quando ouvia as recomendações infinitas de minha mãe para que segurasse direito a bolsa, de que não sentasse sozinha em mesa de bar e muito menos fosse sozinha para o *Reviver*, que afinal, após alguns meses de universidade, descobri ser o bairro da Praia Grande, e que *Reviver* era o nome de um Projeto lá realizado.

As colegas de curso, desejosas por um cachorro quente ou uma cerveja foram as primeiras companhias que me levaram a freqüentar quase que diariamente as Ruas Portugal, o Beco Catarina Mina, e muito embora minha mãe ainda se preocupasse, eu passei a transmitir minhas novas impressões<sup>2</sup> para ela, que aos poucos, justificava o meu gosto em freqüentar a Praia Grande pelo fato de eu cursar

---

<sup>2</sup> Aqui me refiro a um olhar de *estranhamento*, a esse acionar do meu *habitus* (história de vida incorporada), nos moldes dos termos desenvolvidos por Bourdieu em *O poder simbólico* (2007), sobre essa entrada em um espaço distinto, no qual eu estava cheia de pré-noções.

História. O estudo era o viés de legitimidade que parecia fazê-la compreender o porquê eu e minha turma íamos sempre para o mesmo lugar toda semana.

Em parte, as justificativas dadas pela minha mãe são reais. No quarto período do curso de graduação em História, no ano de 2003, fiz uma disciplina chamada Problemas Sociais contemporâneos: o Patrimônio Cultural e a Modernidade, com um professor recém doutorado àquela época, na área de conhecimento relativa aos estudos sociológicos do patrimônio histórico, Alexandre Fernandes Correa.

Essa disciplina acabou se constituindo numa referência primeira à minha forma de perceber aqueles espaços tomados como patrimônio cultural da cidade e da Humanidade e ao mesmo tempo, completamente marginalizados ou desconhecidos por mim e minha família.

A disciplina me fez por em questão o meu próprio desentendimento, desconhecimento e ignorância diante do porque tais lugares eram colocados como ícones da identidade da cidade.

Assim, tais reflexões me permitiram encarar uma nova série de inquietações que apareciam com as novas leituras e provocações feitas pelo professor<sup>3</sup>.

Dessas reflexões realizei um trabalho de monografia tomando por objeto o Primeiro Programa de Educação Patrimonial no Desterro – bairro pertencente ao Centro Histórico de São Luís, realizando um estudo histórico do projeto Viver o Desterro.

Como todo trabalho monográfico, há uma série de implicações de um primeiro estudo científico. Inicialmente, elegi nesse exercício crítico, os conceitos de Patrimônio Cultural, Cultura e Memória Social para entender como a Educação Patrimonial, sustentada – pelo menos em primeira análise – por um discurso de legitimação de um patrimônio histórico da cidade e da humanidade,<sup>4</sup> embasado nessa tríade estava aparecendo como um problema sociológico pertinente.

Dessa primeira incursão na temática, membro do Grupo de Pesquisas da Memória e do Patrimônio desde 2004 e após participar do I Fórum Temático sobre

---

<sup>3</sup> Professor Dr. Alexandre Fernandes Correa, associado da Universidade Federal do Maranhão - Departamento de Ciências Sociais.

<sup>4</sup> Em 1997, a cidade de São Luís é agraciada com o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pelo maior conjunto arquitetônico preservado em seus casarões centenários nos bairros do seu centro Histórico.

Paisagem e Cultura, promovido pelo grupo de Pesquisas, ministrado pelo Professor Dr. Alexandre F. Correa, que trouxe nomes de destaque nas maiores universidades do país, Unicamp (Universidade de Campinas) e PUC/SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) como as professoras Olga Von Simson e Marilda Checcucci, ambas pesquisadoras renomadas dentro das pesquisas acerca da História Oral, Cultura Popular e Estudos sobre a Memória e Paisagem, me fizeram buscar uma ampliação das minhas pesquisas e interesses.

Assim, ingressei em 2008 no mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão, com o pré-projeto sobre as Práticas de Educação Patrimonial realizadas no bairro do Desterro *o Viver o Desterro* e o *Teatro das Memórias*.

No entanto, com o desenrolar das disciplinas assistidas durante o curso referido, o recorte empírico tendeu para outra perspectiva: É inegável que debruçar-se sobre as teorias sociais e seus métodos nos fazem por a prova todas nossas imaturas aspirações, que aos poucos, parecem ir se complexificando e ganhando contornos próprios.

Dessa forma, ao realizar um levantamento bibliográfico do tema para entender como este se constitui de interesse para as Ciências Sociais, durante o curso me percebi refletindo não mais apenas sobre as várias definições acerca do que é e como se constitui a idéia de educação patrimonial enquanto tal na cidade, mas quais as outras relações que podem estar subjacentes e implicadas a partir dessas mesmas conceituações e justificativas.

A partir daí essas perspectivas ganharam novas dimensões. Os contornos do meu trabalho, como pressupunha no pré-projeto em investigar a eficácia das ações e práticas relacionadas ao *ensino-aprendizagem*<sup>5</sup> vinculadas ao Patrimônio Cultural de nossa cidade, ganharam uma perspectiva no sentido de aferir e problematizar sobre como essas mesmas práticas e ações se realizaram, como estão sendo gestadas, concebidas e realizadas dentro da cidade de São Luís, em destaque, no Centro Antigo de São Luís (Praia Grande e Desterro).

Assim, a pesquisa aconteceu com a orientação inicial do prof. Dr. Alexandre Correa em 2008, seguindo a mesma linha do trabalho de monografia.

---

<sup>5</sup> Termo trabalhado por Silveira e Bezerra (2007, p. 7) para se referir à metodologia de educação patrimonial como ferramenta de uma política de gestão do patrimônio cultural, pautada na alfabetização cultural dos indivíduos em torno de seus bens identitários.

Ocorre que, a orientação deste estudo, em março de 2009, ficou sob tutela da prof. Dra. Maristela Andrade e finalmente após a pré-qualificação, realizada em junho de 2009, o prof. Dr. Alcântara assumiu a responsabilidade de conduzir as linhas de orientação da pesquisa.

As mudanças de orientação contribuem para ampliar as perspectivas sob o objeto, em alguns casos, a dificuldade de rearranjar as idéias influencia no processo de composição do objeto de estudo, por outro lado, as diferentes visões podem nos permitir vislumbrar detalhes outros que em primeiro momento talvez tivessem passado despercebidamente.

No ano de 2009, pudemos realizar finalmente o trabalho empírico – já iniciado em pequenos momentos na disciplina de metodologia científica em 2008 com idas para exercícios de observação empírica e descrição, bem como com a realização de entrevistas semi-estruturadas e a participação de atividades relacionadas à temática em dezembro de 2008.

Cabe assim ressaltar que o presente trabalho ambiciona, dentro de suas limitações, contribuir para as atuais discussões sobre o patrimônio cultural na cidade de São Luís, tomando como recorte, os anos de 2004 a 2006, por se configurarem como os anos da adoção das primeiras práticas da metodologia de Educação Patrimonial em seu Centro Histórico, bem como refletir como a gestão municipal vem sendo desenhada na cidade a partir da introdução das oficinas educativas somente 7 anos após a aquisição do título de patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

## 1 INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural, enquanto categoria de análise sociológica tem sido o mote de uma série de ações, não apenas acadêmicas, como objeto de reflexão social e científica, mas sobretudo de políticas culturais, sociais e econômicas que perpassam sua própria legitimação enquanto bem simbólico de uma dada comunidade ou sociedade, constituindo-se como ícone identitário de uma dada representação, no tempo e no espaço historicamente construído.

Sob a perspectiva de compreender como se dá a operacionalização dessas políticas ou ações sobre os bens culturais imóveis constituídos como ícones da cidade de São Luís, especialmente a partir de 1997 quando a cidade recebe o título de patrimônio da Humanidade pela UNESCO, relacionamos todas aquelas denominadas de Educação Patrimonial pelo Estado.

Selecionamos, através da análise de 34 (trinta e quatro) documentos oficiais, dos quais 25 (vinte e cinco) são relatórios de preparação de projetos, monitoramento e acompanhamento e avaliação de oficinas de educação patrimonial, 01 (um) é impresso de veiculação pública, 06 (seis) são projetos dentro do programa de reabilitação urbana desenvolvidos nos bairros do Desterro e Praia Grande.

Todos os documentos foram cedidos pela FUMPH (Fundação Municipal do Patrimônio Histórico) e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e são relativos às primeiras práticas dessa metodologia realizadas na cidade de São Luís nos anos de 2004 a 2006.

Utilizamos ainda, entrevistas com os representantes dos órgãos de gestão do Patrimônio Cultural (órgãos institucionais da Administração Pública) nas esferas municipal (FUMPH), estadual (DPHAP, Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Paisagístico do Maranhão) e federal (IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Tivemos a oportunidade de fazer observação *in loco* de algumas dessas oficinas durante os anos de 2004 na abertura e encerramento do Projeto Viver o Desterro, o primeiro projeto de Educação Patrimonial realizado na cidade de São Luís.

Assim, no ano de 2009, fomos atrás dos participantes das oficinas e conseguimos localizar 11 (onze) pessoas das 40 (quarenta) que compuseram o

primeiro grupo de alunos do projeto, que teve sua continuidade com o Teatro das Memórias e o Reinventando o Desterro.

Esse contato com os moradores do Desterro, participantes dos projetos acima mencionados, me permitiu confrontar em alguns momentos o que os gestores me diziam sobre as experiências das oficinas com a experiência vivida por quem participou efetivamente dos trabalhos.

Desse modo, como problema de pesquisa, buscamos entender como a definição de patrimônio cultural aparece nessas práticas, bem como discutir se elas mesmas são estratégias de operacionalização do Estado sobre o patrimônio cultural na tentativa de se consolidar uma política patrimonial na cidade de São Luís.

Tomamos por pressuposto, portanto, que essas práticas de educação patrimonial podem ser entendidas como mecanismos de gestão do patrimônio cultural pelo Estado.

Para entender de forma mais qualificada as terminologias presentes no trabalho, iniciamos nossas argumentações a partir da discussão sobre globalização e modernidade, valores moldados no desenvolvimento da sociedade contemporânea ocidental e sob os quais a égide do patrimônio cultural vem sendo pautada. Num segundo momento primamos pela análise de documentação, investigando a perspectiva oficial da gestão patrimonial bem como levando em conta a experiência vivida, narrada pelos participantes das oficinas, de modo a perceber o processo de imposição ou de legitimação de um conceito de patrimônio cultural pelo Estado.

Nessa investigação dos documentos nos debruçamos em descobrir inicialmente, qual o conceito de patrimônio tem situado as práticas de Educação Patrimonial, que consistem na realização de oficinas arte-educadoras com crianças e idosos, nas áreas do centro histórico da cidade de São Luís.

Buscamos discutir se o patrimônio cultural se resume apenas à sua materialidade no que tange a efetiva mobilização de investimentos por parte dos governos, na medida em que os espaços físicos e os restauros de imóveis sempre vieram como estandarte das políticas preservacionistas nacionais do patrimônio histórico e artístico nacional, defendidos pelos órgãos da Administração Pública, qual sejam municipal, estadual e federal, ou se afinal, este pode ser entendido para além da sua concretude de pedra e cal.

Desse modo, pensamos: A Educação Patrimonial é uma estratégia de preservação e uma ferramenta de gestão do Patrimônio Cultural na cidade de São Luís? Essa é a pergunta central do nosso trabalho.

Para compreender melhor os espaços locais, através de uma análise sociológica sobre a gestão municipal do patrimônio cultural na cidade de São Luís, quando do início da adoção destas práticas, nos anos de 2004 a 2006, os quais obtivemos acesso a documentos oficiais, conforme descritos anteriormente, (ao todo 34), sendo cedidos pelo município (FUMPH) e pelo órgão federal (IPHAN), decidimos contextualizar tal período com as práticas de educação patrimonial no Brasil, tomando por foco comparativo-analítico o município de Muqui no Espírito Santo, escolhido aqui por ser uma referência nacional segundo o próprio IPHAN em seu web site [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br), por adotar há mais de 10 (dez) anos a metodologia de educação patrimonial importada pelo Museu Imperial na cidade de Petrópolis no Rio de Janeiro.

Os objetivos do presente trabalho são aferir como e se a educação patrimonial aparece como ferramenta de gestão do patrimônio cultural na cidade de São Luís. Como é realizada e pensada dentro da perspectiva de uma política de patrimônio e se vem ganhando espaço nas cenas de interesse da administração pública na cidade.

Escolhemos o centro histórico, justamente, pela relevância patrimonial dada pela Administração Pública dentro da cidade, do Estado e a nível nacional e global, com a aquisição do título de Patrimônio da Humanidade cedido pela UNESCO em 1997. Esclarecemos ainda a escolha da Fundação Municipal por esta apenas ter sido instituída no ano posterior a eleição de São Luís como patrimônio da humanidade e por estar diretamente vinculada aos primeiros projetos de educação patrimonial realizados na cidade.

Dessa maneira, primaremos por um enfoque no que diz respeito ao entendimento do termo educação patrimonial e como é posto em prática na cidade a partir do ano de 2004 quando a então Coordenação do Patrimônio Histórico da Fundação Municipal de Cultura, inicialmente instituída em 1998, um ano após a aquisição do título de patrimônio da humanidade da cidade de São Luís, pela UNESCO, começa a buscar maior autonomia para captar recursos, vez que sua pasta orçamentária vinha dividida com outras prioridades na Fundação de Cultura.

Essa coordenação passa por um processo de modificação em sua estrutura e ascende à condição de atual Fundação Municipal do Patrimônio, desvinculada da Fundação Municipal de Cultura.

É nesse ano também que acontece uma série de restauros, em especial o da Igreja do Desterro por impulso do IPHAN e no qual se inicia o programa de revitalização urbana do bairro do Desterro promovido pela instância municipal.

Desse modo, o recorte se justifica pela concentração de marcos institucionais no período e pela concentração dos programas denominados de Educação Patrimonial no bairro.

O ano de 2006 encerra a coleção de documentos que selecionamos para pesquisa, por conter nos registros o intervalo de tempo para avaliação e repetição dos projetos (oficinas) desenvolvidos a partir de 2004 e quando se dá a reorganização de novas atividades.

Há que se destacar ainda, a dificuldade de acesso junto ao IPHAN na obtenção de maiores detalhes e mesmo na aquisição de documentos. Em relação à FUMPH, sempre fomos bem recebidos. No entanto, em razão da mudança de governo na prefeitura, passamos vários meses aguardando o término de auditorias sob a incerteza inclusive sobre a continuidade ou não da própria fundação na nova gestão municipal.

Na 3ª Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o que vemos é uma concentração nas mãos da Superintendente Kátia Bógea de todo e qualquer assunto relacionado aos programas de Educação Patrimonial, ficando quase que inviável uma pesquisa sem a colaboração real do órgão.

Cabe ressaltar, que a Superintendente justifica a centralização dos programas sob sua tutela até que o processo judicial que trava com um professor da Universidade Federal do Maranhão pela nomenclatura de um dos Projetos<sup>6</sup> seja definido. Esse resguardo de informações acaba contribuindo para mostrar que o patrimônio parece ser tateado nos melindres das relações políticas, fragilizadas pelas disputas entre os próprios órgãos em busca de recursos, prestígio, demarcar

---

<sup>6</sup> O programa de Educação Patrimonial Teatro das Memórias, inicialmente desenvolvido em continuidade ao primeiro programa de educação patrimonial (assim denominado, por estar baseado no Guia de Educação Patrimonial de Maria de Lourdes Horta (1999) cedido pelo IPHAN) realizado na cidade de São Luís, no bairro do Desterro, foi resultado de uma parceria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico (FUMPH) e direcionado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Viver o Desterro, acabou indo parar nos tribunais pela posse e registro do nome Teatro das Memórias, entre os idealizadores e gestores do projeto.

espaço, poder, territorialidade, influência que se fazem perceber não apenas nas ações das instituições (na figura de seus gestores, que ocupam cargos em comissão, de nomeação política), mas nos próprios agentes que tomam esses bens culturais, simbólicos sob diferentes perspectivas, seja territorial, seja econômica, seja enquanto ícone de diferenciação e status social.

As inferências empíricas do nosso trabalho foram colecionadas através de insistentes idas ao IPHAN e à FUMPH durante um ano de pesquisa. No tocante à seleção dos documentos, primamos por fazer uma triagem daqueles que eram denominados Educação Patrimonial inicialmente e em seguida separá-los por tipo (relatórios de preparação e monitoramento, projetos, minutas, folder de divulgação pública etc).

Após colecioná-los: brochuras de divulgação pública, panfletos, relatórios de preparação de oficinas, relatórios de preparação de palestras e seminários, minutas dos projetos de revitalização urbana do Desterro e do bairro do Diamante, Teatro das Memórias e Viver o Desterro, relatórios de realização de oficinas, relatórios de realização de seminários e palestras, bem como atas de reunião de monitoramento das atividades realizadas no Desterro, decidimos separar a documentação por ano e observamos que o ano de 2005 foi o ano que concentrou maior número de registros envolvendo os documentos que aqui listamos.

Assim, decidimos por separar os documentos acessados entre 2004 (por ser o ano em que a FUMPH ganha *status* de Fundação e separa-se da Fundação Municipal de Cultura e ano em que se realiza o primeiro projeto de Educação Patrimonial na cidade, o Viver o Desterro), 2005 por ser o ano de continuação desses e de outros projetos na mesma área em foco, o Desterro e a Praia Grande, bem como 2006, ano no qual os registros evidenciam uma continuidade e avaliação dessas primeiras práticas.

Sendo assim, após colecionarmos todas as evidências possíveis fornecidas pela Fundação e pelo próprio IPHAN, decidimos ir ao DPHAP, órgão estadual para tentar obter acesso sobre as investidas do governo do estado no tema.

Qual foi minha surpresa quando soube, por informação da própria Superintendente do órgão, senhora Margareth Figueiredo, que o Estado, na figura do DPHAP não se ocupa com programas relacionados à preservação, mas tão somente, fiscalização.

A partir daí, achamos um *prato cheio*, para o que vínhamos farejando. A preservação do patrimônio cultural afinal não encontra subsídios dentro de uma política cultural hierárquica entre as instituições, mas sim, reflete-se nas decisões dos representantes gestores de cada órgão, que, em suas entrevistas como mais adiante poderemos analisar, não tem um conceito sobre preservação para além de um fim em si mesma, vazio, petrificado, que não contempla sua íntima relação com a cultura ou com as relações que se estabelecem nas cenas cotidianas das pessoas que ali moram, vivem, trabalham, convivem.

Ou seja, embora caiba ao IPHAN liderar as políticas patrimoniais, o governo do Estado reserva-se numa condição de fiscalizador, sem, no entanto demonstrar a partir de quais princípios e elementos pauta sua posição em relação àqueles patrimônios, revelando, como mais adiante iremos abordar, uma concepção de preservação confundida com reparo e rearranjo físico, enquanto o município, somente após a aquisição do título de patrimônio da humanidade pela UNESCO é que institui mecanismos de gestão do patrimônio - ou do título?! - e passa cada vez mais a buscar estratégias de operacionalizar esses bens, seja para dar materialidade à sua própria existência enquanto órgão, seja para impor uma política patrimonial através de programas de revitalização urbana, que envolvem diretamente os espaços físicos e os patrimônios imóveis da cidade.

A partir daí, decidimos procurar diretamente os representantes dos órgãos, nas esferas municipal, estadual e federal para nos familiarizar melhor com a administração pública. Nesse momento, ao tentar agendar encontros, fui surpreendida com pedidos de encaminhamento antecipado das perguntas que eu faria.

Decidimos, pois, como melhor estratégia para nos aproximar, elaborar um questionário e encaminhar conforme foi solicitado.

Nos horários marcados nos deslocávamos e algumas vezes, em especial no IPHAN, precisava retornar novamente, pois acontecia que éramos “esquecidos” ou mesmo remarcados sem aviso prévio.

O fato é que, a Superintendente Kátia Boguea acabou não nos concedendo uma entrevista direta nem nos forneceu resposta ao questionário encaminhado oportunizando uma agenda de compromissos que a impossibilitaram de colaborar.

Para driblar essa dificuldade, fui atrás do jornal O Imparcial, de junho de 2009, na qual a Superintendente do IPHAN, Kátia Boguea concede uma pequena entrevista sobre os casarões do Centro que estão se deteriorando e servindo como estacionamentos irregulares sem a devida preocupação por parte dos órgãos fiscalizadores e sobre como o IPHAN tem se pronunciado na cidade na condução das políticas nacionais para o patrimônio histórico.

Quando oportunizamos uma entrevista com os outros gestores, apesar de gravarmos as conversas com a devida autorização antecipada, eles já tinham em mãos os questionários, já que nos foi solicitado que encaminhássemos antecipadamente, além disso, tivemos o entrave do tempo reduzido, mas uma boa recepção por parte da FUMPH e do próprio DPHAP.

Como metodologia, portanto, a pesquisa empírica se desenvolveu de forma direta no campo, isto é, na conversa com os participantes das oficinas moradores do Desterro, com os representantes de cada órgão da Administração Pública instituído para a gestão do patrimônio cultural, bem como de forma indireta, com a pesquisa de documentação nos arquivos cedidos pela FUMPH, no uso de uma terceira pessoa numa tentativa de agendar uma entrevista com a gestora do IPHAN, o que acabou sendo em vão, bem como de observação *in loco* de algumas atividades, como a realizada no dia 06 de dezembro de 2008 (dia do Patrimônio, comemorado no Museu Histórico e Artístico do Maranhão) nas dependências do MHAM pelo Teatro das Memórias, além de ter tido a possibilidade de realizar o passeio pelas fontes e igrejas da cidade durante a Feira do Livro realizada meses antes no mesmo ano, pelo projeto Caminhos de São Luís, deveras mencionado como uma atividade de educação patrimonial pela FUMPH.

Além disso, tive a oportunidade de na minha monografia estudar o projeto Viver o Desterro, de co-autoria do meu orientador na época, professor Dr. Alexandre Correa. A pesquisa aconteceu de forma direta, com observação *in loco*, através das idas nas oficinas de fotografia com as crianças moradoras do bairro, visitas ao estúdio dos fotógrafos responsáveis do projeto Edgar Rocha e Chico Otoni, bem como da análise de impressos de mídia colecionados à época (dezembro de 2004).

Essa primeira investida na temática me proporcionou por à prova minhas próprias primeiras impressões, extremamente naturalizadas e românticas sobre a possibilidade de uma educação patrimonial materializada à curto prazo e indispensável para um suposto resgate da memória e de um despertar da

consciência preservacionista da comunidade, numa visão impositiva e até arrogante, como se o conhecimento oficial (relativo às instituições oficiais, universidade e órgãos da Administração Pública) fosse algo superior, a ser dado de cima para baixo, goela abaixo da comunidade do Desterro.

Essa confissão, só foi possível graças à continuidade do processo de pesquisa no mestrado, que me permitiu criticar o meu próprio jeito de perceber a Educação Patrimonial, extremamente doutrinado numa visão educativa tradicional, na qual o conhecimento é uma via de mão única, a ser transmitido e apreendido por quem o recebe.

Como se o conhecimento local fosse menor ou sem levar em consideração que bem ou mal a própria população é quem faz o uso destes bens, pois dela estes se originam, e não cabe propriamente e unicamente ao Estado o papel de salvador, pelo menos não numa concepção mais democrática.

Outrossim, a partir de primeiras análises, decidimos ir a campo novamente e procurar as pessoas que participaram dessas experiências, no bairro do Desterro. O intuito era confrontar o material que eu já possuía e minhas primeiras impressões com o que aquelas pessoas teriam a dizer.

Pela coleção de documentos que tivemos acesso, conforme detalhamos anteriormente, no total de 34 registros municipais e federais, acerca dessas primeiras práticas, bem como pelas entrevistas concedidas via questionários com os gestores, observamos uma auto-avaliação positiva sobre o desenvolvimento das atividades de educação patrimonial realizadas na cidade de São Luis sem, no entanto, observamos critério algum na aferição desta avaliação bem sucedida.

Como é possível que a própria instituição se auto-avalie? Auto-mensure? Um exercício autocrítico é válido quando comparado com outras formas de aferição de resultados, pelo menos em tese, quando aquele que sofre a ação tem o poder de dizer suas impressões e ver assegurada a eficácia material de suas considerações.

Por esse motivo é que decidimos ir atrás dos participantes das oficinas de educação patrimonial Viver o Desterro, Teatro das Memórias, Reinventando o Desterro e/ou Brincando com o Patrimônio, oficinas que aconteceram sistematicamente nos anos acima justificados, conseguindo falar com 11 pessoas das 40 que delas participaram de forma regular, isto é, atingimos 27,5% (vinte e sete e meio por cento) daqueles que viveram as oficinas.

No decorrer dos capítulos, portanto, tentaremos discutir o resultado dessas incursões no campo, buscando analisar essa visão *oficial* de gestão do patrimônio cultural da cidade de São Luís, uma vez que, se o objetivo da gestão é a preservação – conforme se observou no trabalho empírico de análise da documentação catalogada e na conversa com os gestores – as práticas de Educação Patrimonial vêm consolidar um conceito tanto de preservação como do próprio patrimônio cultural, legitimando o Estado<sup>7</sup> como o único capaz de determinar o que é e como este bem cultural deve ser manipulado.

O primeiro capítulo do nosso trabalho discute o patrimônio cultural sob a ótica da globalização de que tratam as discussões sobre modernidade, vez que as perspectivas de patrimônio na sociedade contemporânea ocidental são pautadas pelas formas de sentir e operar o meio, profundamente afetadas pela velocidade com que tem se processado as mudanças econômico-tecnológicas nos últimos séculos.

Esses contornos, portanto, vêm constituir o que muitos autores vão entender como modernidade. Não é possível iniciar qualquer discussão sobre patrimônio cultural sem localizá-lo no que pensam os clássicos da sociologia contemporânea e aqui selecionamos alguns autores que contribuíram para a formação da nossa maneira de percebê-lo enquanto temática de interesse para as ciências sociais.

Aqui nesse primeiro momento, cabe fazer uma análise de como o patrimônio cultural se compõe como o cerne da discussão, vez que as práticas de educação patrimonial que vão compor o nosso problema de pesquisa são pensadas aqui como reflexo de uma discussão maior e genérica que situa o patrimônio dentro dos desafios da atual conjuntura moderna da sociedade contemporânea ocidental.

No segundo capítulo por sua vez, tentamos localizar as práticas de educação patrimonial no tempo e no espaço, pontuando sua entrada no Brasil – vez que é uma metodologia importada nos moldes ingleses – estudando o caso de Muqui, no Espírito Santo até iniciarmos uma descrição comparativa com a cidade de

---

<sup>7</sup> O Estado será pensado como aquele que detém uma concentração de capitais (força física, coercitiva, punitivo, econômico, unificação cultural e lingüística, controle das estruturas mentais e de comunicação etc.) e contribui para produção dos instrumentos de construção da realidade social, impondo e inculcando princípios, criando as condições para o *habitus*, nos moldes do que pensa Bourdieu (2007, p. 10).

São Luís, utilizando as ferramentas obtidas na coleção dos documentos e entrevistas realizadas.

Finalmente no último capítulo tentamos nos debruçar sobre o que dizem cada um dos documentos fazendo uma análise comparativa junto ao que dizem os gestores e os informantes que participaram das atividades desenvolvidas na cidade de São Luís. Nesse momento, nossa intenção é enfatizar bem cada ponto de dissonância e permitir uma avaliação crítica em conjunto com o leitor.

Nosso trabalho prima pelo cuidado de não identificar os informantes participantes das oficinas, pelo fato de que não tivemos tempo hábil para atestar por escrito as autorizações de uso das entrevistas transcritas. Destacamos também, que, esse contato no bairro do Desterro foi feito de modo livre, ou seja, não seguiu especificamente um roteiro de perguntas e respostas. Ligamos o gravador e apenas pedimos que o entrevistado falasse livremente sobre suas memórias quando da participação nas oficinas adiante esclarecidas.

Observamos com esse método, que as pessoas não se sentem forçadas a dar uma resposta *bonita*, mas tão somente expõem detalhes que às vezes extrapolam os limites do que buscávamos de início, falam de suas vidas e impressões sobre suas relações com os outros e com o espaço sem maiores restrições que talvez teriam se tivessem que responder especificamente a perguntas diretas sobre as oficinas que participaram.

Outro ponto a ser esclarecido agora na abertura do nosso trabalho é o fato da entrevista realizada com o Genildo Coelho, arquiteto responsável pelo desenvolvimento do projeto de educação patrimonial há 10 anos no município de Muqui, Espírito Santo, ter sido feita via MSN (sistema de mensagens *on line*), dada a impossibilidade do meu deslocamento até o município, a internet acabou sendo o meio possível para a investigação e a descoberta dessa pequena cidade e suas nuances dentro da temática aqui pesquisada.

Alem de ser referência nacional, Muqui foi escolhida também por ter uma representação de suas ações de educação patrimonial descritas de forma bem diferente do que acontece na cidade de São Luis.

Lá, o processo de tombamento pelo IPHAN está vindo após a cidade passar por um processo de reconhecimento e ressignificação de bens culturais que antes não faziam sentido para a grande maioria, pelo menos no que nos relatou o coordenador de educação patrimonial, Genildo Coelho.

Ou seja, em Muqui, o Estado vem preparando seus moradores para um processo de ressignificação de seus bens culturais, com o intuito de dar uma resposta ao que fazer com os patrimônios municipais e encontrar um caminho para a gestão patrimonial na cidade, enquanto que na cidade de São Luís, o título de patrimônio nacional e da humanidade veio antes da instituição inclusive de um órgão local para a gestão de seus bens patrimoniais e somente 07 anos depois do processo de tombamento e aquisição do título da UNESCO é que a cidade começa a realizar ações de educação patrimonial.

Essa dicotomia nos pareceu importante descrever na medida em que situa melhor nosso problema de pesquisa e nos faz refletir de forma mais ampla sobre o tema em questão.

Outrossim, reunimos em apêndices todo o material que formulamos durante a pesquisa empírica: questionários junto aos gestores dos órgãos, bem como as transcrições de trechos utilizados no trabalho das entrevistas com os informantes, quadros que sintetizam os documentos que colecionamos, revisitando de maneira sintética para o leitor os programas estudados e outras informações relevantes para a composição das análises da presente dissertação.

## 2 DISCUTINDO O PATRIMÔNIO CULTURAL

Rodrigues (1992) em *Ensaio sobre a Antropologia do Poder* pode apresentar bem as idéias discutidas no presente trabalho. Ao dizer que há uma nova experiência de tempo progressiva e aceleradamente se impondo aos habitantes das sociedades industriais ocidentais<sup>8</sup>, tenta refletir sobre como hoje, múltiplas gerações de objetos se substituem no período de uma mesma vida individual, num cenário em que o tempo e o espaço parecem tornar tudo fugidio, a esfacelar-se.

Diz ainda que, conceitos como memória social, patrimônio e identidade parecem estar tornando-se palavras de ordem brandidas pelos diversos grupos sociais, comunidades, minorias e passaram a compor-se enquanto conceitos científicos, categorias jurídicas, noções nucleares de projetos de mudança social programada, muitas vezes distante das reais noções que pretendem contextualizar ou mesmo representar.

Os monumentos de outrora teatralizavam valores, celebrando acontecimentos, festas, fundações, marcos coletivos que materializavam um culto da sociedade sobre ela mesma. Conceber um monumento era uma tentativa de cristalizar uma memória e reforçar a identidade do indivíduo social. A presença do monumento se constituía como tal, pois lembrava sempre a perenidade do *nós*, ou seja da coletividade.

Hoje, os monumentos, festas e outros ícones que celebram a materialidade da cultura e da vida humana, enquanto representações de memória social passam a compor o patrimônio cultural ou histórico e artístico nacional de acordo com a legitimação deste pelo Estado ou pelos distintos grupos que dele se apoderaram.

Se antes, a criação de um marco simbólico a exemplo das pirâmides do Egito para cultuar a vida e morte do deus-governante, o faraó, diante de seu reinado e seu povo, ou ainda a pintura das basílicas renascentistas como manifestações de status e prestígio da Igreja perante seus fiéis e transmissão de um legado doutrinário através da manipulação dos espaços públicos comuns levavam anos a fio, num

---

<sup>8</sup> Rodrigues (1992) assim define modernidade, como uma experiência de tempo e espaço, vivida pelas atuais sociedades industriais ocidentais, propiciada pelas aceleradas transformações econômico-tecnológicas dos últimos séculos, que parecem cada vez mais demandar um medo pela perda e esfacelamento de fronteiras e, portanto, das especificidades locais, regionais.

processo de criação e legitimação, expectativa e valoração dentro do contexto daquela determinada sociedade, hoje o que parece vigorar é uma etnografia de emergência, em que tudo se deseja colecionar, valorar, guardar, cultivar, mesmo sem que se veja esclarecido o porquê dessa urgência em celebrar o passado.

O passado cultuado parece ter se transformado num problema social que demanda do Estado alternativas reais para geri-lo e tem se constituído muito mais do que mero mecanismo de reencenação de memórias, mas, em objeto de estratégias de imposição e legitimação de valores, constatado no próprio interesse do Estado em realizar atividades sócio-educativas quando do investimento no restauro e na infra-estrutura urbana de sítios históricos junto de pequena parcela da população de São Luís por exemplo.

Esse cenário aponta um processo de ressignificação<sup>9</sup> desses conceitos e tende a sugerir que vivemos um contexto que é transformado sob a ótica da acelerada mudança tecnológica e econômica vivenciada pela sociedade ocidental desde o final do século XVIII, no qual a nossa sociedade passa a experimentar novas formas de operacionalização do meio<sup>10</sup>.

São essas *novas formas* que o autor sugere em sua discussão. Afinal, como é possível entender que os usos sobre o passado, a história e a memória se proliferem com um sentido de emergência ao passo que contraditoriamente centenas de objetos vêm e vão num período de tempo de uma mesma vida individual? (RODRIGUES, 1992).

Para ele, essa suposta contradição que demanda uma urgência do presente sobre o passado, no qual cataloga-se, expõe-se, registra-se tudo com muita rapidez é um sintoma da modernidade, refletido nas próprias formas de tempo e espaço ressignificadas e manifestadas concretamente pelo que chamamos de globalização.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Nas palavras de Rodrigues (1992), ressignificação funciona como um neologismo que objetiva traduzir as novas experiências problematizadas pelo que ele entende ser modernidade.

<sup>10</sup> Harvey (1992), em seu *Condição Pós Moderna*, reflete sobre as questões evolutivas culturais referentes à modernidade; como o transitório, o contingente, essa sensação de que tudo é efêmero, cujas experiências de tempo e espaço envolvem uma implacável ruptura com o “velho”. Modernidade nos moldes de ambos os autores é entendida como um fenômeno das formas de sentir e operar o meio que as sociedades ocidentais industriais experienciam.

<sup>11</sup> Aqui cabe ainda mencionar Castells (2006): a globalização (com a revolução da tecnologia da informação) e a reestruturação do capitalismo e a origem da sociedade em rede. Para ele, a era da globalização é também a era do ressurgimento do nacionalismo, manifestado pela reconstrução da identidade nacional.

Os bens que se substituem numa velocidade de uma mesma vida individual, propiciado pelas inovações econômicas e tecnológicas, parecem afetar em certo grau os meios pelos quais a sociedade passa a enxergar a si própria. Num alardeado medo de perder seus ícones, sua identidade, sua história.

Uma quantidade de bens, artefatos, objetos, imagens, sons, pedras, depoimentos, modos de vidas são estocadas, classificadas, refuncionalizadas para serem reencenadas, mostradas, reprogramadas. Não apenas para funcionarem como arquivos de memória, mas também como legítimos artifícios de manipulação capital. Seja constituindo-se como objetos de valor econômico real, seja como símbolos de prestígio, nos moldes do que assinala a obra de Bourdieu (2007, p. 10) o Poder Simbólico.<sup>12</sup>

Moeda de troca ou barganha política, símbolo de prestígio, bem econômico, lugar de memória. As várias nuances que podem se averberar na definição do patrimônio cultural no ocidente é possível de ser identificada dentro do nosso trabalho empírico.

No mesmo sentido, Jeudy (1990, p. 19) diz que as estratégias de conservação caracterizam-se por um processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade.

A significação contemporânea do próprio termo patrimônio cultural vem de uma reduplicação museográfica do mundo nas palavras de Jeudy (1990). Para que exista patrimônio reconhecível é preciso que este seja gerado, que uma sociedade se veja o espelho de si mesma, que considere seus locais, seus objetos, seus monumentos reflexos inteligíveis de sua história.

Isto é, é preciso que a comunidade do Desterro se sinta espelho de si própria enquanto gestora de patrimônios de pedra e cal, passivos de investimento pela Administração Pública. Desse modo, esse reconhecimento passa pelo processo educativo, com a criação de estruturas de representação social por parte deste Estado, cujo interesse é dar solução e materialidade as múltiplas nuances que o patrimônio pode assumir.

---

<sup>12</sup> Nessa obra, Bourdieu (2007) diz que em cada campo, o capital cultural, o capital social e o capital simbólico são recursos igualmente úteis ao capital econômico na determinação e na reprodução das posições sociais. A distribuição desigual registra as diferenças de estratégia conduzida por cada grupo ou ator social. É através da dimensão do capital simbólico/cultural que o Estado unifica as formas de comunicação, influenciando assim a concepção de identidade nacional, moldando as estruturas mentais nomeadamente principalmente pelo sistema de ensino. Isto é, o Estado contribui para a produção dos instrumentos de construção da própria realidade social, impondo e inculcando princípios, valores e formas.

Diz ainda o mesmo autor, Jeudy (1990, p. 20) que o sentido atribuído à conservação de bens patrimoniais é o de manutenção da ordem simbólica das sociedades modernas. Produzimos, damos forma, vendemos representações de ordem simbólica, uma vez que o valor simbólico e o valor de mercado dos objetos passa a se confundir.

De imediato as perspectivas patrimoniais são confrontadas com discursos politicamente corretos de que os patrimônios não podem ser tratados como produtos de marketing, porém, não existe desenvolvimento cultural sem comercialização na sociedade ocidental contemporânea.

As estratégias mais atuais de políticas de gestão patrimonial ou cultural têm se orientado na direção de uma combinação que contenha tal contradição: a conservação patrimonial é tida como um modelo pronto, incorporado ao próprio bem, e a circulação de valores materiais especulativos.

Ainda segundo Jeudy (1990, p. 22) as memórias são colocadas em exposição para que o reconhecimento de sua singularidade seja assegurado. A idéia de reviver o passado pressupõe reparar num sentido de atualização.

Ou nas palavras do Rodrigues (1992) anteriormente citado, uma ressignificação da gestão contemporânea dos patrimônios passa pela legitimação de uma vontade supostamente coletiva de reatualização do passado.

Inserido em uma atmosfera de esquecimento, esse trabalho de rememoração impõe-se como um dever cívico e como uma fonte moderna de satisfação para as massas (JEUDY, 1990, p. 22).

Um dos primeiros objetivos da ordem patrimonial seria, nesses moldes, o de expressar a identidade de uma região, comunidade, nação. Essa referência obrigatória à identidade, transformada ela mesma na origem dos procedimentos de reconstituição do passado ou de preservação museográfica, parece se opor ao fenômeno da globalização, funcionando como uma defesa contra a perda das identidades culturais.

O princípio da atualização do passado não vem salvar as identidades ameaçadas nem de uma ordem simbólica que é suscetível de se desestruturar sob a pressão da globalização. Jeudy (1990, p. 23) explica que as tecnologias mais modernas da comunicação não obstruem o exercício cotidiano das práticas simbólicas, mesmo as mais tradicionais. A identidade cultural não tem necessidade

de ser reivindicada, como coisa a ser possuída e adquirida, mas ela está lá manifestada de maneira soberana.

O que se tem, pois, é que, o lugar de onde o patrimônio emerge como tal e como cerne político no cenário de uma determinada época, só pode ser compreendido quando analisadas as suas configurações subjacentes.

As entrevistas realizadas com os participantes dos projetos de Educação Patrimonial revelam as características descritas por Rodrigues (1992). Os moradores e participantes das oficinas manifestam uma percepção mista de impressões pessoais, pautadas em suas lembranças mesclando-as com os conceitos discriminados e desenvolvidos durante as oficinas, como se estivessem tentando formar uma resposta “correta”.

No projeto Teatro das Memórias, em particular, é possível perceber no que tange à reencenação, esse braço socializador do Estado, cuja proposta segue transformando as lembranças individuais em um roteiro das atividades desenvolvidas nas oficinas.

Ao passo que, se quando é desenvolvido uma atividade de conscientização junto aos moradores de uma dada comunidade – no caso aqui podemos nos referir ao Desterro – observa-se uma necessidade que parte do Estado, nesse caso, de gerir o que entende como patrimônio pertencente a toda sociedade e não apenas a um distinto e específico grupo, ainda que caiba dentro de cada grupo uma visão distinta acerca daquele ícone identitário.

Transformar essa visão distinta numa visão coletiva, passa pela descrição do que o Estado, em sua forma institucional na figura do órgão da Administração Pública, se propõe quando desenvolve atividades de preservação destes bens patrimoniais.

Conferindo dentro do observado, na coleção de documentos que conseguimos montar nesse ano de pesquisa, uma idéia de preservação modelada na reencenação do passado e na resignificação desse passado através da imposição do que é esse próprio patrimônio.

Em tese, nos projetos, cada membro empresta sua memória individual para composição de uma memória ‘geral’ que é encenada como a memória do lugar, ou do bairro. Isso fica claro quando observamos na entrevista concedida por um dos moradores, participante das oficinas de Educação Patrimonial:

Na oficina a gente tinha que retratar lembranças que a gente tinha do Desterro, e isso era feito através da pintura ou da escultura de coisas ou pessoas de antigamente e que faziam parte aqui do bairro, daí eu tive a idéia de fazer a escultura do 'Beraba'. Pra participar da oficina eu ia duas vezes na semana [...] gostei muito de participar, pois fez com que se exercitasse a mente, já que tinha que lembrar de coisas guardadas na memória. (P.D.V.M, Informante A, 68, militar aposentado).

Essa forma de constituição de uma memória geral ou social, pelo menos pretensamente, representante de uma coletividade, revela como o Estado, se utilizando dessas estratégias, tenta impor uma definição, a partir das suas políticas públicas, do que é a memória coletiva sobre o patrimônio, sob uma ótica que se diz democrática.

Entre a seletividade das memórias particulares e a seletividade do projeto, isto é, quando os moradores são incitados a descrever, desenhar, produzir como recordam e como vêem o espaço das suas relações sociais, e, ao mesmo tempo, pensando como o projeto que adota uma metodologia chamada de educação patrimonial, cuja linha de formação persegue uma prática de conscientização e alfabetização cultural a ser fornecida pelo Estado, cujo objetivo é instaurar uma atitude preservacionista por parte dos moradores, está uma tensão subjacente em torno de prioridades e necessidades da própria população que ali mora.

Nisso, Jeudy (1990, p. 28) pode esclarecer bem quando explica que os signos identitários não expressam uma soberania que lhes seja própria funcionam neste caso como 'marcadores', índices de uma suposta singularidade cultural mantida e exibida.

O autor continua explicando que é preciso que os signos monumentais representativos das memórias coletivas persistam, assegurando uma visão comunitária de uma transfiguração possível para o futuro, sem produzir repúdio ao que havia sido.

O que está em jogo, não é a mera transmissão patrimonial, mas uma transmissão em ato, da qual o conjunto da comunidade deve participar. O elo entre a memória e a imaginação, bem como aquilo que se tem como interesse, que nesse caso pode ser o valor comercial dos espaços tombados, se nutre dessas incongruências como se fossem provas ficcionais do que foi vivido nesses lugares.

O equilíbrio político e social passa pelo valor patrimonial que é construído e cedido como forma de garantir sua autenticidade. O propósito, pois desta

representação passa, de um lado pela estética populista da transmissão dos *savoir-faire* e de outro pelas mazelas cotidianas que a comunidade sofre.

Essa participação dos habitantes nos faz acreditar, nos moldes do que nos ensina Jeudy (1990, p. 32), não se trata apenas de um espetáculo imposto, mas também de uma reconstrução cênica à qual as pessoas têm apreço e pela qual se cria uma renovação da sociabilidade dentro destes espaços e com esses mesmos espaços/lugares.

Não apenas no que concerne à preservação, mas, também tendo em mente que o Centro Histórico (espaço de relações e demandas da cidade) é circundado por uma série de necessidades econômicas e mazelas sociais, tendo em vista as sucessivas transformações econômico-sociais que vem atravessando ao longo dos últimos séculos<sup>13</sup>, conforme esclarecemos no início do trabalho, o local passou cada vez mais a sofrer uma alteração na sua configuração quanto ao perfil dos moradores, que outrora abrigava uma elite escravocrata, latifundiária e branca, cedendo espaço para classes sociais menos favorecidas.

Quer dizer que, se podemos constatar uma diferenciação social do espaço, não há lei geral possível em termos de regularidades geográficas [...] mas sempre expressões singulares da articulação entre as relações de classe (econômicas, políticas, ideológicas) e a distribuição de um produto (a moradia) que integra, entre as qualidades, as de seu ambiente espacial. (CASTELLS, 2006, p. 259).

É factível, portanto, que as necessidades geradas pelo Estado diante de como solucionar os interesses distintos sobre determinados bens não implica necessariamente as mesmas produzidas pela comunidade gestora do bem.

Alfabetizar culturalmente as pessoas que moram em casarões centenários para uma postura de preservação de um espaço que, em tese, já lhes pertence, faz parte de seu cotidiano, diante do atual estado de conservação precário e decadente – em sua maioria – conforme pudemos observar *in loco*, parece constituir-se numa estratégia confusa de um Estado que precisa encontrar alternativas viáveis economicamente, socialmente e à curto prazo na gestão de bens

---

<sup>13</sup> Lacroix (2002, p. 15) sobre a discutível herança francesa de São Luís, nos leva para uma análise sócio-histórica da sociedade ludovicense de fins do século XVIII e início do século XIX, cuja centralidade das relações sociais e econômicas encontrava sua dinâmica no centro, hoje chamado centro histórico, assiste um dúbio período de apogeu e declínio econômico e conseqüentemente social.

que se arvoram na iminência de esfacelar-se pelo tempo e histórica ausência de manutenção.<sup>14</sup>

Durante o trabalho de campo, realizado durante todo o ano de 2009, através da observação *in loco* em caminhadas pelo bairro de Desterro e Praia Grande, constatamos as seguintes características sociais dos bairros de interesse no Centro Histórico: o Desterro, em especial, abriga muitas famílias de trabalhadores, onde ainda se encontra uma constância no nível de sociabilidade<sup>15</sup> estendida aos espaços públicos, ou seja, no qual as pessoas ainda estabelecem relações pessoais e de convívio cotidiano em torno de espaços comuns, por pertencerem aquele lugar.

No bairro da Praia Grande por sua vez, há uma concentração maior de edificações comerciais e instalações da administração pública estadual e do judiciário, onde a vida social se vê refletida nos passos dos servidores públicos em direção aos seus locais de trabalho, misturados aos passos de alguns turistas, em sua maioria visivelmente destacados nas ruas pelo perfil dos trajes cáqui e da cor branca da pele denunciando sua origem européia, e a noite, quando as repartições públicas encerram seu expediente e o que se vê são pequenos bares ao longo da Rua Portugal, canto Catarina Mina, diferentes tribos de hippies, rastas, capoeiristas, estudantes se entrecruzando pelas calçadas e ruas, na Praça Nauro Machado...

O Centro Histórico aqui referido é o Centro antigo da cidade de São Luís, composto pelos três bairros formadores iniciais da cidade: Desterro, Praia Grande e Portinho. No entanto, não podemos deixar de mencionar que o Centro Histórico tem,

---

<sup>14</sup> Por observação *in loco*, é possível constatar que a população que atualmente ali reside, em sua maioria, não possui condições financeiras para arcar com as despesas de manutenção física dos espaços, muitos ocuparam casarões abandonados, outros são comércios locais que não teriam condições de manter a estrutura cara sem um não desejado investimento outros são ocupados pela Administração Pública e recentemente por trabalhadores que arrendaram pequenos apartamentos populares numa campanha do governo do Estado para ocupar a área. Isso, em certa medida se pode explicar pelo fato de que as preocupações com a preservação somente apareceram no início da década de 1940, com a eleição de alguns imóveis classificados como mais históricos que outros, e somente a partir de 1990, a administração pública estadual decidiu levar suas instituições para a área central, numa tentativa de conter os avanços do tempo, investir na recuperação, dinamizar a economia, compondo cenários de interesse turístico com intuito de desenvolver o sistema hoteleiro e a economia local, além de baratear o investimento necessário para compor a efetividade da demanda, que seria preservar o espaço. Desde essas primeiras ações o sentido de preservar aparece associado ao de reparar e não necessariamente vinculado a um projeto político patrimonial à longo prazo.

<sup>15</sup> Sociabilidade entendida aqui como a capacidade de vida em sociedade, desenvolvida no processo de socialização, no qual o indivíduo se integra ao grupo em que nasceu, assimilando o conjunto de hábitos, regras, costumes característicos de seu grupo e formando seu *habitus* (OLIVEIRA, 2004, p. 23).

hoje, seus limites ampliados para o entorno de 12 (doze) bairros, seguindo uma classificação municipal, sendo além dos três mais antigos, Apicum, Madre Deus, Camboa, Diamante, Fabril, Vila Passos, Lira, Coréia e Goiabal.

Da nossa pesquisa de campo, através de idas constantes e observação direta no bairro do Desterro<sup>16</sup>, facilmente as cenas vem à nossa mente: crianças correm descalças pelas ruas, donas de casa circulam livremente em seus trajés diários (com seus bobes na cabeça, pano amarrado na cintura, roupa suja de quem estava cozinhando) pela praça em troca de uma conversa fiada, um cigarro, uma xícara de açúcar emprestada, senhores sentados nas portas de suas casas jogam dominó e se cumprimentam sempre pelo primeiro nome, jovens pedem benção à uma velha senhora com uma intimidade construída onde se compatibilizam as diferenças e diversas nuances sociais cotidianas daquele espaço.

No entanto, como em toda vida social<sup>17</sup>, é possível observar todo seu desdobramento conflitivo envolvendo intrigas pessoais (fofocas da vida privada e afetivas) e outros traços na hierarquia social, como por exemplo, durante a realização das oficinas de um dos projetos de educação patrimonial, o projeto piloto Viver o Desterro, as crianças do Desterro não se “misturavam”, ou seja, não sentam próximas nem tampouco por iniciativa própria formavam grupos de trabalho junto às crianças moradoras da Rua da Palma, por esta ser a Rua que concentra um afamado tráfico de entorpecentes e zona de prostituição.

Nisso, se observam os contornos da dinâmica da vida social, no qual é preciso levar em consideração a multiplicidade de elementos que constituem cada um dos indivíduos que são selecionados como público-alvo de campanhas educativas referentes ao patrimônio, que é afinal aqui o que estamos considerando.

É preciso observar ainda que nas relações sociais que se estabelecem nesses espaços não se tem apenas o patrimônio cultural como único aspecto relevante de manipulação e disputa social.

---

<sup>16</sup> O Desterro aqui foi escolhido e é repetidamente revisitado por ter sido objeto das primeiras práticas de Educação Patrimonial realizadas na cidade, por ocasião do restauro da Igreja do Desterro, uma das mais antigas da cidade. Além disso, no processo de pesquisa, as minhas idas constantes ao bairro se deram justamente para entender melhor o porque da escolha do lugar como piloto para outros projetos.

<sup>17</sup> Os seres humanos necessitam de seus semelhantes para sobreviver, comunicar-se criar símbolos e formas de expressão, perpetuar a espécie e se realizar como indivíduo. É na vida em grupo, que os indivíduos realmente se tornam humanos. Assim, a existência de reciprocidade nas ações entre os indivíduos pressupõe a base da interação social e, portanto, da sociabilidade (OLIVEIRA, 2004, p. 18).

Casarões, meias moradas, porta e janela. Distinções que os moradores fazem de si próprios, sobre quem habita o quê nesse cenário, que é entre eles factivelmente manipulado seguindo interesses de territorialidade e mesmo de identificação e distinção social.

Não se “misturar” com aqueles que habitam a rua mais decadente é uma estratégia de distinção dentro do cenário da sociabilidade dentre aqueles indivíduos que ali coexistem.

Essas assertivas vão encontrar justamente o que pensa Rodrigues (1992), conforme vimos discutindo: muitas vezes sob a forma de espetáculo e projeção, como se as várias temporalidades - presente, passado, futuro - pudessem ser imaginadas e vividas em simultaneidade, as ações que demandam a gestão do patrimônio cultural na cidade se sustentam numa imposição de conceitos e valores pelo Estado, disfarçado sob uma ótica romântica que, na verdade, revela a ausência de uma política democrática de patrimônio, ou seja, primam muito mais pela materialidade e valorização do que será ensinado e transmitido e produzido pelas oficinas e não interessa propriamente aqueles indivíduos, pois não leva em conta o seu conhecimento e a forma como estes indivíduos fazem uso e classificam estes espaços, estes bens.

Na fala do Informante A (P.D.M.V, homem, 68 anos, militar aposentado e residente do Desterro há 30 anos), ele manifesta essa percepção sobre a transição temporal e suas relações nesse espaço:

Eu fiz na oficina (Reinventando Desterro) uma escultura de um cidadão que morava aqui há 30 anos chamado ‘Beraba’ que vendia picolé aqui, o grito que ele fazia pra vender dava de se ouvir até na Igreja, então eu fiz uma caricatura baseado nele, já que na oficina a gente tinha que retratar lembranças que a gente tinha [...] já que tinha que lembrar de coisas guardadas na memória. Eu gostei de tudo, pois só tinha gente da minha idade ou até de 30 anos pra mais [...] teve até uma senhora que participou da oficina e que faleceu recentemente. Nós passamos vários dias trabalhando [...] quase mês. Assim na oficina foi ressaltado a questão de preservar e valorizar a memória do bairro repassando para a juventude [...].

Na minuta do projeto de preparação das oficinas de educação patrimonial observamos uma clara intenção de trabalhar com os moradores essa transitoriedade do tempo e das relações que se estabelecem visando impor uma nova forma de sentir o espaço físico em questão na descrição da metodologia desenvolvida, na qual objetiva-se resgatar uma época, tomando por roteiro a memória do indivíduo no processo de legitimação de uma preservação embutida como fim maior desses investimentos.

Não está claro, porém, nesses documentos, como mais adiante aprofundaremos na discussão, que tipo de preservação afinal se deseja, pois muitas vezes essa se apresenta como sinônimo de reparo e manutenção de estruturas físicas de imóveis depredados, abandonados, em ruínas ou a perigo de desabamento.

O primeiro Projeto de Educação Patrimonial, o Viver o Desterro, realizado na cidade aconteceu no bairro do Desterro no ano de 2004 por ocasião das obras de restauro que aconteciam no entorno e em especial, no restauro da Igreja do Desterro foi baseado no modelo desenvolvido no Museu Imperial de Petrópolis, importado da Inglaterra desde 1983.

Em primeiras impressões, o que se tem é que o projeto de educação patrimonial aparece como uma estratégia de gestão desses imóveis históricos, que estão demandando recursos significativos por parte do poder público.

O investimento econômico no patrimônio é justificativa para que sejam criadas ferramentas que dêem conta de garantir que o dispêndio financeiro tenha retorno.

Uma dessas ferramentas de gestão do patrimônio cultural pode ser identificada como a prática da metodologia de ensino chamada Educação Patrimonial, vez que, esta se articula no seio de um Programa de Revitalização Urbana e/ou restauro de bens imóveis que assimilem por parte do Estado significativo investimento (não apenas econômico, mas político, financeiro, social, cultural, simbólico).

O projeto Viver o Desterro, realizado em 2004, primava por oficinas junto aos idosos (mais tarde seqüenciado pelo Teatro das Memórias) e com as crianças moradoras do bairro do Desterro.

O projeto vinha modelado pelo Guia de Educação Patrimonial (1999) encabeçado pelo IPHAN, reunia a UFMA e FUMPH bem como a Associação dos Moradores do Centro Histórico, cooptando uma metodologia que defendia a conscientização para a preservação em concomitância a revitalização e restauro de alguns imóveis do bairro e a recuperação da Igreja do Desterro.

A idéia de legado está subjacente às práticas e objetivos do projeto, revelando uma concepção patriarcalista do patrimônio a ser preservado, incutido e disciplinado para os cidadãos que participam dessas atividades.

O conceito de patrimônio que é trabalhado a partir dos dois principais projetos (Viver o Desterro e o Teatro das Memórias, que é a seqüência do primeiro) está diretamente atrelado a uma visão impositiva, de que é preciso sensibilizar e conscientizar as pessoas, resgatar a memória, como se esta estivesse perdida, significa dizer que este é um patrimônio que cabe aquelas pessoas sem escolha, já que a forma como se apropriam dele não é levada em consideração quando da abordagem declaradamente educativa.

Nos relatórios, conforme listamos anteriormente, que tivemos acesso junto à FUMPH, entre os anos de 2005 e 2006, não foi possível identificar delimitações conceituais no tocante à questão do patrimônio histórico, nem tampouco uma definição de uma metodologia científica que explicita como serão aferidos os objetivos do projeto junto à comunidade do Desterro num dado intervalo de tempo, dado a subjetividade dos temas que se imiscuem em outras questões sociais e acabam constituindo uma teia de vários outros problemas, o que dificulta, portanto, entender em que sentido essas oficinas fazem a diferença ou mesmo são válidas tanto para o Estado quanto para o interesse público.

Se o Estado deseja essa conservação de um patrimônio que a própria comunidade depreca, e, portanto, ignora porque não discutir-se a própria conceituação do que seria esse patrimônio cultural junto dos moradores? O Estado funcionaria como mediador dos distintos interesses dos distintos grupos não no caso como se apresenta, em que ignora o conhecimento local e determina e passa a adotar estratégias de inculcamento de valores e adestramento social para a preservação a qualquer preço de uma materialidade que necessariamente não encontra espaço na vida dessas mesmas pessoas quando outros problemas sociais parecem englobar toda centralidade de suas vidas.

Rodrigues (1992) acredita que o fenômeno da modernidade e suas contradições, pode ser uma contrapartida lógica de uma sociedade que se enxerga em constante transformação. Assim, requisito estrutural, a sociedade que não pára ou não pode cessar sua mudança se vê obrigada a conservar<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Quando conjugo as expressões verbais na primeira pessoa do plural (nós) referindo-me a sociedade contemporânea ocidental em razão de sofrermos direta e indiretamente influências européias, pois, embora tenhamos particularismos próprios de nossa condição de colônia, vivenciamos o mesmo paradigma dominante eurocêntrico na definição de nossos conceitos, formas de expressão, pensamento e doutrinas por exemplo.

O que Rodrigues (1992) tem nos sugerido, seria uma expansão da forma de perceber esse coletar, reconstituir, salvaguardar que demandam esses processos e registros exigidos na gestão dos patrimônios culturais.

Se o propósito é adequar aos interesses mercantis o patrimônio com fins meramente comerciais, transformando-o em bem de consumo e que não contemple ou envolva diretamente os moradores no usufruto ou partilha desse capital não pode se tornar interessante nem mesmo despertar um novo olhar por parte desses indivíduos como se propõem esses projetos.

Não pode tampouco interessar ao turista, que, motivado pelo apelo do único e do especial acaba percebendo que poderia encontrar semelhante próximo à sua casa, não sendo, portanto, conveniente que este se desloque para a cidade para apreciar o que em tese já não pode representar originalidade, singularidade, com uma história factível para ser contada.

Dominique Poulot, em *História do Patrimônio no Ocidente* (2009) não pode deixar de ser mencionado ao falar dessa dimensão conferida ao patrimônio cultural, como nunca dantes na história se brandiu o termo. Na obra, é possível aferir que a questão da autenticidade e mesmo da própria conceituação do que é patrimônio perpassa por uma série de conveniências, retomando inclusive o que outrora Hobsbawm e Terence Ranger (2002) já nos apresentaram em *Invenção das Tradições*.

O que Poulot (2009) nos indaga é, nos moldes da discussão de Jeudy (1990), essa excessiva etnografia da urgência. Fica claro, para ele que a conceituação moderna no Ocidente de patrimônio cabe à um processo estratégico de legitimação de valores e de interesses seja por questões de territorialidade, seja políticas envolvendo disputas por prestígio, seja turística envolvendo fins econômicos, seja relativo à própria manifestação social que o percebe como ícone de memória e de sua história.

Há dez anos, discutia-se sobre o perigo da globalização solapar as especificidades locais, com a imposição de padrões, normas, comportamentos com o intuito de atender aos interesses de consumo demandados pelas classes mais favorecidas.

Essa globalização sugerida pelo Jeudy (1990) e pelo Rodrigues (1992) pode ser mais bem entendida se lembrarmos dos trabalhos do polonês Bauman (1999) justamente há uma década atrás. Seus trabalhos estão entre os mais

importantes da atualidade, discutindo especialmente a globalização e suas conseqüências, tanto no que tange às suas transformações, como as mudanças trazidas para a vida das pessoas nela inserida.

Bauman (1999) acredita que as noções de tempo e espaço estão diretamente associadas à de mobilidade, a de espaço sem fronteiras, a de tempo real, *on line*, pois dela decorre a ressignificação dos contornos sociais, onde os padrões econômicos, sociais e políticos deixam a esfera local e passam a agir mundialmente.

Sendo assim, as distâncias em termos unicamente físicos já não têm a mesma relevância, pois o que está sendo apresentado é o fim de uma geografia física, cartográfica em termos de espaço, sendo as fronteiras meras formas simbólicas e políticas de delimitação de territórios sejam locais sejam nacionais.

Este encurtamento das distâncias pode ser entendido como um efeito do que se entende por modernidade, determinado pela velocidade das informações e dos meios de comunicação provindo desde o fim do século XVIII com a Revolução Industrial e que não tem cessado; um crescente desenvolvimento de novas tecnologias que ao invés de diminuir os espaços das diferenças homogeneizando-as, como sugere Rodrigues (1992), ao contrário tem as tornado polarizadas.

Castells (2000) em o Poder da Identidade trabalha muito bem essa questão entre a globalização, o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e a relação entre o local e global. Para ele, a era da globalização acabou sendo a era do ressurgimento de nacionalismos, manifestado pela reconstrução de símbolos que buscam contar uma identidade nacional.

Nacional não no sentido outrora direcionado pelos ideais da revolução francesa, mas de conotação muito mais baseada nos elementos culturais partilhados pelos grupos dominantes e pelas massas.

Desse modo, a globalização tem assegurado uma liberdade sem precedentes na história da humanidade para se locomover, viver e agir à distância, mas para a grande maioria esta distância continua muito abrangente, cabendo-lhes o caminho da observação e até da inércia para a utilização das informações recebidas e experimentadas.

O que afinal parece ser o caso de nosso centro antigo, vez que, se por um lado o Estado pretende inseri-lo como ferramenta econômica, nos roteiros

turísticos, este também pretende inseri-lo concomitantemente nas vidas dos próprios moradores destes lugares.

Na seleção dos documentos e na leitura dos relatórios, conforme, descrevemos na introdução do trabalho pudemos começar a refletir sobre vários destes conceitos, por essa razão, nomeamos o presente capítulo com o verbo Discutir, vez que aqui tentamos reunir todos os elementos que foram se estruturando nessa teia que vai sendo lapidada quando pensamos em patrimônio cultural.

Assim, antes de pensar como esses objetos dignos de serem preservados ou eleitos como símbolos de memória de uma sociedade que necessita ou parece gerar essa necessidade de conservar e ritualizar, celebrar, espetacularizar, teatralizar seus bens identitários, é preciso que façamos um exercício de reflexão sobre o próprio contexto em que colocamos tal abordagem.

Para os moradores do Desterro ou os cidadãos de São Luís, pelo que pudemos observar, seria muito mais um exercício de ressignificação do próprio bem material, nesse caso. Até mesmo porque, quando construídos em suas épocas cada casarão foi projetado para um determinado fim, que necessariamente não é o uso para o qual ao longo do tempo lhe foi dado. Mas, sim, inverter ou dar novo sentido para aquele bem. Adequando-o à nova dinâmica social.

Entender o fenômeno da globalização, nas palavras do Bauman (1999) ou simplesmente discutir o que entendemos por Modernidade, conceito que atravessa sempre tais discussões, vale ainda pensar a cidade, enquanto o palco em que essas transformações podem ser vividas, sentidas, significadas.

Ou seja, o conceito de patrimônio como legado acaba por torná-lo petrificado, destituído de sua fruição social, na medida em que não permite que a população de fato participe de seu processo de escolha ou mesmo de ressignificação de sua função na vida social.

Jeudy (1990, p. 81) diz que a cidade excede a representação que cada indivíduo faz dela. Ela se oferece e se retrai segunda a maneira como é apreendida. Uma certa nostalgia leva a crer que a cidade não corresponde mais ao signo porque se teria tornado excessivamente percebida graças aos símbolos de sua monumentalidade exibida.

Nos centros históricos, os bairros restaurados e as fachadas rebocadas com suas velhas insígnias evocam a cidade perdida, cujos vestígios ainda escondidos são recuperados. A limpeza destes monumentos, diz o autor referido,

desses edifícios urbanos que representam a história da cidade e sua inscrição no tempo, não faz senão consagrar o poder da uniformização patrimonial.

Panerai (2006) diz que para entender a cidade é preciso considerá-la com gosto a abordagem histórica, a geográfica, o trabalho cartográfico, análise arquitetônica, a observação dos sistemas construtivos e dos modos de vida. Assim, a cidade que abriga esses patrimônios é essa na qual se desenrolam as práticas, as relações e os processos históricos sociais que se entrecruzam e fazem frente aos fenômenos sociais que aqui dão forma ao patrimônio cultural como problema a ser perseguido.

Jeudy (2005, pág. 68) diz que a identidade cultural pode vir a compensar as debilidades da identidade social. Os signos de distinção cultural se destinam a ser reconhecidos e conservados. Bem como o espaço da totalidade da cidade que se torna representativa.

O patrimônio nesse sentido é tudo aquilo que assume uma condição valorativa. É preciso não esquecer de que nos fala Jeudy (1990, p. 28) pode suportar as aspirações da modernidade e sua demanda fugaz, rápida e fugidia no sentido que o Bauman (1999) nos sugere. Na verdade, o que se deve, nesse exercício de psicanálise social e cultural é observar que os excessos de exploração de uma identidade reivindicada e exibida são pontos que demonstram que a gestão da petrificação patrimonial se confunde com a manutenção patrimonial, num ato de consagração de um patrimônio que, por definição, não simboliza os mesmos anseios para toda a coletividade.

Panerai (2006) diz que a cidade e seu crescimento são uma questão atual e o seu estudo, bem como desenvolvimento de ferramentas que permitam compreendê-las é uma prioridade nos dias atuais. Entender todos esses processos como integrantes de uma discussão sociológica parece-me bem mais razoável na busca de uma compreensão de como se pensar, discutir ou perceber os patrimônios culturais, que cada vez mais têm sido alvo de investimentos públicos, privados, e cada vez mais têm sido objetos de políticas e perspectivas distintas e diversas.

O conceito de patrimônio cultural, relacionando-o como uma categoria interpretativa para a análise de um problema social constituído como objeto da sociologia, só pode ser entendido em sua configuração. Não é um conceito estático, dado. É preciso pensar no processo em que ele se constitui como tal, bem como nas práticas, e nas relações que atravessam a contradição que faz ele assumir-se como

tal. Afinal, muitas outras questões dele se depreendem e na busca por elas é preciso minimamente esse exercício de gênese conceitual.

Porque o Estado deseja *sensibilizar* os moradores do Centro Antigo para a preservação do Patrimônio Arquitetônico? Como afinal a gestão do patrimônio histórico demandou a adoção de práticas educativas (pelo menos em tese) junto aos moradores e não junto a toda a sociedade ludovicense?

Como será possível gerir o passado, suas ruínas, signos e memórias diante da efemeridade das transformações contemporâneas, muitas ainda inominadas? Ao mesmo tempo, como conciliar as novas demandas trazidas com o advento da globalização e da modernidade tardia? Ou ainda, como esse patrimônio se constitui e se apresenta - ou é apresentado - para a ciência e para a sociedade?

As atuais demandas pela adaptação de deficientes físicos nas ruas e casarões históricos, a necessidade de espaço para deslocamento e trânsito de veículos e pedestres, a própria questão da moradia, do comércio e do turismo, o descaso, abandono, a espetacularização das festas populares e mais tradicionais, a existência de órgãos governamentais de gestão, promoção e preservação, todos esses elementos em conjunto clamam pelo que seria a constituição do que seria o patrimônio cultural enquanto um problema sociológico.

Fica evidente que não podemos dar conta de todas essas indagações, mas tão somente, as esboçamos por que são um exercício socrático de interlocução com o leitor com o intuito de permitir que haja uma interatividade ao longo da nossa análise.

A Educação Patrimonial somente poderá ser compreendida se entendermos por onde os liames do patrimônio cultural ganham contornos. Não é possível pensá-la ou discuti-la sem termos clara toda essa amplitude do tema.

Dentre essas formas de operacionalizar, gerir e dar sentido a este patrimônio, a Educação Patrimonial tem se configurado como mais uma ferramenta do Estado, numa clara tentativa de dar uma resposta, qual seja, econômica, cultural, social, política aos diversos grupos sociais e os distintos interesses da sociedade ludovicense.

Seja para o grupo mais favorecido que o utiliza como objeto de prestígio e barganha política, seja para a rede hoteleira, por exemplo, que se mantém pelo fluxo turístico, seja pela própria Administração Pública que precisa dar resposta aos cidadãos sobre o desabamento dos prédios ou ainda da própria cidade que

necessita dar conta daqueles lugares que lhes abrigam os espaços da sociabilidade, locais onde as relações e interações sociais acontecem, fica evidente assim que são muitas as nuances que permeiam os mecanismos de atuação do Estado sobre o patrimônio.

Um item que merece ser destacado é a própria idéia naturalizada do patrimônio, do passado, da história e, sobretudo, do que é preservação. Como mais tarde observaremos, na nossa pesquisa é factível que esses conceitos, especialmente o de preservação contido no discurso dos gestores confunde-se com o de manutenção, reparo, imediatismo e não apresenta, entretanto, os reflexos de uma política de gestão compartilhada crível nem tampouco articulado ao conhecimento local, relegado a segundo plano em detrimento de uma suposta memória coletiva, de todos.

A Educação Patrimonial, enquanto metodologia que se volta para a formação de uma consciência sobre a preservação dos bens identitários, embora tenha hoje essa denominação, é uma preocupação já pensada desde o movimento modernista da Semana de 1922. Mário de Andrade alertava para uma angústia em relação ao que fazer com os patrimônios brasileiros.

Senão vejamos o que nos diz Fernandes (2004, p. 2):

Quando se iniciou a discussão sobre a necessidade de preservação do nosso passado, no contexto do movimento modernista, Mario de Andrade já atestava o valor do nosso patrimônio histórico como forma de se construir uma identidade nacional, assentada na pluralidade de nossas raízes e matrizes étnicas. Somente o conhecimento da cultura em suas dimensões múltiplas daria condições de o Brasil se inserir no contexto das nações, e esse trabalho deveria se iniciar com o processo de escolarização.

Essa preocupação incentivada no início do século passado é retomada no início da década de 90 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como orientação de uma política de restauros e tombamentos que se sucediam pelos sítios históricos brasileiros.

Àquela época, havia um sentimento de construção de uma identidade nacional, perpassada pela nascente e frágil república, cujos símbolos de legitimidade popular precisavam ser forjados ou mesmo inventados, priorizando-se, portanto, toda sorte de elementos que validavam um verdadeiro (pretense e elitista colonial branco europeu) patrimônio histórico-nacional.

Sentimento esse que pairava também e logicamente dentro das aspirações artísticas e intelectuais da época. Os ideais europeus moldados e

adaptados aos trópicos pareciam já não dar conta da inquietação por um referencial legítimo e por que não dizer, apelativo. Nesse caso, o patrimônio assume um caráter político, como símbolo de prestígio e não apenas econômico.

As experiências denominadas como Educação Patrimonial parecem, conforme pudemos observar ao longo da pesquisa, ser de fato, uma tentativa de se responder ou mesmo justificar as ações descontínuas, desconexas ou pontuais sobre os patrimônios culturais e solucionar de forma emergencial uma deficiente gestão histórica, uma vez que grande ou senão a grande maioria dos patrimônios são retratos de uma época em que necessariamente muitos grupos sociais querem esquecer ou não se vêem representados.

Os patrimônios não têm a mesma representação para todos. Assertiva quase que óbvia, mas que demanda uma reflexão que vai justamente de encontro às práticas adotadas pelo Estado, ao impor padrões e formas dominantes de legitimação do que é digno ou não de ser tomado como patrimônio histórico nacional.

A escolha de um bem seja ele de representatividade material ou imaterial num mundo em que as fronteiras cada dia mais se tornam fluidas, perpassa por um próprio questionamento do que de fato entendemos por ícone representativo da memória e do passado.

Os processos cognitivos desenvolvidos pela criança – alvo dos projetos de educação patrimonial em maioria – e estimulados e moldados na escola, entendendo aqui o sentido bourdiano de educar<sup>19</sup> como mecanismo de objetivação do Estado.

Afinal, sob quais estratégias o Estado passa adotar quando interfere não apenas na seleção do que é digno de ser lembrado, cultuado, celebrado, mas sobretudo, nas formas de sentir e operar esses patrimônios?

Por outro lado, abrem-se questões sociais plenas de tensões e que carecem de atenção, tendo em vista a afirmação de direitos que subsidiam a efetividade da cidadania, pois os moradores do Desterro não podem ser reduzidos

---

<sup>19</sup> Cabe ao Estado impor as mudanças necessárias na realidade de modo a criar uma luta entre os diferentes capitais e seus detentores com o intuito de garantir o poder sobre as distintas esferas de capitais. O Estado contribui para produzir seu próprio universo burocrático, normativo, legítimo. Através da dimensão do capital cultural, o Estado unifica as formas de comunicação, influenciando assim as concepções de identidade nacional, moldando as estruturas mentais dos agentes nomeadamente a partir do sistema de ensino (BOURDIEU, 2007, p. 10).

apenas a moradores do Centro Histórico, já que essa condição é indissociável da sua condição cidadã.

Esse destaque dado à essa condição tem importância para a reflexão e análise da metodologia de Educação Patrimonial ora praticada, porque foi possível perceber, através dos relatórios analisados, das entrevistas e observações *in loco*, que além da naturalização do conceito de patrimônio e educação patrimonial, que há demandas sociais importantes por parte da população residente no bairro e que essa intervenção traz em si elementos de diversas potencialidades quanto aos efeitos sócio-econômicos.

Como bem destacam Boulghallat e Mariannick (2006), o Patrimônio cultural como conceito deve ser entendido como aquele que agrega diversos e distintos interesses entre os diferentes grupos sociais, quais sejam os relativos à territorialidade, econômicos, políticos, tradicionais, étnicos e mesmo mercantis. O patrimônio hoje, conforme assevera a autora, deve ser pensado como uma questão envolvendo demandas e garantias de direitos:

Por exemplo, que valores estão associados com o que está sendo perdido? Que forma é a resposta reativa? Como a coesão social é organizada em torno desse desejo de perpetuar? Que tipo de transmissão acompanha o desejo de continuidade? Linguagem oral, escrita ou sinal? (BOULGHALLAT; MARIANNICK, 2006).

Assim, o que se percebe diante das transformações globais de espaço e tempo, e ainda, na própria apropriação da cultura como capital na lógica mercantil estabelecida e que tem se refeito na conjuntura da nossa sociedade industrial ocidental, as referências identitárias passaram cada vez mais a esvaziar-se dentro de discursos politicamente corretos.

Importamos conceitos e valores<sup>20</sup> e passamos a brandi-los como palavras de ordem, naturalizando-os ao invés de simplesmente discuti-los ou viabilizá-los de formas mais democráticas. Passa pela interferência do Estado todo o processo de seleção, escolha, legitimação e imposição de algo como patrimônio cultural.

Fica clara essa interferência na própria existência de órgãos burocráticos específicos para esse fim e mais ainda na própria preocupação destes em fazer crer, fazer valer, condicionar formas de pensar e fruir do patrimônio constituído como legítimo.

---

<sup>20</sup> A própria tradução do termo *heritage* implica na importação ou assimilação de um sentido que se quer atribuir e de valores que dão significado aquilo que se quer definir, explicar.

Nas falas do informante B (A.S.D.C. 79 anos, homem, aposentado) as conjunções temporais casam-se com os objetivos presentes nos registros das oficinas desenvolvidas junto aquela comunidade.

Porém é crível observar a imensa inobservância de como essa sensibilização e conscientização acerca do que é deve ou não ser preservado, celebrado, lembrado, cultuado, não passe pelo crivo da escolha, da seleção, mas tão somente do princípio de apreender. O informante quando indagado sobre sua participação no projeto assim diz:

Os professores colocavam a gente sempre pra desenhar. Eu gostei muito da oficina, pois foi puxar até mais da memória da gente. O tempo mudou, mas o bairro continua o mesmo. (Informante B, A.S.D.C, homem, 79 anos, aposentado).

Outra moradora, aqui chamada de informante E (M.D.L.P.A, mulher, dona de casa de 65 anos, moradora e participante das oficinas) assim descreve e resume bem a sua experiência no projeto:

Particpei destas atividades [...] a gente conversava na frente da igreja, tinha muita pintura em azulejo. As reuniões eram feitas duas vezes na semana [...] a oficina foi muito boa, gostei de tudo, principalmente da atividade na argila (realizada na oficina 'Reinventando o Desterro') fiz várias coisas que retratavam coisas da minha memória, fiz uma boneca, um vaso, tudo de argila. No teatro de memórias eu pintava e desenhava bastante, enquanto que no Reinventando o Desterro eu tentava fazer réplica e esculturas em cerâmica de coisas que caracterizam o nosso bairro. (Informante E).

Como podemos perceber nas falas das informantes, moradoras e participantes das oficinas realizadas em projetos diferentes, há uma avaliação positiva, atendendo-se aos objetivos que demonstram os relatórios oficiais da Fundação Municipal de Patrimônio, que seriam despertar, sensibilizar, e preservar o patrimônio do bairro.

Essa avaliação positiva verificada pelos relatórios colecionados relativos aos anos de 2004, 2005 e 2006 referentes à preparação, realização e monitoramento das oficinas de educação patrimonial, bem como nas falas das informantes supracitadas, no entanto, deve servir de objeto para a nossa reflexão: características tão subjetivas, estruturas de pensamento e diferenças culturais podem ser mensurados num curto espaço de tempo?

Como se pode aferir uma mudança na postura da preservação? Há algum levantamento demonstrativo sobre o numero de depredações, atos de vandalismo? Há alguma pesquisa qualitativa junto à comunidade alvo e a comunidade total da

cidade para aferir como a percepção diante do espaço em questão foi modificada e se foi modificada?

Não tivemos acesso ou sequer soubemos nesse período em que fomos aos órgãos municipal, estadual e federal se existem pesquisas de aferição e avaliação das atividades institucionais junto à comunidade. Fica, portanto, apenas a indagação sobre o que se considera como sucesso do projeto.

De que forma essas atividades podem afinal fazer diferença no cotidiano dessas pessoas em relação aos espaços que são cenários de sua sociabilidade?

Essas indagações são afinal produto da nossa própria análise vez que compõem a forma pela qual procuramos investigar de que forma o Estado, na figura de suas instituições burocráticas lança mão de estratégias de ensino para modelar estratégias de operacionalização de seus patrimônios culturais.

Durante as entrevistas, realizadas durante dois dias de encontros, nas quais pedimos apenas que os entrevistados falassem sobre suas experiências quando participaram das oficinas de educação patrimonial, ouvimos dos próprios moradores do Desterro, os nossos aqui chamados informantes, que a mudança na rotina e o aspecto da interação social com a presença dos instrutores são os elementos que são destacados para uma avaliação positiva, demonstrando uma fragilidade no que concerne ao próprio resgate da sua cidadania.

Não foi relatada nenhuma mudança significativa sobre o incremento na qualidade de vida dessa comunidade, seja pelo incentivo a criação de pequenas feiras de comercialização de produtos artesanais, melhorias no sistema municipal de coleta de lixo, de rede de abastecimento de água, desenvolvimento de projetos de formação profissional dentre outros, por exemplo, que clamam com igual urgência na lista de desafios a serem percorridos pela Administração Pública para a localidade em voga.

Talvez o sucesso dessas iniciativas denominadas de educação patrimonial, ali realizadas fosse minimamente mensurável se houvesse algum mecanismo de aferição após os debates e trocas de experiências entre os participantes, na medida em que o método de avaliação contido nas atividades, que prima por uma metragem democrática dos objetivos e dos meios para obtê-los, não encontra densidade para uma avaliação global da própria gestão da atividade e do que se pretende afinal com a realização destas.

Conforme quadros 1, 2, 3 e 4 abaixo fica evidente que os conceitos se apresentam de forma naturalizada, calcada numa percepção de educação tradicionalista, ou seja, que toma o indivíduo como passivo na construção do conhecimento e impositiva de valores e perspectivas verticalizadas, bem como demonstram uma frágil abordagem do que significa o próprio projeto desenvolvido.

Afinal, o que está claro é a inobservância de subsídios capazes de alinhar uma política de preservação na medida em que não se esclarece o sentido de preservação que se pretende inculcar, nem tampouco, põe em xeque concepções distintas de patrimônio para que se modele democraticamente os melhores usos junto aos distintos interesses desses bens.

Não se observa, conforme os quadros seguintes tentam sintetizar, que os relatórios colecionados (cedidos pela FUMPH) apresentem inovações metodológicas no aspecto dos trabalhos educativos que se propõem, nem muito menos explicitam ou esclarecem quais os conceitos que serão desenvolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, observamos ainda que não se constituem de fato, enquanto uma estratégia distinta na operacionalização do patrimônio, mas tão somente reforçam a mesma e arcaica postura de impor um sentido de legado outorgado àqueles indivíduos.

É evidente também que não relatam como a metodologia de educação patrimonial trabalhada se assemelha à metodologia proposta pelo IPHAN, caracterizando uma confusão acerca da sua própria definição enquanto estratégia de gestão do patrimônio cultural.

Oras, se o termo educação patrimonial refere-se a uma metodologia muito particular no desenvolvimento de uma política de gestão de um dado patrimônio cultural, com o fito de inculcar valores preservacionistas em uma determinada comunidade para os seus bens tombados como histórico-nacionais, como desenvolver uma ferramenta que, por si só, não revela seus condicionantes, seus fundamentos, seus mecanismos de aferição de resultados.

Segundo a informante L (E.R, mulher, arquiteta, funcionária da FUMPH), as oficinas desenvolvidas pela FUMPH contam com o apoio do IPHAN, embora tenham como base fundamentada um conceito ampliado de educação patrimonial, muito mais preocupado com a questão da cidadania e não apenas restrito ao sentido do patrimônio.

Embora a técnica da FUMPH, informante L, tenha se manifestado no sentido de mostrar que há um diálogo entre as instituições não observamos, entretanto, nos relatórios colecionados conforme abaixo sintetizamos em quadros, a descrição deste apoio interinstitucional.

Não observamos também nenhuma descrição de como o critério de escolha das comunidades e dos próprios projetos e oficinas (que é feito pela própria FUMPH) é feito, nem como os recursos são distribuídos, vez que, por comporem um programa de revitalização urbana, os projetos de educação patrimonial são mantidos por verbas destinadas aos programas urbanísticos.

Nesse íterim, não encontramos também nenhuma definição clara sobre patrimônio cultural específica, mas muito mais subtendida como algo que é legado e conseqüentemente imposto. Percebe-se uma defesa de uma preservação naturalizada, isto é, fundada em si própria, sem demonstrar qualquer relevância num conjunto de políticas de gestão ou mesmo fundamentada para uma gestão mais ampla e democrática dos bens culturais por exemplo. Na medida em que as fontes selecionadas, o local, a metodologia, dentre outros elementos vinculantes, tendem a partir sempre de uma proposta similar diante da iniciativa de projetos de restauro ou de investimento urbano significativo por parte do poder público.

Senão vejamos:

Quadro 1 - Oficina “Brincando com o Patrimônio”<sup>21</sup> – Metodologia - 2005

Metodologia aplicada	Critério de escolha da comunidade	Metodologia de trabalho nas comunidades escolhidas	Fonte para referenciar nº de famílias beneficiadas no bairro <sup>22</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Apresentação de histórias com temas relacionados ao patrimônio material e imaterial para as crianças;               <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As crianças confeccionarão duas cobras gigantes;</li> </ul> </li> <li>Será realizado um passeio onde as crianças farão encenações pelas ruas do bairro com a serpente montada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Este bairro [Desterro] detém um conjunto de características fortes que englobam patrimônio material, imaterial e humano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Despertar nas crianças do referido bairro o interesse em conhecer, valorizar e preservar o patrimônio material e imaterial que se apresentam como elementos que fazem parte do seu próprio cotidiano.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O responsável em levantar o número de famílias / pessoas beneficiada fora a FUMPH.</li> <li>▪ Neste caso, foram ofertadas 30 (trinta) vagas para crianças participarem da oficina.</li> </ul>

<sup>21</sup> Oficinas que compõem o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - detalhamento e implantação do plano de reabilitação do Desterro e o Projeto de Educação Patrimonial – ANO: 2005

<sup>22</sup> Cabe à FUMPH as *pesquisas e levantamentos*, trabalho social, projetos a serem desenvolvidos e implantação das ações. Não há descrição de como esse critério de escolha é feito.

Quadro 2 - Oficina “Brincando com o Patrimônio”<sup>23</sup> – Custo e Avaliação – 2005

Custo total do Projeto Oficina	Fonte dos recursos obtidos	Local do processo de avaliação dos resultados	Como é feita a avaliação dos resultados
R\$ 738,25	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ Prefeitura Municipal de São Luís (proponente)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O local da avaliação foi na sede da escola de samba “Flor do Samba” localizada no Bairro do Desterro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A avaliação é verificada com a efetivação dos objetivos propostos através do debate e da troca de experiências entre as duas turmas.</li> </ul>

OBS: Não foi identificada no relatório da oficina nenhuma delimitação de conceitos que envolvam a questão do patrimônio histórico diferentemente da pré concebida idéia de que este é de todos algo intrínseco, herança. Em todos os documentos percebe-se de forma subjacente que esses conceitos vêm de forma naturalizada, como se a preservação fosse algo intrínseco.

Quadro 3 - Oficina de Educação Patrimonial “Teatro das Memórias” – Metodologia – 2005/2006

Metodologia aplicada	Critério de escolha da comunidade	Metodologia de trabalho nas comunidades escolhidas	Número de participantes da oficina <sup>24</sup>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Palestra sobre a História de São Luís com enfoque especial para o Centro Histórico;</li> <li>▪ Relatos dos participantes sobre locais do seu bairro que são significativos para a história de suas vidas;</li> <li>▪ Passeio pelo bairro por locais selecionados pelos participantes;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A comunidade foi escolhida por estar inserida no campo do Centro histórico da cidade;</li> <li>▪ Na comunidade há também a presença de pessoas da terceira idade, por isso foi relevante inseri-los na discussão de preservação do patrimônio e instigá-los a relatar suas lembranças de fatos sociais, culturais e humanos ocorridos na vida passada do Centro Histórico de São Luís.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Trabalho com moradores do bairro com idade igual ou superior a 65 anos;</li> <li>▪ Utilização de dinâmicas para realização das atividades com os idosos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ 20 (vinte) pessoas com idade igual e/ou superior a 65 anos.</li> </ul>

<sup>23</sup> Oficinas que compõem o Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - detalhamento e implantação do plano de reabilitação do Desterro e o Projeto de Educação Patrimonial – ANO: 2005

\* Oficina que compõe o programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais - detalhamento e implantação do plano de reabilitação do Desterro – ANO: 2006

<sup>24</sup> Cabe à FUMPH as *pesquisas e levantamentos*, trabalho social, projetos a serem desenvolvidos e implantação das ações.

Quadro 4 - Oficina de Educação Patrimonial “Teatro das Memórias” – Custo e Avaliação – 2006

Custo total do projeto/oficina	Fonte dos recursos obtidos	Local do processo de avaliação dos resultados	Como é feita a avaliação dos resultados
R\$ 557,50	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério das Cidades;</li> <li>▪ Prefeitura Municipal de São Luís (proponente)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A avaliação fora feita na área externa do Centro de Educação e Cidadania (CEDUC), localizado à Rua da Palma, mesmo local onde ocorreu a oficina.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os resultados foram avaliados através da exposição sobre a história do bairro, material que foi produzido ao longo da oficina, onde segundo o próprio relatório de monitoramento conseguiu realizar o objetivo pretendido.</li> </ul>

**OBS:** Oficinas que compõem o programa de reabilitação de áreas urbanas centrais - detalhamento e implantação do plano de reabilitação do desterro – ANO: 2006

Ora, se o Estado diz que cabe à si o papel de sensibilizar as pessoas de forma individual e transformar aquela comunidade gestora daquele patrimônio (que ela mesma não elegeu) como então pensar de que modo essa gestão em tese compartilhada não é um sintoma de uma não clareza ou mesmo dificuldade de pensarmos os problemas sociais a partir de quando e no momento em que acontecem, já que não há distanciamento para se compreender como e porque e qual a melhor alternativa a ser adequada?

Há que se destacar que, a discussão não pode se encerrar nesse ínterim, mas tão somente, ser compreendida a partir da sua expansão de como os próprios gestores e os moradores vêem as estratégias sobre o patrimônio serem executadas.

A FUMPH (Fundação Municipal de Patrimônio Histórico) cuja origem remete à Fundação Municipal de Cultura, inicialmente chamada de Coordenação do Patrimônio Histórico, surge apenas em 1998 para atender às demandas municipais geradas após a inclusão da cidade de São Luís na lista do Patrimônio Histórico Mundial da UNESCO, um ano antes.

Quer dizer, a preocupação do Estado em estar presente dá-se em sentido inverso. O título parece ser impositivo para a constituição de uma instituição que assevere ao município a sua garantia de preservação.

Mas que tipo de preservação? Aquela que petrifica e tira do espaço e do tempo sem proporcionar aos habitantes da cidade, aos moradores do entorno e

mesmo dos visitantes uma real experiência relativa à importância do bem constituído como patrimônio? Aquela que naturaliza conceitos em si mesma, isto é, uma preservação como fim de si própria? Aquela que transforma e reutiliza o espaço e o tempo e ressignifica-os dando novos contornos e funções sociais?

Como entender o que o Estado pretende com a criação de novas estruturas burocráticas? Com a adoção de práticas novas e importadas de modelos conceitualmente, socialmente e temporalmente distintos da realidade da cidade como os projetos de Educação Patrimonial podem exemplificar?

Todas essas inferências vêm aqui provocar reflexão, de modo que o exercício indutivo nos permita mostrar ao leitor como estamos construindo nossa análise.

Pensamos que não basta relatar, descrever e sintetizar conclusões sobre os relatórios, documentos e entrevistas que pudemos coleccionar. Mas, sobretudo, refletir uma crítica pontuada no exercício de pensar o que pode estar por trás dessas mesmas conclusões.

Segundo o depoimento da Informante L (E. R., mulher, 34 anos, funcionária da FUMPH) sobre o que acontece quando o Estado cria um novo aparelho burocrático para dar conta das demandas do patrimônio cultural, diz que a coordenação era recente, tinha acabado de ser criada em função do título e o município não tinha nada voltado para o patrimônio. O município nem conhecia o que era realmente o patrimônio:

Tinha que fazer toda parte de levantamento, de legislação, o que existe dentro de outros órgãos, a gente não tinha nenhum material, nem mapa do centro histórico, a gente começou do zero.

Por sua vez, o depoimento da informante L vai de encontro às representações do coordenador da instituição, Cidvan Santos no qual, este aponta, uma atuação municipal irregular e não inexistente:

A prefeitura tem uma atuação bastante irregular nesta questão preservacionista ao longo do tempo. A iniciativa primeira da preservação vamos dizer oficial em São Luís, foi uma iniciativa da prefeitura. Se formou uma comissão de preservação do patrimônio tradicional em São Luís em 1941 e essa comissão elaborou um zoneamento de preservação, baixou alguns decretos em conformidade com o que se estava pensando a nível nacional.

É importante destacar que a organização municipal para a gestão do patrimônio histórico se deu em resposta ao título (inclusão na lista da UNESCO em 1997). A ação estadual se fez presente, no entanto desde 1979 com a Convenção

da Praia Grande e o início do Projeto Praia Grande, mais tarde chamado de Reviver, tendo sido instalada inclusive em São Luís no período a Superintendência Regional do IPHAN.

A atuação municipal contemporânea na gestão do patrimônio cultural foi a mais recente de todas, estruturada a partir dessa inclusão na lista do Patrimônio Cultural. A transformação em Fundação deu-se somente em 2005, quando a Coordenação precisava de maior autonomia para captar recursos. Além de ter status de secretaria, agregava ainda o fato de ser uma Fundação e conseguia aparato jurídico necessário para desenvolver seus próprios projetos.

Nas visitas à sede da FUMPH na Rua do Sol, todos os funcionários sempre se manifestaram extremamente solícitos para com a minha pesquisa. Diferentemente do IPHAN, onde pesa um ar de desconfiança, estranhamento, impaciência e rispidez para com os pedidos de acesso aos documentos, relatórios e outras questões relativas à pesquisa.

Observamos o comportamento acessível dos funcionários na FUMPH e nos perguntamos afinal, se o interesse que foi despertado nas pessoas pela minha presença não seria também uma forma de assegurar uma visão positiva da instituição.

Por outro lado, a dificuldade no IPHAN me fez refletir que em ambos os casos, o posicionamento institucional parece estar personificado na figura de seu representante. Quem fala e de onde fala, a posição que ocupa conta muito na construção das representações sobre o que é o patrimônio.

Nesse sentido, a dissertação de Noronha (2007, p. 92) faz uma análise muito importante ao pontuar esses melindres que demonstram a fragilidade da gestão do patrimônio e a forma como o patrimônio cultural se personifica nas relações estabelecidas nas estratégias de ação sobre ele.

A autora assim descreve: “O assessor técnico do IPHAN está propondo que se construa uma estrutura que possibilite chegar à gestão compartilhada do patrimônio. O trabalho em conjunto é uma série de estratégias para se chegar a este objetivo”.

Essa mobilização para gerir de forma compartilhada o patrimônio pode nos revelar que a educação patrimonial é uma forma de gestão desse patrimônio, mas uma forma de gestão que em tese, seria democrática, por utilizar as memórias individuais como roteiro para o desenvolvimento de atividades lúdicas e compor um

grande quadro de referenciais, porém, acaba por esvaziar-se e tornar-se uma ferramenta impositiva de um Estado que parece não saber como lidar com a problema do patrimônio cultural e satisfazer todos as intempéries que dele são requeridas.

Conforme análise da dissertação de Noronha (2007) uma série de medidas em nome dessa gestão compartilhada é tomada: desde a ocupação física de imóveis, investimentos em reparos e restauros, o rearranjo de mesas e cadeiras dos bares que funcionam a noite e ocupam as calçadas centenárias, elaboração de uma programação cultural, fiscalização da higiene de alimentos na feira da Praia Grande, todas as ações em cadeias produtivas, tomando o centro como um *organismo*, nas palavras de Philippe Andrés 1982, nos mostram essa complexidade de demandas que a gestão do patrimônio cultural vem exigir do poder público.

A gestão do patrimônio em São Luís, portanto, caracteriza-se por uma dispersão de ações que acabam não encontrando um ponto único para o qual possam convergir.

A Educação Patrimonial aparece com uma dessas ações pontuais, cuja estratégia é ajudar, educar, mostrando os pontos críticos aos moradores, ao invés de punir. Porém, a forma como é apresentada e colocada a questão da preservação ou manutenção do patrimônio histórico (seja dos próprios casarões corroídos pelo tempo, seja pelas Igrejas, pela própria Feira da Praia Grande, seja pelas ruas mal calçadas, dos imóveis à beira do desabamento) os momentos dessas oficinas e palestras ainda persistem de forma impositiva do ponto de vista dominante: as pessoas, os moradores, os feirantes, os jovens são reunidos em torno de atividades, slides que contam suas próprias mazelas, quando não, já lhes é apresentado o seu legado, o seu patrimônio.

Quando lhe pedem que se manifestem, essa construção simbólica em nada traduz as reais necessidades, mas remetem muito mais a um apologismo romântico e talvez até ingênuo, que não corrobora com o conjunto tocante de mazelas sociais que realmente influem como causa do péssimo estado de conservação que muitos dos bens materiais se encontram.

Senão vejamos o que diz a Informante C (63 anos, mulher, moradora a 50 anos do bairro do Desterro e participante das oficinas de educação patrimonial) a respeito:

Nesta oficina eu trabalhei somente com pintura em azulejo, mas tinha outras atividades que eram realizadas pelos outros participantes [...] eu tinha que retratar como via a arquitetura dos azulejos dos casarões do bairro e também mostrar como eu queria que fosse [...] eu inventava um tipo de azulejo [...]

Fica aparente nas nossas observações, que o patrimônio cultural é um problema social e sociológico; ao passo que a nossa sociedade ainda tateia formas de lidar e de operar com sua própria existência.

Desde a sua gênese no ocidente, enquanto tal, a concepção de patrimônio ganhou uma série de qualificações: seja como herança, artístico, biológico, material, natural... qualitativos que lhes atribuem funções e novos sentidos (CHOAY 2001). Mas, muitos outros, parecem completar a lista: gestão, comunicação, preservação, pertencimento.

Sua influência social na escala de relações no espaço social é realmente adquirida quando o patrimônio assume seu sentido adjetivo: patrimonial. Assim, qualifica uma série de ações, deixa de ser sujeito e passa a constituir uma estratégia (NORONHA, 2007, p.106).

É evidente que o desenvolvimento de atividades denominadas de educação patrimonial realizadas em espaços históricos tombados, pode ser entendido como estratégia de operacionalização política econômica e social destes bens culturais, que são ao mesmo tempo alvos de investimentos de diversas instituições públicas e privadas, objetos de barganha política e prestígio entre as classes mais favorecidas que tentam recriar uma memória ou forjar um passado glorioso, mote de disputa turística para os empresários do setor hoteleiro, responsabilidade da administração pública junto aos seus administrados, frutos do descaso manifestado com a depredação, abandono, ou desprezo por parte de grande parcela da população além de serem ainda espaços onde acontece a dinâmica da sociabilidade cotidiana da cidade.

Só é possível entender, portanto, a educação patrimonial a partir desse contexto de múltiplos condicionantes que o patrimônio cultural agrega. E em apenas um recorte desse substrato complexo que aqui trataremos de nos debruçar. No capítulo seguinte faremos uma análise sobre essas formas novas (educação patrimonial enquanto um termo /metodologia recente) velhas (perfil socializador do Estado) de gerir o patrimônio cultural.

### 3 SOBRE A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NO BRASIL: UMA NOVA – VELHA FORMA DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

A Educação Patrimonial é um termo muito recente no Brasil. E aparece dentro dessas formas ressignificadas<sup>25</sup> de operacionalizar o meio implicadas pelas sociedades industriais contemporâneas. A nosso ver, a temática surge no amálgama das relações de coexistência entre os diversos patrimônios, as instituições e os próprios indivíduos, conforme vimos discutindo ao longo do capítulo anterior.

Pode ser entendida, a nosso ver, enquanto pressuposto de uma série de mecanismos e estratégias voltadas para uma dada lógica de preservação e promoção dos bens culturais de uma dada comunidade/sociedade.

É entendida ainda como uma metodologia de ação do Estado em uma tentativa de contornar as dificuldades de gestão do patrimônio cultural, tentando homogeneizar perspectivas distintas em torno de um determinado conjunto de bens, impondo valores, inculcando normas e ideais.

Assim, pudemos constatar quando do trabalho de pesquisa. Quando a Coordenação de Patrimônio Histórico tornou-se Fundação Municipal do Patrimônio Histórico em 2005 ocorre, conforme relatamos anteriormente, uma maior autonomia para a realização de seus projetos. Sua estrutura interna, entretanto, sofreu algumas modificações, em 2007<sup>26</sup> sendo instituída especificamente em seu quadro burocrático uma Coordenação de Mobilização e Educação Patrimonial.

A instituição desta coordenação por si só pode demonstrar um interesse do Estado em garantir que o desenvolvimento de programas dentro dessa perspectiva seja mantido.

O atual coordenador de Relações Sociais da FUMPH, Cidvan Santos assim relata:

A fundação teve que parar devido ao processo de reestruturação de outras secretarias, tendo em vista que o trabalho é executado de forma conjunta [...] mas não houve mudança ou alteração quando da alternância de Tadeu para Castelo.

---

<sup>25</sup> Aqui retomo as idéias iniciais relativas às discussões propostas por Rodrigues (1992).

<sup>26</sup> A Lei Municipal 4.859 de 04 de setembro de 2007 dispõe sobre a organização da FUMPH e seu o regimento interno.

Em referência à posse do novo prefeito, João Castelo em 2009, o coordenador da FUMPH, Cidvan Santos, revela que há interesse em manter uma linha de gestão do patrimônio, pelo menos no que se refere à administração pelo município.

Quando interrogamos sobre as responsabilidades da Fundação como ele classificava os que poderiam ser chamados de Educação Patrimonial, ele assim se manifestou:

O trabalho social do plano de reabilitação de áreas urbanas centrais, incluindo palestras. Projeto Caminhos da Memória, Projeto Viver o Desterro, Teatro das Memórias, Projeto de Comunicação Popular, As fontes históricas, Cores da Cidade e vários outros ainda em fase de elaboração e implantação [...].

O que se observa dessas falas do gestor é que, de fato, a educação patrimonial parece se legitimar como estratégia de gestão do patrimônio da cidade. Enquanto mecanismo de uma deficiente política patrimonial que ainda não se desenha em nenhum dos nossos focos de pesquisa.

Além disso, não conseguimos perceber tampouco, que a prática de educação patrimonial pretendida não tenha definitivamente clara uma metodologia nos moldes do que deveria seguir<sup>27</sup>. Nem como esses projetos são elaborados e após desenvolvidos, aferidos.

Tivemos acesso a vários relatórios dentro da Fundação Municipal do Patrimônio Histórico conforme quadro abaixo demonstra, relativos ao desenvolvimento dos projetos de educação patrimonial realizados de forma pioneira no bairro do Desterro e Centro Histórico da cidade, e em nenhum deles conseguimos discriminar o uso de conceitos delimitados referentes aos métodos de abordagem, escola teórica defendida, não identificamos também nenhum conceito de patrimônio cultural que se fará defender no desenvolvimento do projeto.

---

<sup>27</sup> Para um projeto ser denominado de Educação Patrimonial é preciso que seja baseado no Guia de Educação Patrimonial definido pelo IPHAN. Nele há toda metodologia que conceitua e informa a aplicação e o desenvolvimento de projetos com essa proposta. Nos relatórios colecionados não vimos menção alguma ao Guia, nem vimos conceitos esclarecidos sobre como os trabalhos iriam se desenvolver. O que percebemos, pois, foi a descrição naturalizada de atividades pedagógicas sem critérios outros senão o de incitar uma suposta preservação, já que nem essa mesma encontra subsídios que possibilitem desnaturalizá-la em uma análise ou viabilizá-la longe de si mesma. Isto é, há uma idéia de preservação pela preservação.

Quadro 5 – Coleção de documentos da FUMPH

Mês/Ano	Minuta	Folder	Projeto	Relatório
Dez/04	01	01	01	-
Set/05	-	-	01	04
Out/05	-	-	-	03
Nov/05	-	-	02	05
Dez/05	-	-	-	03
Jan/06	01	-	-	04
Fev/06	-	-	-	03
Mar/06	-	-	02	03
<b>Total Parcial</b>	<b>02</b>	<b>01</b>	<b>06</b>	<b>25</b>
<b>Total</b>	<b>34</b>			

O que observamos ainda, desses documentos colecionados, uma série repetitiva de um modelo burocrático de projeto padrão<sup>28</sup>. Todas as práticas de Educação Patrimonial são parte de um conjunto de ações de um programa urbanístico, denominado de reabilitação das áreas centrais urbanas, isso significa, aos nossos olhos, que não há uma política de patrimônio desvinculada das intervenções urbanas e serviços de melhoria realizados no centro.

Não dizemos com essa assertiva que uma política de patrimônio deva ser separada, isolada ou distinta de outras políticas urbanas. A assertiva friza a não existência de uma política pública de gestão do patrimônio cultural, por este vir a reboque de outras intervenções, igualmente pontuais e descontínuas, em sua maioria.

Além disso, dos conceitos quase que naturalizados de patrimônio como herança a ser assumido e assimilado pela população, o que se constata dessa pesquisa - é claro que sempre com suas limitações e implicações - é que a preservação que justifica todo o trabalho às vezes se confunde com melhoria ou mesmo reparo, e não implica por sua vez em qualificação da estrutura material do

<sup>28</sup> Projeto padrão, chamamos aqui aquele que tem um mesmo modelo normativo, como foi o caso de todos os relatórios que tivemos acesso. Embora não tenhamos observado nenhum critério para a adoção deste modelo, todos os documentos seguem uma semelhança inclusive nos relatos e descrições com pequenas alterações como nomes e datas, temos a sensação de estarmos lendo sempre o mesmo documento e ficamos quase sempre confusos se não verificarmos as datas constantemente.

bem tombado ou mesmo de incentivo para um re-uso deste bem para uma função que de fato possa implicar uma melhoria na vida das pessoas que ali moram.

De acordo com Horta, Grunberg e Monteiro (1999, p. 5) a Educação Patrimonial é uma *disciplina* recente no Brasil, introduzida formalmente a partir do 1º Seminário em 1983, no Museu Imperial em Petrópolis, Rio de Janeiro. É inspirada no trabalho pedagógico desenvolvido anos antes na Inglaterra (lugar onde a Educação Patrimonial ganha as primeiras formas no mundo) sob a designação de *Heritage Education*. No mesmo Guia, há a seguinte assertiva:

A Educação Patrimonial, segundo o Instituto do Patrimônio Histórico Nacional, é um processo permanente, sistemático, centrado no Patrimônio Cultural como instrumento de afirmação da cidadania. Objetiva envolver a comunidade na gestão de seus patrimônios histórico-culturais, pelo qual ela também é responsável, levando-a a apropriar-se e a usufruir dos bens e valores que a constituem. É um instrumento de alfabetização cultural que capacita o indivíduo para leitura e compreensão do universo sociocultural em que está inserido.

Por menção deste documento, que trata e regulamenta o conceito e a metodologia da Educação Patrimonial, resolvemos buscar o Guia de Educação Patrimonial Inglês, porém, não nos foi disponibilizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico na Regional Maranhão, nem tampouco encontramos referência no site do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) nem do museu Imperial, local de referência da prática a nível nacional.

Porém, em pesquisas na internet, encontramos um Guia com muitas referências contemporâneas, aplicado em vários estados norte-americanos. E, nesse primeiro momento, como fonte para entender como se processa essa semelhança ou dissonância, acerca das definições sobre a Educação Patrimonial, pelo menos no que concerne na tradução do termo, aqui cabe mencioná-lo; uma vez que, ao traduzi-lo, implicou-se, pelo menos em tese, na elaboração ou importação de uma série de conceitos e processos:

Heritage education is defined as teaching and learning about history and culture. It is an interdisciplinary approach to education that encompasses subjects like architecture, art, community planning, social history, politics, conservation, and transportation. This guide is intended to help persons identify information about heritage education programs and materials. Listing over 300 resources, the information highlights are available through museums, historic sites, national, state, city, and town organizations, as well as consultants and authors. The guide can be used to network among current practitioners in heritage education. It also can introduce educators from many disciplines to the values and principles of heritage education and can direct them to the various kinds of programs and educational materials. (HUNTER, 1988).

Numa livre tradução podemos assim compreender:

Educação Patrimonial é definida como um processo de ensino-aprendizagem sobre história e cultura. É um método interdisciplinar para a educação que abrange arquitetura, arte, planejamento comunitário, social e histórico, política de conservação e transporte. Esse guia pretende ajudar as pessoas a ter acesso à informações sobre programas e materiais de Educação Patrimonial. Reunindo mais de 300 fontes, as informações orientam sobre os museus, sítios históricos nacionais, estaduais e municipais disponíveis bem como de organizações comunitárias assim como dos autores e consultores. O guia pode ser utilizado como rede entre os atuais promotores da educação patrimonial. E pode ainda conduzir os educadores das mais diversas disciplinas aos valores e princípios referentes à Educação Patrimonial e pode direcioná-los aos vários tipos de programas e materiais educacionais<sup>29</sup>.

Gostaria de frisar a atenção para a palavra *Heritage*. Assim como patrimônio possui uma série de significantes, o mesmo pode ser referido ao sinônimo em inglês. *Heritage* contempla o mesmo significado de patrimônio se e, somente se, falamos em herança, legado. Patrimônio, por sua vez, necessariamente pode implicar a posse de algo. Portanto, *Heritage* não se configura como um sinônimo do patrimônio *in verbis*, mas análoga.

Denotativamente, portanto, *Heritage* e Patrimônio não se confundem. Mas de forma conotativa a tradução é legítima e oportuna para o sentido que se quer atribuir. A implicação disto é uma adequação ao um conceito generalizante e vinculado a uma concepção una de patrimônio e de identidade nacional.

A concepção de patrimônio que vem imbuída na defendida pelo IPHAN demonstra claramente aquilo que pudemos observar na análise dos documentos que tivemos acesso e nas conversas com os próprios gestores e moradores que participaram dos programas realizados.

É interessante destacar, que o IPHAN atua como o centro que legitima e atua como entidade quase que superior apta a conceder ao município no desenvolvimento de seus projetos a qualidade de ser ou não uma prática de educação patrimonial. Nos mesmos moldes a inexistência de órgãos de análise, aprovação e fiscalização de projetos e obras de intervenção em monumentos e sítios protegidos, a prefeitura encaminha ao setor federal os processos que solicitam alvará de construção em monumentos históricos tombados por exemplo.

Para ser qualificado, portanto, como educação patrimonial, um projeto deve seguir o Guia de Educação Patrimonial, por nele conter a metodologia de ensino-aprendizado proposta e adotada a nível nacional, primando por atividades

---

<sup>29</sup> Tradução nossa.

pedagógicas interdisciplinares com crianças no intuito de permitir que elas possam construir um sentimento de valorização diante daquilo que é dado como seu. Apenas o órgão federal possui um corpo de fiscais especializados na área de patrimônio cultural mais qualificado. A FUMPH conta com historiadores, arquitetos, sociólogos mas a qualificação que pressupõe fiscalização de obras, acervos e atestes de autenticidade são sempre encaminhados para o IPHAN.

Essas diferenças de formação e especialização técnica, segundo Burnett (2009, p. 4) bem como os critérios mais ou menos rígidos na aplicação da legislação, acabam por comprometer o dialogo entre os técnicos, inviabilizando a continuidade de propostas entre uma e outra gestão administrativa.

Uma coisa que fica evidente ainda e que deve ser mencionada é o fato de que a educação patrimonial, pelo menos em tese (aquela contida no Guia de Educação Patrimonial elaborado por Horta, aqui utilizamos a edição de 1999) por si só, já é uma metodologia e não uma atividade.

Na elaboração de projetos de educação patrimonial fica, portanto, em nós uma grande confusão afinal. Se é uma metodologia então seria correto que esses projetos venham, portanto, vinculados a programas de revitalização e reurbanização de sítios e bens históricos uma vez que seria conjunto de uma série de medidas que visassem uma política patrimonial efetiva de preservação, como é o caso do que deveria em tese acontecer em São Luís.

No entanto, o que se observa é que dentro do que se denomina Educação Patrimonial é que nenhuma dessas atividades consegue reunir um conceito de preservação ou mesmo de patrimônio de uma forma que não seja impositiva.

Nas descrições dos relatórios da oficina Brincando com o Patrimônio de 2005 cedido pela Fundação de Patrimônio Histórico Municipal observamos que, na metodologia de trabalho desenvolvida nas comunidades escolhidas está o despertar nas crianças do bairro o interesse em conhecer, valorizar, e preservar o patrimônio material e imaterial que se apresentam como elementos que fazem parte do cotidiano da própria comunidade do Desterro, sem, no entanto, descrever especificamente de que forma será feito esse despertar, e, portanto, desenvolvida uma idéia de preservação.

Pelas definições esboçadas, percebe-se claramente o quanto está amarrado nas instituições o conceito de legado, de herança, de algo que não se

escolhe e não se apropria, mas sim, se recebe e se deve passar a gostar e se identificar num processo quase que oposto ao que, acreditamos que acontece.

No nosso trabalho de pesquisa, tivemos a oportunidade de conversar com um arquiteto responsável há 10 (dez) anos pelo Programa de Educação Patrimonial realizado na cidade de Muqui no Espírito Santo. Espantosamente, diferentemente da nossa realidade, o processo ocorre em inverso.

Há dez anos a prefeitura, de forma independente do IPHAN vem executando através do Conselho Municipal de Cultura ações de educação patrimonial nas escolas do município.

O trabalho realizado conta com pedagogas, turismólogos, historiadores e arquitetos e desde o início, segundo o próprio Genildo Coelho<sup>30</sup>, a idéia era fazer com que a cidade deixasse de ser *velha* e passasse a ser *histórica*. Ele assim descreve:

[...] já trabalho com educação patrimonial desde 1998. O turismo foi consequência. O primeiro objetivo era a preservação do patrimônio [...]. (Genildo Coelho, homem, arquiteto, 42 anos).

O trabalho foi realizado com o intuito inicial de evitar depredação dos imóveis mais antigos da cidade devido a carência de recursos para mantê-los e aos poucos o que se percebeu foi que a cidade acabou abraçando uma concepção de que aquilo poderia se tornar fonte econômica. Tanto é que, estão a um passo de conseguir dar entrada no processo de tombamento junto ao IPHAN, que é o órgão que legitima todo e qualquer pleito para que algo seja assimilado como patrimônio histórico e artístico nacional. Isso sim, algo que tem substância legal e definida em lei.

Assim, ele descreve o trabalho:

Eu sou o mentor e coordenador do trabalho, mas tenho a parceria de 2 pedagogas da Secretaria Municipal de Educação e o apoio de uma turismóloga (secretária municipal de turismo e cultura), tenho também apoio do Conselho Municipal de Cultura [...] atualmente estamos produzindo 4 cartilhas de educação patrimonial adequadas às séries específicas. Cada escola possui em seu planejamento pedagógico os trabalhos adequados a sua realidade. Em 2004 trabalhei com os professores o tema folclore, em 2005: patrimônio, em 2006: turismo, em 2008 ampliamos o trabalho através de um curso de 120h que teve como objetivo 'provocar os professores à produzir ações em suas escolas.

---

<sup>30</sup> Arquiteto e funcionário do município de Muqui, Espírito Santo, responsável pela Coordenação do Programa de Educação Patrimonial há 10 anos.

Para Horta, Grumberg e Monteiro (1999, p. 5) a Educação Patrimonial, trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Isto significa tomar os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Só após esta exploração direta dos fenômenos culturais, tomados como “pistas” ou “indícios” para a investigação, se recorrerá então às chamadas “fontes secundárias”, isto é, os livros e textos que poderão ampliar esse conhecimento e os dados observados e investigados diretamente.

A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

A observação direta e a análise das ‘evidências’ (aquilo que está à vista de nossos olhos) culturais permitem à criança ou ao adulto vivenciar a experiência e o método dos cientistas, dos historiadores, dos arqueólogos, que partem dos fenômenos encontrados e da análise de seus elementos materiais, formais e funcionais para chegar a conclusões que sustentam suas teorias. O aprendizado desse método investigatório é uma das primeiras capacitações que se pode estimular nos alunos, no processo educacional, desenvolvendo suas habilidades de observação, de análise crítica, de comparação e dedução, de formulação de hipóteses e de solução de problemas colocados pelos fatos e fenômenos observados. (HORTA; GRUMBERG; MONTEIRO, 1999, p. 5).

O conhecimento crítico e a apropriação consciente por parte das comunidades e indivíduos do seu “patrimônio” são aqui apresentados como fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

É preciso que se questione, porém, não apenas o processo de escolha desses bens e o desejo da comunidade em preservá-lo, mantê-lo. Aparentemente, o que se percebe é um modelo a ser tomado como um mecanismo de gestão dos patrimônios culturais e a participação posterior da comunidade, num processo de doutrinação ou mesmo de enclucamento de valores a serem apreendidos.

O próprio Genildo Coelho, arquiteto que coordena os trabalhos no Espírito Santo, consegue expor que essa metodologia produz resultados, na medida em que eles conseguiram estabelecer um conselho, que é composto por 6 câmaras setoriais (12 membros da sociedade civil) e mais 5 membros indicados: 2 pelo executivo, 2 pelo legislativo e 1 pelo ministério público.

Nosso conselho não é paritário e é deliberativo, por exemplo já embargamos diversas obras da prefeitura fazer com que os moradores mudem sua percepção e suas atitudes em relação ao patrimônio da cidade [...] a percepção já foi completamente mudada: a cidade deixou de ser uma cidade 'velha' e passou a ser uma cidade 'histórica' essa foi a grande mudança de paradigma [...] as atitudes também estão mudando, mas muito lentamente, como era de se esperar.

Em nenhum dos relatórios cedidos pela FUMPH que pudemos colecionar porém, observamos alguma descrição que ateste eficácia com elementos palpáveis e mensuráveis, que não a mera constatação imediata de forma direta junto aos participantes pelos próprios gestores dos projetos, nem como esse impacto pode ser medido no cotidiano dessas pessoas. Além disso, não percebemos uma prática permanente nem a formação de uma estrutura de viabilidade e deliberação dentro da gestão e da estrutura municipal que se assemelhe a uma gestão

No entanto, essa organização entre as instituições começa a ser esboçada aqui em São Luís, através do Núcleo Gestor do Centro histórico, cuja pretensão é agregar uma maior participação civil e coordenar as decisões entre as instituições, além de servir como órgão regulador e consultivo de medidas a serem administradas no centro Histórico da cidade.

Porém, não identificamos no acesso aos relatórios nem tampouco nas entrevistas ou conversas com os moradores menção alguma a sua existência real e crível no desenrolar das oficinas, projetos e atividades documentadas como, por exemplo, os relatórios de realização e monitoramento das oficinas do Teatro das Memórias, projeto que continuou o primeiro projeto Viver o Desterro e teve continuidade ao longo de 2005 e 2006.

O que difere Muqui no Espírito Santo de São Luís, não é apenas o aspecto temporal, 10 anos, mas a adoção de uma metodologia clara e com propósitos factíveis e explicitados para toda a população, isto é, a metodologia de trabalho, segundo o seu coordenador, é algo construído ano a ano, junto as escolas e moldado de acordo com a realidade de cada localidade.

Além disso, os princípios das oficinas acabam envolvendo todas as gerações, não apenas idosos ou crianças, mas todo o conjunto social e seus distintos grupos, vez que toda a cidade, via redes municipais de ensino, cultura, patrimônio, ministério público e poder municipal é tomada como foco das atividades.

Além de agregar um conceito, que é explicitado no desenvolvimento das atividades, que é a transformação da cidade de velha em histórica e assim manter um espaço com referenciais comuns, a ponto de partir da própria população o pedido para o tombamento junto ao IPHAN, parte desta também o ressignificado dos bens materiais patrimoniais: quais seja, o potencial turístico, que pode vir a somar à vida econômica da própria cidade.

Outra diferença está na segurança do profissional que responde pelo projeto. Não estamos desmerecendo nenhum dos profissionais maranhenses, mas sim, destacando o domínio do tema e do desenvolvimento dos trabalhos de forma clara com os objetivos pelo arquiteto e pela equipe que coordena os trabalhos naquele município.

Essa suposta segurança na verdade apenas demonstra que há uma política pública voltada para o patrimônio cultural como um sistema complexo que atinge todos os setores no município de Muqui. Uma política cujo objetivo é ressignificar no tempo e no espaço a própria preservação e não a preservação em si mesma, como acontece em São Luís.

A experiência dos projetos em São Luís ainda pesa por uma dispersão de atividades, sempre condicionadas por iniciativas pontuais e na não anuência entre os órgãos.

Nisso, a dissertação de Noronha (2007, p. 94) consegue brilhantemente nos conduzir, quando revela que a gestão compartilhada do patrimônio na cidade de São Luís, na verdade ainda é uma grande e desconectada bola de neve, com informações descontínuas e decisões interpostas entre os distintos órgãos.

No Brasil, a gestão do patrimônio só passa a ser expressa a partir de denúncias de intelectuais (formados pelas escolas européias) sobre o abandono das cidades históricas e sobre a dilapidação dos tesouros brasileiros. A relevância sobre a preservação e sobre as formas de operar os bens culturais passa a ser posta em questão apenas com a necessidade de se contar uma história da nação, poucas décadas após a proclamação da República, na qual a população parece ter apenas assistido aos trâmites que assim definiram a nova condição do Império.

Preocupação essa levada pelos modernistas e assumida pelas instituições burocráticas do patrimônio, criadas para esse fim. Inicialmente com o SPHAN (Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em 1937, quando da seleção do que era mais ou menos histórico e representativo de uma *identidade* nacional.

Toda classificação é efetuada com base em um interesse, ou ponto de vista, delineado a partir de um referencial. É preciso entender, portanto, as diretrizes que levam à constituição de um conjunto de coisas a ser tido como digno de preservar e a receber um qualificativo de patrimônio de uma sociedade. Hoje o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico-Nacional) herdeiro do SPHAN anteriormente mencionado, conduz suas diretrizes a partir de quais *interesses*? O que dita a sua política de atuação?

Mais uma vez, essas questões no trabalho são parte de um exercício reflexivo. Tomando a máxima de que se, não se sabe a resposta discute-se a pergunta, na sugestão de Geertz (2001, p. 10). Não temos a pretensão de responder à todas as perguntas, esse é um trabalho limitado, porém, é inevitável que outras indagações, mesmo as mais irônicas, surjam e nos permitam perceber quão grande é a amplitude da discussão sobre o patrimônio cultural na contemporaneidade.

Esse interesse pode ser levado pela seleção do lembrar e do esquecer pautado nas discussões de memória a que nos conduz Pollack (1989) ou ainda nas discussões de que trata Elias (1979) sobre as disputas pelo poder de dizer a sua identidade e a do outro dentro de um jogo de imposições que estabelece uma cultura em detrimento de outra como legítima.

Existem diferentes percepções sobre as ações e interesses entre as instituições, o Estado, a iniciativa da sociedade civil e dos grupos minoritários que entendem que existem bens referenciais, mas sob perspectivas bem distintas.

O que há subjacente nas formas de conceituação e de operacionalização destes bens e o porquê de serem alocados investimentos públicos e privados – como aconteceu na cidade de São Luís, no bairro do Desterro, por ocasião de outubro de 2004, quando da realização do I Projeto de Educação Patrimonial realizado na cidade, em seu centro antigo, cuja fonte de patrocínio foi a Companhia de minérios VALE (a logomarca da empresa está impressa na minuta de elaboração do projeto em todas as páginas e inclusive no folder de divulgação nacional do Projeto cujo destaque nacional pode ser encontrado no site do IPHAN) e cuja

prerrogativa de apoio ao projeto estava a vinculação em mídia a um projeto educacional, cultural e ligado a imagem da cidade, vez que por ordem do restauro da Igreja do Desterro a obra era apoiada bem como a ação de Educação Patrimonial pelo IPHAN, sugerindo que os contornos que a Educação Patrimonial vem adquirindo no Maranhão é o mesmo que se apresenta como política nacional pelo órgão federal mencionado, pelo menos em tese.

A efetiva implantação de um Guia contendo todo o arcabouço teórico, metodológico e legal para orientar o desenvolvimento das ações de modo a sensibilizar a comunidade gestora do bem vai acontecendo ao passo que as localidades que demandam aporte de recursos para o registro, tombamento ou restauro propriamente dito passassem a ser alvo de iniciativas de educação patrimonial com o sentido de promover e partilhar a gestão entre o Estado e a comunidade referida. Como aconteceu no município de Muqui, conforme mencionamos anteriormente.

Pelo termo ser algo ainda relativamente novo, considerando-se quase duas décadas desde a 1ª experiência de Educação Patrimonial realizada no Museu Imperial em Petrópolis, constituído hoje, como centro de referência para toda e qualquer prática de Educação Patrimonial realizada no Brasil, talvez as práticas de educação patrimonial ainda estejam num momento em que precisamos deixar “rolar” para no futuro termos um leque com experiências que poderão servir de frutos para novos estudos e análises que nos levem a efetivamente contornar os problemas sociais que se avizinham dessas práticas.

No site do Museu Imperial ([www.museuimperial.gov.br/educpat.htm](http://www.museuimperial.gov.br/educpat.htm)) encontramos referência ao Centro de Educação Patrimonial, dentro do próprio Museu, que assim define sua política:

Os objetos e expressões do Patrimônio Cultural são o ponto de partida para a atividade pedagógica, realizada através da observação, do questionamento e da exploração de todos os aspectos desses objetos e expressões. O trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e conseqüente valorização de sua herança cultural, o que possibilitará o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de ‘alfabetização cultural’ que auxilia o indivíduo a fazer a leitura do mundo que o rodeia, instigando-o a compreender o universo sócio-cultural e a trajetória histórico-temporal em que está inserido. (O QUE É A EDUCAÇÃO..., 2009).

Como bem explicitamos no início do trabalho, o patrimônio cultural deve ser pensado como objeto dessa retórica e dessa ação que toma forma a partir de como são operados e utilizados esses bens culturais.

Como acontece no município de Muqui, por exemplo, a intenção foi ressignificar o conceito de patrimônio e dar novo uso e sentido a esses bens, tornando-os parte da dinâmica da cidade, das relações sociais ali estabelecidas. Isso aconteceu no desenvolvimento a longo prazo de oficinas, atividades, existência de um conselho de cultura autônomo e deliberativo, e de todo um esforço público para dar eficiência e materialidade à gestão do patrimônio da cidade.

Em Petrópolis, cabe ao Museu Imperial a liderança dessas atividades, bem como torná-las perenes. Não são encaradas como ações pontuais, mas tão somente partícipes do processo de integração entre o Museu, o seu acervo e aqueles que se interessam pelos bens expostos naquele espaço.

Evelina Grunberg, arquiteta do Museu Imperial e co-autora do Guia de Educação Patrimonial (1999), que embasa as ações de educação patrimonial apoiadas e geridas pelo IPHAN e outros órgãos representativos do patrimônio cultural - em seu artigo Educação Patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos naturais assim explicita como o termo foi pensado e trazido para o Brasil:

As primeiras experiências realizadas aplicando a metodologia da Educação Patrimonial datam de 1983, no Museu Imperial com a realização do I Seminário de uso Educacional de Museus e Monumentos, quando se detectou a necessidade do trabalho conjunto com professor [...] Posteriormente, em 1986, na Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Pró-Memória, priorizamos o trabalho dirigido à divulgação da metodologia junto aos professores da rede de ensino formal, para poder ampliar realmente o campo da atuação através do papel multiplicador que o educador desempenha dentro do sistema de ensino estruturado que é a 'escola' [...] Em função das opções e prioridades que definimos para desenvolver nosso trabalho, a metodologia e atividades que vamos apresentar se dirigem neste caso à criança brasileira que se encontra em plena etapa formativa e que em seu processo de incorporação aos grupos sociais, necessita aprender normas e regulamentos, maneiras de ordenar, perceber, e viver o mundo [...]. A intenção e objetivo da nossa proposta é a de proporcionar à criança um maior contato com a criação cultural que é um fazer contínuo da sociedade no qual a criança tem um espaço próprio, ao mesmo tempo que lhe possibilita adquirir os instrumentos para recriar, transformar, usar e desfrutar o patrimônio cultural da sua região, do seu país e do mundo inteiro, preservá-lo, enriquecê-lo para participar das mudanças da cultura de hoje e do amanhã. (GRUNBERG, 2008, p. 6).

Sobre a metodologia ela assim continua:

O importante na aplicação desta metodologia é que ela se inicie a partir do bem cultural e siga basicamente as seguintes etapas:

1. Identificação do Bem Cultural
- Observação e análise

## 2. Registro do Bem Cultural

Atividades de registro da identificação

## 3. Valorização e Resgate

Interpretação e comunicação do observado e registrado. (GRUNBERG, 2008, p. 9).

### E conclui:

A metodologia da Educação Patrimonial tem um amplo campo de atuação e propõe não somente uma nova maneira de utilização dos bens culturais do passado e do presente, como também uma nova postura por parte do educador, no sentido de incorporar os bens culturais ao processo de aprendizado e como auxiliares no desempenho das funções de transmitir o conhecimento. Como metodologia de trabalho, o conteúdo ideológico é dado por quem a aplica. Tanto o professor, como o educador do museu ou agente cultural que utilizem esta metodologia ou qualquer outra, precisam pensar no seu papel como transmissores de uma ideologia para a nova geração. Vamos reforçar os conceitos tradicionais a respeito da História e de uma visão do mundo ou deixar a possibilidade de interpretação por parte do aluno? Temos de assumir o compromisso da nossa geração que vai formar a quem vem. Seja qualquer a postura que se adote tem de ser consciente do papel que se desempenha como transmissor de conhecimentos e valores. O espírito crítico é o fator principal contra a alienação, é ele quem garante a formação de um adulto participativo e consciente do seu momento histórico. Para isso temos de identificar-nos e sentir-nos parte da corrente histórica que vem do passado, não perder nossas raízes para poder sentir-nos no presente, poder modificá-lo para transformá-lo num futuro digno para todos os homens. (GRUNBERG, 2008, p. 12).

Pela experiência pioneira no Brasil a autora expõe a metodologia como ação sistemática dentro dos limites do Museu e ao que parece, as ações desencadeadas na cidade de São Luís, em orientação do próprio IPHAN sugere que esta possa ser moldada a qualquer realidade e espaço, tomando-a como centrada no patrimônio e não nas pessoas, partindo do pressuposto de que há essa necessidade de uma alfabetização em relação aos bens já estabelecidos como patrimônios.

Na própria fala da Grunberg (2008) percebemos claramente que a metodologia prima e parte sempre do bem cultural e não do grupo social a que pertence. Tanto na experiência de Petrópolis como na cidade de São Luís, resguardadas as suas distintas realidades e configurações, os projetos acontecem de forma a “ensinar” ao cidadão sobre o “seu” legado. Enquanto que no município de Muqui, o conselho municipal de cultura atua de forma conjunta com diversos segmentos e delibera de forma anual o que se deve priorizar dentro do sentido de patrimônio que eles acreditam que lhes é digno de ser preservado, focado, investido.

Embora a metodologia do Guia sirva de base para as experiências em Muqui, o processo de ensino não parte dos bens culturais, mas das realidades distintas que cada comunidade dentro daquele município apresenta.

Assim nos fala Genildo Coelho, o coordenador, sobre o processo de elaboração dos trabalhos:

Trabalhar com o Iphan é muito difícil eles são muito lentos em suas decisões, o município é muito mais ágil [...] os conteúdos são trabalhados de forma transdisciplinar: em todas as disciplinas, mas cada escola possui em seu planejamento pedagógico os trabalhos adequados a sua realidade.

Outra observação a ser destacada é o fato de que a concepção de patrimônio histórico dentro do IPHAN é sempre aquela que está a ser transmitida, ensinada, presa a uma concepção tradicional em que pesa o ato de que cabe ao Estado o papel socializador.

Centrando no indivíduo o papel de mero receptor. Na verdade, é mais uma mecanismo de imposição horizontal sobre as formas de sentir e operar a realidade a partir de uma perspectiva que se pretende democrática e que na verdade, intui uma absorção de valores que se quer inculcar e não construir.

### **3.1 Sobre os Instrumentos Jurídicos Normativos**

Não existe nenhuma lei que faça distinção entre patrimônio cultural e histórico em sentido restrito ou denotativo. Entretanto a Constituição Federal de 1988 tem uma definição genérica bastante razoável para patrimônio cultural:

Art. 216 - Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial; tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira nos quais se incluem:

I-As formas de expressão;

II-Os modos de criar, fazer e viver;

III- As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV-As obras, objetos, documentos, edificações, e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais

V-Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico e arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Já o patrimônio histórico nacional é algo que tem definição legal. É composto pelos bens tombáveis nos termos do Decreto-Lei 25/37. Ainda assim, a decisão do que é patrimônio histórico ou não, passa por um processo (rotinas) de

juízo de valor, não é uma coisa intrínseca que todos possam reconhecer. Eis uma das grandes polêmicas ao distinguir ou eleger algo como patrimônio cultural. Esse juízo de valor pressupõe fazer conhecer e reconhecer.

Da forma como se apresenta a metodologia chamada de Educação Patrimonial, como mais um mecanismo de gestão dos patrimônios históricos, não é possível que o indivíduo, qualquer que seja o grupo a que pertença, se reserve ao direito de não tomar aquilo como seu patrimônio, mas ao contrário, será absorvido numa série de estratégias pedagógicas que, sob a adoção de atividades lúdicas e sedutoras tentam convencê-lo da importância de uma memória e de uma identidade que necessariamente não são parte da história de vida do indivíduo, do grupo, naquele contexto.

E é esse o intuito do Estado. Pelo menos no que se propõe essa metodologia: convencer, levar a crer, socializar, educar no sentido que Bourdieu (2007) entende, em que o Estado contribui para a produção dos instrumentos de construção da realidade, impondo e inculcando princípios. Pressupondo um sistema de ensino que influencia na criação de uma identidade nacional, dada como legítima.

A unificação cultural e lingüística que o sistema de ensino molda é acompanhada pela imposição de padrões e normas de língua e cultura dominantes, que por sua vez, não é acompanhada pela universalização do acesso (BOURDIEU 2007, p. 8).

Com Durkheim as formas de classificação social deixam de ser formas transcendentais para se tornarem formas sociais, isto é, socialmente arbitradas e socialmente determinadas (BOURDIEU, 2007, p. 8).

Uma tentativa disso seria a adoção do próprio termo patrimônio cultural, que passa a abranger um leque maior que o termo patrimônio histórico e artístico nacional, de definição legal específica, conforme abordamos anteriormente. Ao abrir-se a terminologia, em certo sentido, pode-se esvaziar o que é o patrimônio cultural de fato. Pois ao ampliar-se tanto a sua definição incorre-se no risco de que tudo pode ser então tomado como patrimônio.

E aí, cai-se na armadilha de que são as instituições burocráticas do Estado é que devem reconhecer o que é afinal o patrimônio histórico cultural daquela sociedade e não a história alinhavando os contornos do que deve ou não permanecer como legado (*heritage*).

Nisso vemos claramente na proposta do Guia de Educação Patrimonial (HORTA 1999) - referência para o desenvolvimento de qualquer atividade assim denominada - o Estado que se coloca como aquele que irá alfabetizar culturalmente os indivíduos, isto é, aquele que busca unificar através do sistema de ensino valores sobre uma determinada referência identitária construída.

Senão observamos o que diz a historiadora e mestre em Ciências Sociais, coordenadora do projeto Teatro das Memórias, Creudecy Costa da Silva quando indagada sobre como ela percebe o apoio do IPHAN para os desenvolvimentos de projetos de educação patrimonial na cidade de São Luís:

[...] o IPHAN Maranhão está na verdade reproduzindo as políticas a nível nacional... existem políticas patrimoniais diversas e não uma política patrimonial [...] existem, só precisam ser colocadas em prática.

Mas, onde as vemos? Onde as podemos perceber? Senão no dia a dia de como o órgão manifesta sua atuação junto às comunidades e a própria cidade em seus habitantes? É impossível não pensar que é na práxis da sociabilidade que se pode perceber os contornos dessas estruturas dominantes de valores que se quer incutir através da adoção de práticas de ensino na gestão de bens identitários. No entanto, não se pode deixar de pesar o outro pólo nesse cenário.

As configurações históricas são marcas indelévels que não são didaticamente previsíveis, nem compreendidas. Thompson (1992, p. 21) assim diz:

Por meio da história, as pessoas comuns procuram compreender as revoluções e mudanças porque passam em suas próprias vidas: guerras, transformações sociais como as mudanças de atitude da juventude, mudanças tecnológicas como o fim da energia a vapor, ou migração pessoal para uma nova comunidade [...]. Por meio da história local uma aldeia ou cidade, busca sentido para sua própria natureza em mudança e os novos moradores vindos de fora podem adquirir uma percepção das raízes pelo conhecimento pessoal da história [...] as pessoas são levadas a compreender o modo pelo qual o sistema político e social sob o qual vivem acabou sendo como é, e de que modo a força e o conflito têm desempenhado e continuam a desempenhar um papel nessa evolução [...].

A História enquanto ícone que atravessa a memória social é, ou ao menos deveria ser, elemento central na discussão sobre Educação Patrimonial, na medida em que através de sua rez permite que os indivíduos comuns se percebam parte integrantes do que chamamos de nossa história, enquanto reconstrução mais realista e democrática do passado (THOMPSON, 1992, p. 21).

Sem a participação democrática das comunidades gestoras do patrimônio fica inviável qualquer gestão que se pretenda nova e revolucionária. Impor ao bem cultural uma transcendentalidade em detrimento da história de vida e trajetória dos

distintos grupos, que naturalmente se identificarão e passarão a se “comportar” e “valorizar” “seus” patrimônios parece um tanto ingênuo.

Sobre uma política patrimonial, me refiro no sentido que Canclini (2001, p. 65) analisa: como um conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados a fim de orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social.

Nesse aspecto, o anteriormente abordado relativo à cidade de Muqui no Espírito Santo pode servir como exemplo, quando o coordenador dos projetos em Muqui narra que os moradores, estudantes, professores e profissionais das redes de ensino do município participam diretamente de todas as decisões e que o conselho municipal de cultura se constitui como órgão deliberativo e representativo atuando inclusive no embargo de obras da prefeitura que não estão de acordo com os critérios de preservação acordados.

Já se vão dez anos de exercício de atividades de educação patrimonial na cidade do Espírito Santo e o tempo também funciona como uma ferramenta que corrobora uma mudança na percepção dos moradores e na elaboração de dossiês junto ao IPHAN para o processo de pedido de tombamento dos sítios históricos municipais tombados desde 1998.

Por outro lado, na cidade de São Luís, as experiências de 2004 a 2006 que pudemos analisar, apresentam-se ainda de formas desconexas nos discursos dos próprios gestores, que ora creditam o insucesso desta ou de outra atividade à gestão anterior ou ao próprio não diálogo entre as instituições.

A superintendente do Patrimônio Cultural, Margareth Gomes de Figueiredo em entrevista realizada na sede da Secretaria de Estado da Cultura (Superintendência do Patrimônio Cultural) no bairro da Praia Grande assim descreve a política do Estado para o patrimônio:

[...] normalmente a Secretaria de Cultura tem as linhas. A política da Cultura na área do patrimônio é a preservação [...].

Coelho Neto (1997, p. 292) afirma que as iniciativas dos agentes visam promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável; considera, ainda, como uma ciência da organização das estruturas culturais que tem como objetivo o estudo dos diferentes modos de proposição e

agenciamento dessas iniciativas, bem como a compreensão de suas significações nos diferentes contextos sociais em que se apresentam.

Assim sendo, pela observação dos relatórios de preparação, monitoramento de oficinas realizadas pela FUMPH entre 2004 e 2006, bem como outros documentos, como folder divulgativo, minuta dos projetos, material de veiculação público que tivemos acesso não conseguimos detectar uma consonância de linhas institucionais e inter-institucionais, nas palavras da própria superintendente, mas sim ações pontuais e centradas na figura do chefe do órgão gestor correspondente.

Além disso, é notório que o conceito de preservação se apresenta de forma naturalizada e muitas vezes confunde-se com o de manutenção, até mesmo porque os imóveis do entorno onde acontecem as atividades de educação patrimonial - uma vez que estas são parte do conjunto de ações de programas urbanísticos do município - estão sofrendo algum reparo ou recebendo algum investimento por conta do Estado.

Em uma das falas da Superintendente do Patrimônio Cultural, Margareth Gomes de Figueiredo, observamos efetivamente essa dissonância entre as instituições que inviabiliza a existência de uma política patrimonial na cidade factível ou que permita o desenvolvimento de uma educação patrimonial que afinal se pretenda modificadora de posturas e de consciências:

Não participei de nenhuma dessas situações. Veja essa questão do ponto de cultura [...] acho que está dentro do Programa mais cultural. Esse programa está diretamente ligado ao gabinete do Secretário. Ele não tem vínculo com a área do patrimônio.

A Superintendência do Patrimônio Cultural está diretamente vinculada à Secretaria de Cultura. Pergunto-me: como o patrimônio cultural e a proposta de criação de pontos de fomento à cultura com apoio do Secretário de cultura não está vinculada à área do patrimônio?

Esse desconhecimento ou negligência ou mesmo falta de interesse da Superintendente demonstra uma fragilidade da instituição e só reforça essa ausência de solidez e de diálogo entre as instituições.

A memória que pressupõe a preservação do patrimônio, ao menos em tese, justifica a monumentalização de bens imóveis, o tombamento de espaços físicos e a atribuição de valores subjetivos junto a uma cena representativa no espaço social de uma determinada comunidade. Se essa mesma instituição não

reconhece que o espaço de cultura é o espaço da própria memória social e, portanto, de seus ícones identitários - aquilo que se pressupõe como patrimônio - não fica difícil, portanto reconhecer que ela mesma não diferencia nem desnaturaliza o que entende por preservar, reduzindo o conceito a fiscalizações e ações de manutenção pontuais e muitas vezes desconectadas de ações que se pretendem mais abrangentes atuando na prevenção ao invés da punição justamente por não ter em seu gestor uma figura atenta a uma visão maior do que se pode pensar como patrimônio histórico e política de patrimônio.

É importante destacar ainda que uma prática de Educação Patrimonial pressupõe o atendimento de normas observadas em lei atinentes ao espaço físico e ao ambiente. Na medida em que se pensa, o meio ambiente como espaço cultural onde acontecem as interações e relações sociais.

Uma prática de educação patrimonial, na medida em que esta se constitui enquanto metodologia conforme vimos abordando ao longo do trabalho, poderia vir alçada numa campanha de atuação da fiscalização da própria Superintendência, diferentemente do que parece acreditar a sua gestora:

No momento a gente não desenvolve nenhum projeto porque não temos um quadro de pessoal e estamos precisando de recurso institucional, hoje a gente desenvolve um trabalho mais de acompanhamento, monitoramento do patrimônio edificado [...] a área que a superintendência, que através do DPHAP monitora faz um acompanhamento tem 10 fiscais que circulam nessa área que é exatamente quatro mil e quinhentos imóveis [...].

O chefe do DPHAP (Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão) José Moraes Junior, reforça o coro de que há um descaso histórico:

Existiam muitos processos, arquivos jogados, destruídos pela não conservação da gestão anterior... as parcerias com o IPHAN e com a FUMPH estão paradas, porque a gestão anterior ficou apática em relação às parcerias com outros órgãos que agora que estão sendo retomadas [...].

Outra confusão que se pode perceber está na própria definição do que seria a educação patrimonial como prática, pois em tese, ela é uma prática ou uma metodologia na gestão do patrimônio cultural.

O chefe do DPHAP afirma que os projetos que são dados pelo DPE (Departamento de Projetos Especiais) têm um direcionamento educacional, mas não para a comunidade e sim para as pessoas que trabalham nesse órgão.

Então não deixa de trabalhar com educação [...] mas não é educação patrimonial [...].

Aqui incorre outra dificuldade dessa forma de gerir o patrimônio, vez que se torna mais uma política enfraquecida senão vinculada a algum projeto em escala maior. Porque somente os funcionários do órgão passam por algum tipo de educação? E de que forma se dá essa educação junto a esses servidores?

Essas questões aparecem aqui de forma a ironizar e refletir sobre essa postura e à própria assertiva feita pelo chefe do DPHAP, na medida em que sequer tivemos acesso a documentos ou a outras menções – no caso na fala de outros gestores - sobre como esse treinamento ou qualquer que seja a nomenclatura que seja dada ocorre e porque ocorre.

Por si só, a Educação Patrimonial, enquanto metodologia conceitual de trabalho definida e legitimada pelo IPHAN, de acordo com os relatórios e outros documentos que tivemos acesso, se modela como prática de ensino voltada para o inculcamento de valores relativos à preservação de patrimônios culturais, aplica-se a um programa institucional determinado na condução de projetos de urbanização ou de meio ambiente, ou mesmo de restauro de imóveis, ou ainda de atividades próprias a museus e casas de cultura.

Porém, enquanto alternativa de gestão do patrimônio não agrega nenhum diferencial nem propõe algo de fato inovador no que já se tem como modelo de gestão patrimonial no Brasil.

Lembramos ainda que na legislação sobre o meio ambiente, e mais especificamente a Lei 9.795 de 1999 sobre a Educação Ambiental que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, pode vir a reger as práticas e procedimentos de um programa/projeto/ação ou prática de Educação Patrimonial.

No entanto, não pudemos observar nos projetos disponibilizados pelas instituições nenhuma menção ao cumprimento ou atendimento desta prática específica. Mais uma fragilidade, vez que dissocia conceitos que se imiscuem dentro da dinâmica social.

Uma deficiência no que tange a sua aplicação enquanto uma metodologia independente ou inovadora, até mesmo porque desconsidera que o conceito de cidade hoje não pode estar desvinculado do de meio ambiente. Conceituação essa que se estende não apenas ao espaço físico natural, mas a todo espaço de vida humana.

Não estar dentro de uma legislação específica ou mesmo, ter autonomia no que concerne a sua estruturação dentro dos próprios órgãos institucionais de governo é algo que gera ainda outros complicadores.

A metodologia de Educação Patrimonial parece muito ambiciosa, mas não observa pequenas particularidades que o próprio sistema burocrático vigente nacional exige.

A exemplo disso, como será possível atender ao que regulamenta a Lei de acessibilidade para cadeirantes e deficientes físicos em espaços tombados e estruturalmente não projetados para contemplar o acesso às diferenças?

Outro nó que aparece na análise desses documentos se trata de dar sentido à forma pública. Permitir o acesso, o usufruto público. Como então, essa metodologia que se pretende agregadora das diferenças em torno dos bens culturais se ela mesma não contempla as exigências de uma política patrimonial ou cultural minimamente organizada?

O princípio constitucional brasileiro da eficiência da Administração Pública lembra que o interesse público deve ser elemento na eficácia do serviço público. Portanto, como se pode atender, ou criar programas de restauro no sentido que a atual concepção de preservação institui, sem contemplar de forma mais politizada garantias institucionais mínimas que estão em voga nas discussões mais atuais?

Não observamos, conforme listagem dos relatórios selecionados, menção ou justificativas formais para pleitear fins de serviço, nem muito menos a descrição de metodologias ou de conceitos teóricos formais nem mecanismos de avaliação ou mensuração que demonstrem a real justificativa da demanda.

Foca-se no meio, na obra, na palestra, na oficina, quando não se observa planejamento a longo prazo como todo e qualquer trabalho que pressuponha mudança de cultura, autonomia e controle social na aferição dessas práticas que se pressupõem socializadoras de uma história, de uma identidade, de um espaço relevante para uma determinada comunidade.

### 3.2 Panorama da Educação Patrimonial: caso do Brasil

No Brasil o marco do termo, ou do início das ações de Educação Patrimonial acontece em 1983 com o Museu Imperial de Petrópolis e ainda hoje, por iniciativa de Maria de Lourdes Horta continua sendo a grande referência nacional. O princípio básico da Educação Patrimonial é a experiência direta dos bens e fenômenos culturais, para se chegar à sua compreensão e valorização, num processo contínuo de descoberta (HORTA, 1999, p. 2).

A realização de inúmeras oficinas de treinamento de professores pelo Museu Imperial de Petrópolis na prática da metodologia proposta promoveu a disseminação do método e das experiências, enriquecida pela contribuição de cada agente educacional em seus diferentes contextos (HORTA 1999, p. 5).

A demanda por materiais e bibliografia relacionados com o tema fez com que, em 1999, com o apoio do IPHAN e do Ministério da Cultura, um “*Guia Básico da Educação Patrimonial*”, fosse elaborado com o intuito de servir de suporte ao trabalho em diferentes circunstâncias e experiências.

Algumas das propostas e práticas sugeridas no *Guia* foram inspiradas no trabalho educacional sobre o Patrimônio Cultural desenvolvido na Inglaterra, um país que se destaca pela qualidade de seu sistema educacional e pela riqueza de seus museus e de seus monumentos. Estas referências constam da bibliografia sugerida, mas são de difícil acesso no Brasil, e publicadas em inglês, segundo o próprio IPHAN

Outros Estados, conforme exposto no site do IPHAN, como é o caso de Muqui no Espírito Santo, há dez anos já trabalha com processos denominados de Educação Patrimonial em suas escolas municipais antes mesmo de sua cidade ter sido eleita Patrimônio Histórico nacional, aliás, segundo o arquiteto responsável Genildo Coelho o processo de tombamento inclusive foi pedido pela própria comunidade e ainda não foi aprovado, conforme pudemos abordar no início do capítulo, apenas para reforçar o pensamento vale a pena repetir o que ele assim diz:

Já trabalho com educação patrimonial desde 1998, eu fui o arquiteto responsável pelo dossiê que subsidiou o processo de tombamento municipal, que segundo o Iphan, é uma experiência única no Brasil trabalhar com o Iphan é muito difícil eles são muito lentos em suas decisões, o município é muito mais ágil [...] entre 1998 e 1999 (quanto se deu o tombamento) trabalhei basicamente com os proprietários dos imóveis,

comerciantes e associações [...] a partir daí trabalhei com professores e escolas [...] é um trabalho muito bacana que terei que ampliar em função da cidade em que trabalho estar prestes a ser tombada como patrimônio nacional [...] o Iphan está apenas realizando os estudos técnicos eu sou o mentor e coordenador do trabalho, mas tenho a parceria de 2 pedagogas da Secretaria Municipal de Educação e o apoio de uma turismóloga (secretária municipal de turismo e cultura), tenho também apoio do Conselho Municipal de Cultura, atualmente estamos produzindo 4 cartilhas de Educação Patrimonial adequadas às séries específicas.

Em conversa via sistema de mensagem *on line*, sobre programas de educação patrimonial, quando perguntado sobre os objetivos do trabalho, Genildo Coelho assim sintetiza:

[...] fazer com que os moradores mudem sua percepção e suas atitudes em relação ao patrimônio da cidade [...] a percepção já foi completamente mudada: a cidade deixou de ser uma cidade 'velha' e passou a ser uma cidade 'histórica'. Essa foi a grande mudança de paradigma, as atitudes também estão mudando, mas muito lentamente, como era de se esperar. Queríamos modificar inicialmente uma concepção generalizada de que a cidade era velha [...] visando dar uma dinamicidade pro turismo [...] o turismo foi consequência. O primeiro objetivo era a preservação do patrimônio.

Na verdade o que se pressupõe é que a comunidade, através de um trabalho permanente e sistemático do Estado assimilou a estratégia de gestão de seu patrimônio, através de atividades de ensino - Educação Patrimonial, antes mesmo de investir no processo de tombamento. Não foi algo que apareceu subitamente, mas foi construída nos moldes do que relatamos na referência à Bourdieu (2007), o processo de preservação foi criado junto à comunidade de modo a dar novos sentidos e significados para aqueles bens imóveis.

No entanto, em ambos os casos, tanto em Petrópolis, quanto em São Luís, diferentemente do que acontece em Muqui no Espírito Santo a comunidade não é ouvida efetivamente, mas sim é tratada como ouvinte, consumidora, passiva.

Não consegui encontrar formas distintas de diálogo entre instituições e comunidade, pelo menos no que se refere à cidade de São Luís, no que se refere às instituições pesquisadas, nas quais são utilizados conceitos como palavras de ordem brandidas, sem, entretanto, revelar como é construído tal necessidade, como tal metodologia foi selecionada, de que forma essa comunidade efetivamente participou, ou ao menos como foi feita a escolha institucional para ação naquela comunidade, ainda que em tese, ela mesma tenha pleiteado tal execução em si.

Segundo Horta (1999, p. 2) a Educação Patrimonial toma o patrimônio cultural como fonte primária do conhecimento, isto é:

[...] vê os objetos e expressões do Patrimônio Cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos.

Entretanto, não observamos que essa metodologia pedagógica seja melhor esclarecida nos projetos encontrados. Fala-se muito a partir de um pressuposto de que essa atividade pedagógica por si só já justificasse o que se pretende atingir. Qual a concepção de educação afinal que se pretende?

Afinal, a prática de Educação Patrimonial pressupõe um modelo de gestão do patrimônio histórico, numa tentativa - aqui, cabe esclarecer que não fazemos julgamento de valor, mas sim uma conclusão resultante de observações - de se legitimar um patrimônio que nem sempre é parte ou mesmo fruível pela maior parte dos grupos sociais.

Senão, qual o sentido afinal de educar? Observou-se que, subjacente, portanto, seria uma lógica impositiva, em que se tem por educar, inculcar valores e socializar. Muito diferente do discurso pretendido, num sentido de que o indivíduo constrói seu próprio conhecimento.

Porém, questionamo-nos: como o indivíduo aqui pode construir enquanto conhecimento senão reconhecer uma memória, uma identidade que necessariamente já está sendo dada e tomada como sua?

No próximo capítulo nos debruçaremos especificamente em entender o início dessas práticas na cidade de São Luís. Escolhemos os anos de 2004 e 2005 por contemplarem, de fato, um início de programas denominados de Educação Patrimonial. Sete anos após a cidade ter sido nominada Patrimônio da Humanidade pela UNESCO.

#### 4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM SÃO LUÍS: A GESTÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO NA CIDADE DE SÃO LUÍS

A primeira iniciativa de adoção deste modelo de gestão do patrimônio histórico de São Luís deu-se no ano de 2004, através do IPHAN em parceria com a Universidade Federal do Maranhão, tomando por premissa o modelo do *Guia de educação Patrimonial* fornecido pelo próprio IPHAN, pautado no primeiro trabalho realizado no Museu Imperial, em Petrópolis no Museu Imperial, conforme abordamos no capítulo anterior.

A fim de possibilitar uma melhor compreensão das condições e natureza da educação patrimonial efetivada em São Luís, faremos uma análise crítica a partir dos relatórios obtidos junto aos órgãos que atualmente desenvolvem esse tipo de ação junto à sociedade.

Primeiramente destacaremos o próprio modelo de relatório produzido para registro e descrição das atividades que obtivemos acesso. Observou-se que eles contêm inúmeras falhas de registro, como o conteúdo trabalhado, a programação e sua carga horária bem como ausência dos referenciais teóricos e metodológicos que são utilizados.

Fica vago quanto à forma e nível de abordagem e quanto aos instrumentos de verificação de aprendizagem, quando não se expõe que tipo de conceito de aprendizagem está se trabalhando ou se aferindo ou mesmo tentando construir.

Está ausente a metodologia utilizada por quem ministra esses cursos e se isso possibilita um diálogo, uma troca de informação com o público alvo. Seriam esses cidadãos somente receptores e não também construtores de um saber? Se o Guia de Educação Patrimonial produzido pelo IPHAN e tomado como a 'carta-magna' para legitimar toda e qualquer atividade desenvolvida que se pretenda ser chamada de educação patrimonial, expõe que a Educação Patrimonial é uma metodologia que centra sua atuação a partir do bem cultural e não dos indivíduos, cabe ainda indagar: seria uma educação socializadora? Impositiva? Construída sob uma perspectiva vertical?

Em nenhum momento nesses relatórios têm-se, no entanto, claro que é essa a metodologia utilizada, embora haja a inferência à metodologia do IPHAN, o

que já se pode ter como implícito. Até mesmo porque este parece ser um requisito fundante: seguir a orientação do órgão burocrático.

Outro elemento a ser colocado em questão está no fato de não haver discriminado nos projetos e relatórios que tivemos acesso (anos de 2004 e 2005 referentes às primeiras práticas de Educação Patrimonial realizadas na cidade de São Luís) de que forma houve o processo de desenvolvimento dessa metodologia e de quais instrumentos, instrutores e aferição e de quais resultados são relevantes e esperados.

Em todos os relatórios (34) e outros documentos (minutas, folder, material de divulgação pública detalhados no início do trabalho) que tivemos acesso observamos que ao mencionar metodologia, incorre-se numa descrição das atividades a serem desenvolvidas, sem levar em consideração que descrição de método implica a definição clara de conceitos e de objetivos que se pretende desenvolver.

Há uma reiterada descrição de comportamentos eminentemente tradicionais, relatos, palestras, sempre com a figura do indivíduo como aquele a ser munido de conhecimento. É claro que o ato de educar pressupõe a transmissão de valores, porém desconsiderar as especificidades locais e o próprio saber local pode incorrer numa postura determinista e que a longo prazo pode vir a não se sustentar.

O aspecto qualitativo e subjetivo dos conceitos e práticas (oficinas de artes plásticas para despertar o olhar para as construções das moradas das crianças) acaba permitindo que não se tenha claro de que forma afinal será despertado esse olhar, como será constatada essa mudança de visão, como e porque afinal essas construções (moradas) foram selecionadas, nem como será possível mensurar essas mudanças.

Outra coisa importante a ser destacada é o perfil dos profissionais. O aspecto multidisciplinar é importante, mas, como foi feita essa seleção e como foi o processo de trabalho e maturação do trabalho? Isso não consta nos documentos que tivemos acesso, embora haja uma permanência de técnicos da própria FUMPH tanto na elaboração, preparação e monitoramento das atividades. Isso está descrito nos relatórios. Têm sido os mesmos profissionais que respondem pela elaboração, execução e avaliação dessas práticas no município.

Entre os anos de 2004 e 2005 foram realizados cinco projetos, sendo o VIVER O DESTERRO o projeto inicial, numa parceria UFMA/IPHAN, e os demais

desenvolvidos pela FUMPH/MA. Em todo esse período constata-se pelos registros nos relatórios conforme observamos, que o volume de pessoas atingidas por esses programas e frequência deles é pequeno, em relação à população central da cidade.

Levando-se em conta que o próprio entorno do Centro Antigo e Histórico da cidade tem fronteiras distintas para as diferentes instituições e levando-se em consideração ainda que o responsável em realizar o levantamento do número de pessoas e famílias /pessoas beneficiadas nesse caso é própria FUMPH sem levar em consideração (pelo menos não mencionada) registros de outros órgãos estatísticos como o IBGE.

Para o IPHAN o Centro Histórico delimita-se a área dos imóveis com tombamento federal, resumido aos conjuntos arquitetônicos localizados no entorno dos três primeiros bairros formadores do Centro Antigo (Praia Grande, Desterro e Portinho), para município a área amplia-se para o entorno de 12 bairros, conforme explicitamos no início do trabalho.

Podemos destacar a partir da entrevista com uma moradora do bairro, informante C (M.L.A, mulher, 63 anos, dona de casa), que o projeto Teatro das Memórias (continuação do Viver o Desterro) teve um caráter simbólico significativo, no entanto, seus resultados têm sido ainda pouco substanciais em termos de impacto na vida dessas pessoas enquanto elemento de difusão de uma consciência conservacionista em torno do patrimônio, objetivo destacado dentro das ações realizadas:

Pra mim foi muito bom ter participado da oficina. Esse ano eu fiquei até meio assim porque não chamaram os idosos, que é o grupo que eu faço parte [...] Mas o que eu mais gostei lá foi de ter pintado nos azulejos [...] o curso durou mais ou menos dois meses [...]. Eu sempre participei de vários projetos e esses dois também foram muito bom [...] (sic). (Informante C, M.L.A mulher, 63 anos, moradora do Desterro há 50 anos dona de casa).

Constatamos que o efeito multiplicador não tem tido efetividade, na própria fala da informante C os projetos não tiveram uma seqüência de tempo significativa, nem contemplaram a permanência dos idosos em outros projetos. Além disso, essas várias oficinas não parecem ser encaradas pelos participantes como um projeto que envolva uma mudança de sentido para o uso daqueles bens patrimoniais, mas tão somente lhes envolver em atividades extra-rotina.

Os projetos seguintes foram “brincando com o patrimônio” de 2005, “Teatro das Memórias” de 2005, “Reinventando o Desterro” também de 2005 e “Comunicação Popular” já no início de 2006.

De certa forma não deram continuidade ao modelo utilizado no projeto pioneiro Viver o Desterro, no tocante ao desenvolvimento de uma metodologia própria e particular.

O Teatro das Memórias, que teoricamente se pretendeu continuador do Viver o Desterro, ampliou o foco para trabalhos sociais e de formação cidadã, aplicando palestras e oficinas pedagógicas e inclusive de formação profissional. O projeto agregou uma gama de atividades ao longo de quase dois anos, contando com a participação de outras instituições (Sebrae e Vale) no apoio financeiro das atividades, isso pode ser observado quando do momento de entrevista com a Creudecy e nos momentos em que eu pude participar *in loco* dessas atividades, como no dia 06 de dezembro de 2008 nas comemorações pelo Dia do Patrimônio nas dependências do MHAM.

No entanto, não é possível saber em que medida houve inovação ou acréscimo de novos elementos a partir dos registros dos relatórios. Para sanar essa lacuna aplicamos 04 questionários junto aos gestores dos órgãos e dos projetos de educação patrimonial bem como realizamos entrevistas livres junto ao público alvo desses projetos, visando colher dados sobre a forma de execução do projeto, periodicidade e seu tempo de duração.

Buscamos com as entrevistas identificar a percepção dos atingidos pelos projetos e suas avaliações sobre os mesmos, cuidando também obter qual sua visão de patrimônio, a fim de compará-los com as idéias e referências utilizadas por parte do poder público.

Observamos que nas falas construídas pelos participantes têm em comum os seguintes elementos: entre os participantes mais jovens predomina o “aprender” e o “valorizar”. Entre os mais idosos “memória da gente”, “nosso bairro”.

Essas construções podem revelar que os objetivos de incutir uma forma de pensar e uma postura sobre o espaço, enquanto estratégia da atividade a qual esses indivíduos participaram, reflete que em certa medida, a oficina tem conseguido, no que tange à implementação de uma cultura preservacionista referente aquele patrimônio cultural, atingir seus objetivos.

Observamos também que essas oficinas embora expressem objetivos diferentes quanto à faixa etária do público-alvo, no final acabamos percebendo que a fundamentação é a mesma: construir um sentimento de pertencimento isto é, unificar

um sentido perante aqueles patrimônios de modo a viabilizar uma melhor gestão destes bens.

Nos jovens é visado internalizar a idéia de que o patrimônio é algo importante, tem um valor e é digno de ser valorizado. Para tanto, as oficinas são estruturadas para ensiná-los *o que é e o que significa* o lugar onde vivem. Um formato que se assemelha aos moldes jesuíticos do século XVII, de acultramento, como concebida tempos atrás, onde alguém impõe sua visão de mundo, seus valores e seus costumes ao outro, que somente as recebe.

O pensamento antropológico desmistificou isso ao demonstrar que por mais dominante seja um grupo em referência a outro, ele jamais sai imune e sem absorver algo do grupo com o qual está interagindo.

Nas oficinas voltadas para as pessoas mais idosas foi observado que o objetivo era coletar dados e fazer registro da memória social desses segmentos através de diversos meios e recursos, sem explicitar afinal o que seria feito com essa coleta e como seria feita essa 'ponte' com os jovens.

Na oficina a gente fazia desenho, foi o que mais eu fiz lá [...]. O desenho era feito sobre as coisas do bairro, lugares e acontecimentos de antigamente. (A.S.D.C, Informante B, homem, aposentado, 79 anos).

Já que na oficina a gente tinha que retratar lembranças que a gente tinha do Desterro, e isso era feito através da pintura ou da escultura de coisas ou pessoas de antigamente e que faziam parte aqui do bairro. (P.D.M.V, Informante A homem, 68 anos, militar aposentado).

Fiz várias coisas que retratavam coisas da minha memória, fiz uma boneca, um vaso, tudo de argila. No teatro de memórias eu pintava e desenhava bastante, enquanto que no reinventando o Desterro eu tentava fazer réplica e esculturas em cerâmica de coisas que caracterizam o nosso bairro. (M.D.L.P.A, Informante E mulher, 65 anos, dona de casa).

Há nesses eventos uma mútua influência e os elementos locais são grafados nas percepções dos que lá chegam. Os eventos montados para socializá-los numa perspectiva preservacionista em torno de um patrimônio endogenamente definido enquanto tal, não ficam imunes às tensões desencadeadas pelas demandas locais. Essas redes de relações estabelecidas pela educação patrimonial são nitidamente perpassadas por concorrências de saberes, de visão de mundo e de necessidades.

Entende-se que a comunidade do Desterro, tem elaborado a sua própria maneira de experimentar as oficinas, dando-lhe uma funcionalidade coadunada com a sua condição de existência.

A Informante C (M.L.A, mulher, 50 anos, dona de casa) faz as seguintes considerações:

Devido a minha participação nestes projetos eu tenho a vontade de ter meu próprio forno de porcelana para fazer também cerâmica, pois na oficina eu fiz panela, vaso tudo de cerâmica.

Por outro lado, fica patente que esse projeto de intervenção do Estado, verificado como subtendido no investimento dessas práticas de ensino junto aquela comunidade, não tem uma visão ampla das condições dos moradores do Desterro, pois limitado a oferecer oficinas, não possibilita condições materiais que garanta a continuidade das atividades e a efetivação do participante enquanto agente multiplicador.

Deve-se também considerar que essa falta de apoio impossibilita concretizar novos meios de geração de renda a essas famílias. Por falta de um forno a Informante C (M.L.A, 50 anos, mulher, dona de casa), deixa de produzir um conjunto de peças cerâmicas que retratam o bairro e que poderiam ser vendidas.

Segundo os 11 entrevistados que participaram do projeto Teatro das Memórias as atividades eram desenvolvidas da seguinte maneira: duas ou três reuniões por semana à tarde. Havia palestras, dinâmica, pinturas, cerâmicas, desenhos e teatro.

Observa-se que esses procedimentos em geral não dão evasão ao saber local, uma vez que o conhecimento a ser ensinado e aprendido pelos moradores já está pronto, ou seja, já há previsto o conteúdo que será valorado.

Suas memórias servem apenas para preencher uma história que já veio montada. Elas são colhidas e organizadas em conformidade com a delimitação já dada para o patrimônio, como um legado a ser valorizado.

Sendo assim cabe perguntar de quem é esse patrimônio que oficialmente se institui tendo em vista que ele destoa do patrimônio vivo e vivido cotidianamente pela população, quando estes são afetados pelas regras ou pelas codificações estabelecidas pelo próprio poder público, no que tange à sua dimensão física e aos elementos construtivos e arquitetônicos senão de pequenos interesses dominantes?

Esse patrimônio nessa percepção destituída do valor humano torna-se um complicador para o gozo da cidadania e da qualidade de vida que deve existir no presente dessas pessoas. Sendo assim, a memória que se articula a partir dessas políticas governamentais é uma memória engessada como se a memória não

tivesse vínculos com o presente; mais estranho de tudo é que ela pudesse se realizar sem inserção do presente.

Como poderíamos assim manter essas áreas povoadas e habitadas e utilizadas por toda a população sem que elas possam corresponder as suas necessidades contemporâneas? Essa preocupação deve estar presente no que acreditamos ser parte integrante de uma política pública, pois dela deve servir de ponto de partida as pessoas e não apenas os bens por ela produzidos.

A partir das práticas efetivadas nos projetos e a própria avaliação dos atingidos por essas atividades, conforme pudemos vir observando nas falas em destaque dos nossos informantes ao longo da pesquisa remetem a idéias de educação muito mais preocupadas com o sentido reprodutivista e conteudista, exatamente como supõe o Guia fornecido pelo IPHAN.

Neste *Guia de Educação Patrimonial* utilizado por todos os órgãos para imprimir a qualidade de educação patrimonial ao projeto demandado, essas idéias destacam de forma literal o princípio de que educar cabe ao Estado, para *alfabetizar* esses indivíduos culturalmente, numa lógica centrada no bem cultural e não na própria comunidade, que hoje se situa no entorno deste mesmo patrimônio (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7).

Esse princípio desconsidera efetivamente o saber local como fonte primária de conhecimento, pois, ainda que utilize as memórias individuais como roteiro de atividades, as formas como as comunidades passaram a se apropriar daquele determinado bem, assim como esse mesmo monumento digno de ser cultuado como um *heritage* (patrimônio) não é efetivamente traduzido no que pretende, pois afinal a memória individual que é sugerida como um roteiro na execução das oficinas revela-se muito mais em instrumento de aprendizagem por assimilação daquilo que se quer inculcar.

Observamos que sempre no início do ano, no mês de janeiro - início dos relatórios que tivemos acesso - e fevereiro, até meados de março, existem três tipos de documentos distintos: um projeto de seminário ou oficina ou reunião, um relatório de monitoramento que inclui despesas e gastos totais e um relatório de preparação da atividade. Esses documentos são encaminhados ao Ministério das Cidades via Caixa Econômica Federal.

No entanto, nem todos os relatórios selecionados mostram como é feito o controle das instituições financiadoras quando do aporte do recurso, apenas

mencionam o que foi gasto durante a execução dos trabalhos, como pincéis, lanches, matérias escolares etc. Não observamos nenhum investimento significativo no que tange ao incremento dentro das dificuldades sociais que o bairro oferece.

Uma tentativa de formação profissional, presente em uma das oficinas (Teatro das Memórias) demonstra essa fragilidade social que a comunidade apresenta.

É importante destacar que não encontramos nos relatórios do programa de reurbanização (base pela qual os programas de educação patrimonial desenvolvidos no centro histórico da cidade de São Luís, são sustentados) nenhum detalhamento ou informações complementares sobre os recursos alocados e demandados nem mesmo os critérios que permitam maior entendimento de como é feita a gestão do valor e mesmo de como este é mensurado.

Há uma sensação de improviso na aferição ou controle na gestão dos objetivos e dos programas como um todo, não apenas no que se refere à própria mensuração das oficinas. Conforme observamos no quadro abaixo:

Quadro 6 - Planilha de custos do programa de reabilitação de áreas urbanas centrais, detalhamento e implantação do plano de reabilitação do Desterro <sup>31</sup>

<b>PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS DETALHAMENTO E IMPLANTAÇÃO DO PLANO DE REABILITAÇÃO DO DESTERRO</b>	<b>CUSTO ( R\$)</b>	<b>INVESTIMENTO TOTAL (REPASSE E CONTRAPARTIDA) <sup>32</sup></b>	<b>BENEFICIADOS DIRETOS <sup>33</sup></b>
Meses (Set, Out, Nov, Dez) - 2005	R\$ 8.601,00	R\$ 205.374,75	Aprox. 400 Famílias e 1.096 pessoas aprox.
Meses (Jan, Fev, Mar) - 2006	R\$ 7.038,25	Não informado	Aprox. 400 Famílias e 1.096 pessoas aprox.
<b>TOTAL DOS CUSTOS</b>	<b>R\$ 15.639,25</b>	<b>R\$ 205.374,75</b>	

**OBS:** Não foi identificada no relatório de monitoramento do Plano nenhuma explicação ou outro documento indicativo/anexo de como esse repasse é feito e como deve ser discriminado.

<sup>31</sup> O Plano de Reabilitação do Desterro que faz parte do Programa de reabilitação de áreas urbanas centrais, monitorado durante sua fase de implantação nos anos de 2005 e 2006.

<sup>32</sup> A fonte dos investimentos de repasse para o Plano de Reabilitação do Desterro provém do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades históricas – PAC que incluem como órgãos parceiros e financiadores o Ministério das Cidades, do Ministério do Turismo, Ministério da Educação, Ministério da Cultura.

O valor apresentado não está direcionado restritamente ao aspecto da dinamização cultural e educação patrimonial, mas também a melhoria física de imóveis, a instalação de centros urbanos como postos de saúde e escolas, promoção de atividades econômicas, das cidades Históricas.

<sup>33</sup> Cabe à FUMPH as *pesquisas e levantamentos*, trabalho social, projetos a serem desenvolvidos e implantação das ações, portanto o número informado de famílias e pessoas beneficiadas foram levantadas por este órgão, A FUMPH é a fonte desses levantamentos.

Pela análise dos 34 relatórios colecionados da FUMPH, observamos ainda que os projetos específicos para Educação Patrimonial necessariamente estão atrelados aos Projetos de Reabilitação do Município, que são Programas Urbanísticos e contemplam um objetivo global de entorno, tomando a Educação Patrimonial como uma estratégia de ação para dar eficiência à reabilitação do local impactado. No entanto, não observamos nesses mesmos relatórios qualquer clareza quanto aos conceitos ideológicos relativos a própria preservação, que se pretendem quando tomam por objetivo, por exemplo: conscientizar, despertar, resgatar memórias do lugar e das pessoas.

Não observando assim, controle de recursos, continuidade de recursos alocados, continuidade de gestão (os cargos são políticos) e, em especial, **a não autonomia dos órgãos**, sempre vinculados a políticas de governo distintas, o interesse público relativo à cultura e aos seus patrimônios (ou aquilo que é chamado como patrimônio histórico da cidade de São Luís) parece ser algo não questionado, ou quase que invisível dentro das esferas de governo que creditam o patrimônio ou a cultura como meros ícones burlescos.

Essa pode ser uma primeira impressão, a partir da coleção dos documentos ate aqui reunidos. Senão vejamos o que nos diz o Cidvan Santos, Coordenador de Relações Sociais da FUMPH:

A Fundação, diferentemente das outras secretarias pode captar recursos [...]. Os recursos vindos da prefeitura são mínimos, [...]. Na maior parte [...] são para manter a Fundação [ou ocorrem mediante contrapartida]. Vários projetos captam recursos do Ministério das Cidades (esfera federal) via convênios; da junta de Andalucia, organismo internacional; Ministério da Cultura por meio do Programa Monumenta. Além de parcerias com a VALE e ALUMAR.

As ações do município pautam-se de forma pontual, e engajada ao projeto urbanístico de intervenções. O objetivo central relacionado ao *despertar, resgatar, promover as histórias, os sentimentos de pertencimento, a auto-estima* dos cidadãos daquele espaço e justificados pelo gestor sempre como sendo parte de um objetivo maior conferem legitimidade a um pensamento que ruma para a não existência de uma política patrimonial, mas tão somente patrimonialista, de salvaguarda de patrimônios enquanto itens economicamente valorativos , cumulativos, e alvo de investimento, despesa e gasto de governo que precisa ter retorno.

Quando o gestor aponta para um objetivo maior subte-se justamente essa preocupação com o que o Estado “gasta” para manter e não necessariamente revela uma preocupação com o fim, que seria o atendimento do serviço público, de interesse público (art. 19 da Emenda Constitucional Brasileira).

Percebemos também que esse acompanhamento obedece ao critério anual de repasse de informações para os órgãos financiadores (governo federal e caixa) e não necessariamente atendem a um acompanhamento sistemático realizado em curtos intervalos junto ao público alvo ou em relação à própria equipe que compõe o trabalho.

Não observamos que haja um estudo interno ou um aporte teórico efetivo que norteie a condução dos trabalhos municipais mesmo quando dizem seguir a política nacional do IPHAN, embora com ressalvas.

Não há sequer uma descrição conceitual metodológica acerca dos planos de ação, a sensação que nos passa, ao menos em princípio, é de programas que se sustentam em senso comum, adequados ao calor do momento, seja ele pela oportunidade de um recurso imprevisto, seja ele por orientações políticas ou por competência questionável quanto à sensibilidade em relação ao que afinal se pretende, sob pena de círculo improdutivo mesmo com pretensões meramente econômicas e não socialmente comprometidas.

Percebemos que nesses Projetos as ações eleitas, por si só demonstram essa fragilidade. Senão vejamos o que nos diz a Informante L (E. R. mulher, arquiteta) funcionária da FUMPH, em conversa informal sobre como a Instituição encara o fazer educação patrimonial:

(nós) [...] seguimos as orientações do Iphan mas a (nossa) educação patrimonial que a gente faz aqui é mais ampla, (ela) é parte do programa de reabilitação do Desterro, e inclusive a própria comunidade percebe isso e veio nos procurar pelo sucesso do Desterro, a comunidade do Diamante e já estamos em vias de implantar um trabalho nos mesmos moldes dentro do Projeto de Reabilitação do Diamante [...].

Outro elemento a ser destacado por ocasião seria, portanto, o que estas duas instituições podem acreditar ser um diálogo, ser na verdade um desencontro de concepções.

Pela fala da técnica da FUMPH observamos que ela acredita que o trabalho do IPHAN é limitador, pois se trata objetivamente de uma política voltada para uma área restrita que é de interesse do governo federal, enquanto a área municipal e estadual contempla outras localidades e principalmente por creditar o

fazer educação patrimonial como uma ferramenta dentro de um programa de intervenções físicas e de um trabalho de conscientização que envolve as comunidades em torno não apenas do patrimônio pelo valor simbólico que este adquire, mas dos recursos que ali são empregados também nas ruas, na iluminação pública, na coleta do lixo.

Parece, numa primeira perspectiva, pela fala da referida informante (E. R., arquiteta, mulher), que a educação patrimonial assemelha-se a uma doutrinação dessas comunidades - quando fala em conscientizar - quanto ao trabalho da prefeitura, quanto aos poucos recursos empregados, quanto ao meio ambiente e quanto à concepção de cidadania que se pretende inculcar. Senão vejamos, quando ela assim se refere em outro momento:

[...] quando ele arranca um transformador daquele ele não percebe que aquilo foi investimento da prefeitura, que foi o município que investiu, que foi todo um gasto para iluminação pública que aquilo (o poste) que ele destrói é porque não tem consciência de que o Estado vai tá deixando de empregar talvez em outras coisas que ele precise. Então a gente vai lá e acompanha e traz a informação e mostra que aquilo lá é dele, e a exemplo disso a gente tem um projeto muito bonito que é a Casa do Bairro [...].

Em recente entrevista para o jornal O Imparcial de 22 de junho de 2009, a Superintendente do IPHAN, por sua vez, Kátia Bogéa afirma que a educação patrimonial não foi eficiente em São Luís:

Veja o processo de tombamento de São Luís começou na década de 40, do século XX. Nessa época ocorreram os primeiros tombamentos federais. O tombamento em conjunto de São Luís foi em 1974. Já Alcântara foi tombada inteira em 1948. E São Luís foi reconhecida como Patrimônio Mundial em 1997. É muito tempo. Acho que o trabalho feito com a comunidade, em relação à educação patrimonial, não foi efetivo o suficiente, deixa muito a desejar. Tem que estar nas escolas, na formação das crianças que têm que compreender e ter instrumentos de decodificação para saber o que significa esse patrimônio para suas vidas. Só assim elas vão protegê-lo. Ninguém protege aquilo que não conhece, então é preciso levar essa informação [...].

Pelas falas das representantes dos órgãos mencionados, podemos encontrar essas concepções distintas e também divergentes dentro do que se propõem, ao menos em atingir o público-alvo e na sensibilização ou conscientização deste, diante do impasse que parece se estabelecer dentro do patrimônio cultural, conforme discutimos no início do trabalho.

Pelo termo ser algo ainda relativamente novo, considerando-se quase duas décadas desde a 1ª experiência de Educação Patrimonial realizada no Museu Imperial em Petrópolis, constituído hoje, como centro de referência para toda e qualquer prática de Educação Patrimonial realizada no Brasil.

No site do Museu Imperial ([www.museuimperial.gov.br/educpat.htm](http://www.museuimperial.gov.br/educpat.htm)) encontramos referência ao Centro de Educação Patrimonial, dentro do próprio Museu, que assim define sua política:

Os objetos e expressões do Patrimônio Cultural são o ponto de partida para a atividade pedagógica, realizada através da observação, do questionamento e da exploração de todos os aspectos desses objetos e expressões. O trabalho da Educação Patrimonial busca levar crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento crítico, apropriação consciente e conseqüente valorização de sua herança cultural, o que possibilitará o fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. A Educação Patrimonial pode ser assim um instrumento de 'alfabetização cultural' que auxilia o indivíduo a fazer a leitura do mundo que o rodeia, instigando-o a compreender o universo sócio-cultural e a trajetória histórico-temporal em que está inserido.

Como bem explicitamos no início do trabalho, o patrimônio cultural deve ser pensado como objeto dessa retórica e dessa ação que toma forma a partir de uma forma de operar e utilizar esses bens culturais.

A inobservância de uma ação integrada, pode ser melhor descrita quando transcrevemos as conversas com os gestores entrevistados: Margareth Gomes de Figueiredo - Superintendente do Patrimônio Cultural (SPC), Jose Moraes Júnior - Arquiteto e Chefe do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão (DPHAP), o qual compõe junto com o DPE (Departamento de Projetos Especiais) a SPC (Superintendência do Patrimônio Cultural) e Creudecy Costa da Silva, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Maranhão.

A primeira, Sra. Margareth Gomes de Figueiredo Superintendente do Patrimônio Cultural, órgão do Estado, assim relata:

Se algum proprietário de imóvel pertencente à área do centro histórico deseja realizar alguma intervenção, por mínima que seja, deve comunicar à SPC, que fará uma análise prévia; autorizada a intervenção, será emitido um parecer, que será encaminhado à prefeitura para emitir o alvará [...].

Perguntei das atribuições da SPC, e ela disse que o órgão só acompanha os projetos na área do centro histórico (projetos de intervenção, sem relação direta com educação patrimonial, que curioso!) cuja fiscalização é desempenhada pelo DPHAP. Contudo, pela estrutura precária do órgão, a fiscalização é ineficiente:

Dentro da estrutura, das atribuições do patrimônio, existe uma área que é de pesquisa, que deveria estar desenvolvendo nessa área de educação patrimonial, é uma das atribuições de todos os órgãos do patrimônio. No momento, a gente não desenvolve nenhum projeto, porque não temos um quadro de pessoal, estamos precisando de recurso institucional, não temos um quinto atualmente para fazer nenhum tipo de trabalho educativo. Mas o DPHAP, criado desde 1973, de lá para cá, desenvolveu muitos projetos, como alguns em que íamos nas escolas; a gente tinha todo um equipamento, enfim, marcava nas escolas (palestras, ações relativas ao

patrimônio [...], no teatro, no museu histórico, sempre tinham essas atividades. Esse trabalho que a gente fez na época está desatualizado, porque ainda era com slide de fotografia de papel, uma espécie de retroprojetor com uma fita gravada, um citotape, um aparelho que eu tinha, gravamos até na rádio universidade. Quando esse equipamento ficou obsoleto, nessa época o patrimônio tinha também 10 arquitetos, uma equipe grande, engenheiros, de concurso, que hoje não tem mais. Hoje a equipe é muito reduzida, e a gente desenvolve um trabalho de acompanhamento, monitoramento do patrimônio edificado, mas o órgão participou da cartilha, entregue aos moradores, que tem a anuência de todos os órgãos, federal, estadual, municipal, e a gente, realmente, a nível estadual, dentro do órgão, o museu histórico faz um trabalho aqui, talvez fosse interessante você ir ao museu.

Margareth afirma que vários proprietários dão entrada logo na prefeitura, a qual acaba autorizando sem o parecer da SPC, causando enormes transtornos. Em diversas vezes, isso ocorre pelo desconhecimento dos proprietários, mas a prefeitura também peca por não orientá-los a esse respeito.

Olha, quando a gente fala de projetos, é mais projeto de intervenção no centro histórico, ou seja, a área que a Superintendência, através do DPH, monitora, faz um acompanhamento, tem 10 fiscais que circulam nessa área, que é exatamente de 4.500 imóveis, que são os imóveis que compõem a área do centro, ou seja, qualquer morador que quer fazer uma pintura, qualquer intervenção, tem que solicitar ao órgão de patrimônio para fazermos a análise. Nesse momento chegou exatamente um pedido desse, e vamos elaborar um parecer técnico. Quando é análise prévia, o proprietário leva para a prefeitura depois para pedir um alvará. Então, imagine a extensão da área do centro, muito grande, além do trabalho que esses fiscais têm com as edificações, eles vistoriam, se tiver intervenção sem projeto aprovado eles notificam, aí a pessoa tem um prazo para comparecer aqui, não sei se o Moraes te falou sobre isso (sic) (o chefe do DPHAP!!!), é mais ou menos o departamento dele. E realmente não tem como [...].

José Moraes Júnior, por sua vez, disse que o DPHAP fica restrito apenas às ações de fiscalização e acompanhamento. Os projetos que chegam à superintendência são analisados pelo Frederico Burnett, chefe do DPE (Departamento de Projetos Especiais).

Pelo que observei, o Burnett trabalha na área da SPC, já que o DPE não tem sala ou área exclusiva, além de não ter conhecimento de todos os projetos, pois tinha retornado há apenas 3 meses, por meio de um convite da própria superintendente, Margareth Figueiredo.

Quanto à estrutura da Secretaria, ele expõe que a SECMA (Secretaria de Estado da Cultura-MA), no que pertine ao patrimônio, instituiu atribuições para a SPC (Secretaria do Patrimônio Cultural) que, por sua vez, subdivide-se em DPE (Departamento de Projetos Especiais) e DPHAP (Departamento do Patrimônio

Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão), estrutura posteriormente confirmada pela Margareth (Superintendente).

Com relação às leis, José Morais falou apenas da lei de tombamento estadual 5.082/90, e citou que existia uma lei que instituiu a SEC/MA, mas não lembrava qual era. Depois a própria Margareth fez referência.

Aparentemente, a “salada” sobre as próprias atribuições e sobre até que ponto cada órgão pode ir sem necessariamente interferir no outro reflete um descompasso de ações e a inobservância de uma política cultural afinada.

Precisamente o que chamamos de afinação pode ser entendido como um obediência de critérios pontuais focados para atender uma diretriz e um objetivo estratégico dentro de um planejamento mínimo para o patrimônio cultural.

A própria conceituação do que é patrimônio cultural para o estado já determina a condução destas diretrizes e os traçados dos objetivos que se deseja atingir.

Assim, se a política cultural nacional contempla, por exemplo, como objetivo envolver os governos e comunidades para a gestão do patrimônio histórico e artístico nacional priorizando a demanda de obras de restauro de imóveis e de bens móveis é possível que os direcionamentos estaduais e mesmo municipais dialoguem observando o que diz também o traçado de sua própria política. O que, não parece ser o caso de São Luís.

Ao mesmo tempo em que não se entende as suas próprias atribuições ou se tem com clareza bem definida a estrutura de seu corpo de ação as instituições por meio de seus gestores, como bem podemos observar em suas falas, parecem limitar-se a um discurso de preservação física, como se a preservação justificasse ela própria e fosse um fim em si mesma.

Outro elemento que aparece na fala do Cidvan - Coordenador de Relações Sociais da FUMPH - diz respeito, no nosso entender, nessa compartimentalização que torna muito mais burocrática a gestão dos nossos patrimônios.

Senão vejamos quando ele se refere sobre a atuação do município na figura da Fundação.

Dentre os projetos de educação patrimonial que a fundação participa há o Projeto Caminhos da Memória, o Projeto Viver o Desterro, o Projeto de Comunicação Popular e o Projeto do Diamante. A FUMPH trata da educação patrimonial por meio de duas coordenações: A Coordenação de Relações Sociais e a Coordenação de Memória e Documentação (Lei

municipal nº. 4.493, de 08 de julho de 2005, que criou a FUMPH). Hoje, existe uma coordenação dentro da FUMPH chamada Coordenação de Mobilização e Educação Patrimonial, ainda em fase de estruturação (devido à criação da Lei municipal 4.859, de 04 de setembro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da FUMPH).

E continua:

Antes a educação patrimonial era vinculada a duas coordenações: A Coordenação de Relações Sociais e a Coordenação de Memória e Documentação (Lei municipal nº. 4.493, de 08 de julho de 2005, que criou a FUMPH). Hoje, existe uma coordenação dentro da FUMPH chamada Coordenação de Mobilização e Educação Patrimonial, ainda em fase de estruturação (devido à criação da Lei municipal 4.859, de 04 de setembro de 2007, que dispõe sobre a reorganização da FUMPH). Já há um esforço para que essa Coordenação 'saia do papel', a tendência é que os projetos sejam encaminhados tão logo a essa nova coordenação.

Outra diferença na atuação do município em relação à Secretaria de Cultura e a Superintendência do Patrimônio Cultural - órgãos estaduais - está na própria ligação que está tem direta com a esfera federal.

Não há um critério de hierarquia que numa primeira análise se pode supor: município, estado e federação. Mas acordos e contatos pontuais, descompassados e alterados oportunamente de acordo com a gestão política vigente.

Na fala do Cidvan Santos, coordenador da FUMPH podemos perceber essa dissonância claramente:

Existia uma discussão acerca de uma política cultural entre as 3 esferas, estadual, municipal e federal. Procurou-se unificar as discussões acerca da legislação e da política cultural, mas não houve consenso, até pela mudança de governo nas esferas estadual e municipal [...].

A Fundação, diferentemente das outras secretarias, pode captar recursos. Quando foi criada, existia um megaorçamento, de fonte 112 e 116, ou seja, recursos a captar. Os recursos vindos da prefeitura são mínimos, apesar de que esse ano foram maiores, mas em virtude da inclusão de uma reforma na estrutura física da própria fundação. Na maior parte os recursos da prefeitura são para manter a fundação. Vários projetos captam recursos também do Ministério das Cidades (esfera federal), via convênios; da Junta de Andalucia, organismo internacional; Ministério da Cultura, por meio do Programa Monumenta (também federal). Existem também parceiros como a Vale e a Alumar. A maioria dos projetos não podia contar sempre com a prefeitura, que já auxilia na manutenção. Quando a prefeitura ajuda financeiramente, ocorre mediante contrapartida. A maioria dos recursos tem sido da esfera federal, via Ministério das Cidades, Ministério da Cultura[...]

[...]  
Normalmente a Secretaria da Cultura tem as linhas. A política da cultura na área de patrimônio é a preservação, e sempre que a gente tem recurso, faz um investimento financeiro nos próprios imóveis da cultura. E atualmente a gente ta com uma linha de ação, de trabalho, pelo governo federal. E o governo federal lançou agora um programa chamado PAC, mas é aquele Programa de Ação para as Cidades Históricas do Brasil, que tem tombamento. O estado, junto com a prefeitura, vai participar desse programa. E a gente vai colocar todo um trabalho físico (as intervenções!),

como também seminários, palestras. Não é dirigido assim a um determinado grupo, mas é uma questão de promoção, de fazer chegar esse conhecimento, porque até hoje poucos conhecem, muito pouco o maranhense conhece e valoriza. Eles (maranhenses), sabem, por exemplo, que a cidade é patrimônio mundial, mas não sabem o que isso significa.

Diante do depoimento do coordenador, é interessante trazer à tona e refletir sobre as afirmações da Superintendente do Patrimônio Cultural em relação a forma de atuação da instituição dentro da hierarquia de poderes, e mais ainda quanto à percepção da população em relação ao patrimônio histórico. Na fala da entrevistada fica claro ainda o que de início vimos levantando como hipótese: o investimento priorizado ainda repousa no patrimônio arquitetônico.

Diante do que pudemos observar fica evidente que a educação patrimonial ainda é uma disciplina, ferramenta ou mesmo metodologia que ainda não possui uma nítida clareza sobre afinal sua própria delimitação / conceituação / amplitude.

Seu desenvolvimento gira em torno de projetos que qualificam investimentos do Estado sobre bens patrimoniais que sofrem investimentos pesados ou que demanda da administração pública resposta quase que imediata ou recorrente diante da responsabilidade e do impasse social.

O que se percebeu ainda é que as instituições tateiam e buscam formas de contornar as deficiências históricas de gestão do patrimônio cultural, presas em posturas burocráticas ainda arcaicas, que não esclarecem ou constituem uma política patrimonial sólida e pautada para um real ou minimamente fruível sentido de preservação.

A população ainda é vista como público, consumidor, aquela que irá receber, reproduzindo e assimilando os valores que o Estado socializador deve transmitir e tornar legítimos.

A nossa avaliação dessas iniciativas é positiva, mesmo com todas as complexidades que são levantadas quando de uma análise mais ou menos organizada, pois a iniciativa prima pelo que é novo e pelo que pode ser feito diferente, pelo mérito da tentativa.

O que não dá, porém, é a reprodução consciente e deliberada por falta de motivação ou de outro interesse, que mantenha uma postura pretensamente democrática quanto ao uso dos bens culturais e patrimoniais quando na verdade ainda insiste-se num patrimônio que não passa pelo crivo da ressignificação junto à

própria sociedade, vez que se esta não consegue imbuir sentido para aqueles bens é no mínimo ingênuo acreditar que se possa calcar valores novos e novas posturas, ainda mais a longo prazo como pesam as propostas dos projetos observados.

Mudança de pensamento, de postura, de comportamento e, portanto, de sentir e operar a realidade somente acontecem dentro dos espaços que essas relações se tornam sólidas e fruíveis.

A dinâmica social demanda tempo, e não pode ser pautada como máquinas e mecanismos que mudam à pronto como tais iniciativas colocam a ponto de auto – avaliar-se bem sucedidas.

O sucesso somente poderia ser aferido quando tais processos fossem parte da própria dinâmica da vida social e mais ainda, quando se pudesse minimamente discutir mudanças de percepção realmente significativas se afinal esse era o objetivo do projeto, fazer com que as pessoas mudem suas formas de sentir e operar aqueles espaços.

Nossa pesquisa ainda tem uma série de limitações, porém, como estratégia, a educação patrimonial ainda desliza em sua própria estrutura e dificulta um avanço, pelo menos no que concerne às atuais reproduções tradicionais e impositivas de valores e conceitos, que nada agregam ou acrescentam a ponto de permitir que as pessoas passem a dar outro sentido - positivo - aos patrimônios culturais.

## 5 CONCLUSÃO

Nestas primeiras incursões do nosso trabalho de dissertação vimos observando certa dificuldade de acesso dentro das instituições, seja pela mudança de governo, que deixava a expectativa da transição parar o funcionamento destas, seja pelas dificuldades de relacionamento entre a universidade e as instituições do patrimônio na medida em que muitas das análises acadêmicas pesam pela crítica em seu trabalho construtivo de análise.

Se o medo da crítica parece gerar tal desconforto no acesso às instituições públicas, essa mesma crítica somente deve acontecer quando munida de estudo comprometido e sério pautado no faro investigativo e na análise responsável do material que serve para dar contorno ao problema pesquisado.

Informações parecem ser requisitos centrais nas mãos de um ou outro agente público, ferindo em certa medida a impessoalidade e o interesse público, princípios constitucionalmente valorados.

Essa dificuldade, desde o início já nos serviu como mote, tomada no processo de análise de nosso objeto, partindo-se do pressuposto que muitas vezes demonstra uma insegurança ou uma clara ausência de uma política cultural ou patrimonial efetiva, consonante com o público - no sentido literal mesmo do termo - ou minimamente comprometida de forma autônoma com os interesses que o patrimônio cultural da cidade possa vir a representar.

É claro que os distintos grupos, não apenas dentro da cidade de São Luís, mas dentro dos próprios moradores alvo dessas oficinas, como pudemos observar na transcrição de suas entrevistas ao longo do trabalho, têm percepções distintas sobre seus patrimônios, seja pela questão, territorial, política, partidária ou mesmo econômica.

Ainda que não tenhamos entrado na discussão como os diferentes grupos se apropriam ou como percebem esses bens identitários, cabe a ressalva de mencionar que a perspectiva sobre o patrimônio é historicamente lapidada e não impositiva como parece acontecer ao longo do que o Estado em suas múltiplas faces de atuação governamental dentro dos órgãos do patrimônio parece tentar desenvolver.

O que ocorre com esse argumento seria destacar que o encontro das diferenças poderia vir a se constituir como fim de uma política de patrimônio, desde que sua gestão conduzisse a um sentido comum à preservação e não tomar a preservação como fim de si mesma, conforme atestamos quando na coleção dos documentos aqui reunidos.

O que observamos nas falas iniciais de nossos entrevistados, os gestores dos órgãos do patrimônio, é justamente uma clara ingerência de ações pontuais, descontínuas, dissonantes e sem comunicação entre si, muito mais dependentes de articulações de governo ou de posicionamentos políticos, personificados na figura do representante do órgão, muito embora os critérios para a avaliação não nos forneçam substrato suficiente para uma análise crítica.

Ora o patrimônio, como é assim tomado, parece atender ora objetivos econômicos, ora culturais, ora meramente estéticos, ora preservados por ser a preservação a palavra de ordem da vez, ora simplesmente parte de um programa de urbanização, de revitalização econômica ou como propaganda de um “bem cultural da humanidade”, quando sequer a própria cidade não entende ou pode explicar como ele se constitui como *bem* coletivo. Como atesta a própria Superintendente do IPHAN, na entrevista concedida ao Jornal Imparcial, conforme transcrevemos anteriormente no corpo do trabalho, ao mencionar que é preciso mais compromisso, mais empenho, que ainda há um descaso até generalizado por parte da população e do próprio poder público em relação aos seus patrimônios culturais e que a educação Patrimonial precisa ser priorizada e ampliada, realizada nas escolas municipais, e estendida a todos os setores da população de modo a dar essa consciência à população

Fica claro o conceito da proposta metodológica que legitima uma forma de preservação petrificada e muitas vezes alienada às condições sociais e econômicas daqueles que diariamente vivem, estudam, moram e convivem com esses bens imóveis.

A Educação Patrimonial, pois, tem se constituído como uma ferramenta ou mesmo estratégia do Estado na operacionalização do patrimônio cultural. Isto é, numa tentativa em dar solução para todos os anseios que parecem se configurar nas cenas contemporâneas e elege-lo como um problema social contemporâneo.

Fica evidente nas entrevistas e nos relatórios que tivemos acesso, que as instituições estudadas ainda tateiam e buscam formas de contornar as deficiências

históricas de gestão do patrimônio cultural, presas em posturas burocráticas ainda arcaicas, que não esclarecem ou constituem uma política patrimonial sólida e pautada para um real ou minimamente fruível sentido de preservação.

A população ainda assiste a uma forjada democracia dos patrimônios quando na verdade não pode ela mesma escolher esse “patrimônio”, que lhe é imposto, tomado como ‘herança’.

Quando falo em escolher o patrimônio, me refiro a dar sentido ao usufruto, estar inserida dentro da partilha significativa que este acesso ao bem cultural pode gerar e não apenas ser incutida numa preservação cujo fim é a própria preservação.

A nossa avaliação dessas iniciativas, entretanto, é positiva, mesmo com todas as complexidades que são levantadas quando de uma análise mais ou menos organizada, pois a iniciativa prima pelo que é novo e pelo que pode ser feito diferente, pelo mérito da tentativa, ou seja, bem ou mal, é preciso fazer a gestão desse passado, não é possível simplesmente ignorá-lo e perdê-lo.

O que não dá, porém, é a reprodução consciente e deliberada por falta de motivação ou de interesse convenientemente político, que mantenha uma postura pretensamente democrática quanto ao uso dos bens culturais e patrimoniais quando na verdade ainda insiste-se num patrimônio que não passa pelo crivo da ressignificação junto à própria sociedade, vez que se esta não consegue imbuir sentido para aqueles bens é no mínimo ingênuo acreditar que se possa calcar valores novos e novas posturas, ainda mais a longo prazo como pesam as propostas dos projetos observados.

As mudanças de pensamento e comportamento e, portanto, de sentir a dinâmica social somente acontecem na práxis das relações sociais. É nesses espaços que essas relações se tornam sólidas e fruíveis e não longe deles, é preciso considerar não o que a população pode aprender mas sim o que ela pode construir e o que já tem construído afinal a partir de como lida com e nesses espaços.

Se percebe que a gestão municipal ainda não encontrou alternativas sólidas, reais ou factíveis de como lidar com os problemas contemporâneos relativos aos seus patrimônios, no que tange à uma perspectiva democrática, contrariando a sua própria ambição.

A dinâmica social demanda tempo, e não pode ser pautada como máquina e mecanismo que muda à pronto como tais iniciativas colocam a ponto de auto-avaliar-se bem sucedidas.

O sucesso somente poderia ser aferido quando tais processos fossem parte da própria dinâmica da vida social e mais ainda, quando se pudesse minimamente discutir mudanças de percepção realmente significativas se afinal esse era o objetivo do projeto, fazer com que as pessoas mudem suas formas de sentir e operar aqueles espaços.

Nossa pesquisa ainda tem uma série de limitações, porém, conseguimos perceber que, como estratégia, a educação patrimonial ainda desliza em sua própria estrutura e dificulta um avanço na efetiva implementação de uma política patrimonial na cidade de São Luís, pelo menos no que concerne às atuais práticas que mais se assemelham a reproduções tradicionais e impositivas de valores e conceitos, que nada agregam ou acrescentam a ponto de permitir que as pessoas passem a dar outro sentido ou uso - positivo - aos patrimônios culturais, que em tese, afinal, lhes é legado.

## REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BAUMAN, Zygmunt. **A globalização e suas conseqüências**. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOULGHALLAT, Adil; MARIANNICK, Jade. **Patrimônio imaterial: perspectivas da interpretação do conceito de patrimônio**. 2006. Disponível em: <[ghallathttp://www.ethnographiques.org/2008/Boul](http://www.ethnographiques.org/2008/Boul)>. Acesso em: 14 abr. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. **O poder simbólico**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm)>. Acesso em: 28 mar. 2009.

BURNETT, Carlos Frederico. **Programas de preservação e revitalização do centro histórico de São Luís**. Disponível em: <[www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sem3/contributions/BURNETTco.htm](http://www.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sem3/contributions/BURNETTco.htm)>. Acesso em: 17 fev. 2009.

CANCLINI, Nestor G. **Definiciones em transición**. Buenos Aires: Clacso, 2001.

CASTELLS, Manuel. **Questão urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO-GOMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da invenção do outro. In: LANGER, Eduardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais - perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2004.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade. Editora UNESP, 2001.

COELHO NETO, José Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural**. São Paulo: Iluminuras, 1997.

CORREA, Alexandre Fernandes. **Patrimônios bio-culturais: um debate sobre novas estratégias preservacionistas**. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/icomos-brasil/files/Memorias/>> Acesso em: 22 set. 2004.

DECCA, Edgar Salvatori de. **O Direito à memória**. Patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria de Cultura, DPH, 1992.

ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1979.

\_\_\_\_\_. **Mozart: a Sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Educação patrimonial e cidadania: uma proposta alternativa para o ensino de história. **Revista Brasileira de História** 25/26: Memória, história e historiografia. São Paulo: marco Zero/ Anpuh, 2004.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, IPHAN, 1997.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios de antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 2001.

GUEDES, Kláutenys. **Políticas de preservação do centro histórico**. Recife: UFPE, 2001.

GRUNBERG, Evelina. **Educação patrimonial**: utilização dos bens culturais como recursos naturais. 2008. Disponível em: <[www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../educacao\\_patrimonial.pdf](http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/.../educacao_patrimonial.pdf)>. Acesso em: 13 dez. 2009.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric; TERENCE, Ranger (org.). **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane. **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUNTER, Kathleen. **Heritage Education in the Social Studies**. ERIC Digest. nov/1988. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/bytopic/misc/heritedu.html>>. Acesso em: 13 dez. 2009.

JEUDY, Henry Pierre. **Espelhos das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1990.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A Fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: Lithograf, 2002.

LOPES, Lucilândria C. Lindoso; LOPES, José Antonio Viana. **Plano de reabilitação urbana do bairro do diamante**: diagnóstico e diretrizes. São Luís: Fundação Municipal do Patrimônio Histórico – FUMPH, 2008.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974.

MENESES, Ulpiano T. B. de. **Os “usos culturais” da cultura**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. Considerações sobre a sociologia de Max Weber. **Caderno de Filosofia e Ciências Humanas** - Unicentro Newton Paiva, Belo Horizonte, ano VIII, n. 13, outubro de 1999.

NORA, Pierre. **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

NORONHA, Raquel. **No coração da Praia Grande**: representações sobre a noção de patrimônio na feira da Praia Grande. São Luís: UFMA. 2007.

NUNES, Karla Cristina Santos (Coord.). **Desterro**: um bairro além dos mapas. São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2004.

\_\_\_\_\_. **Desterro**: uma proposta de reabilitação. São Luís: QG Qualidade Gráfica e Editora, 2004.

OLIVEIRA, Pêrsio Santos de. **Introdução à Sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

O QUE É A “EDUCAÇÃO patrimonial”? Museu Imperial. Disponível em: <[http://www.museuimperial.gov.br/educacao\\_patrimonial/educpat.asp](http://www.museuimperial.gov.br/educacao_patrimonial/educpat.asp)>. Acesso em: 13 dez. 2009.

PANERAI, Philippe. **Análise urbana**. Brasília: UnB, 2006.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, 1989.

POULOT, Dominique. **Uma história do patrimônio no ocidente – séculos XVIII e XIX**. Do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RODRIGUES, José Carlos. **Ensaio em antropologia do poder**. São Paulo: Terra Nova, 1992.

RODRIGUES, Marly. **História e modernidade coexistem em calçadas de São Paulo**. 21/01/2002. Disponível em: <[www.folha.uol.com.br/folha/turismo](http://www.folha.uol.com.br/folha/turismo)>. Acesso em: 11 jan. 2004.

SOARES, Marcus Moreira Lima. **Direito à preservação do patrimônio cultural no centro histórico de São Luís**: experiências de reabilitação dos bairros Desterro e Diamante. São Luís: UFMA, 2009.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

## APÊNDICES

APÊNDICE A - Quadro resumo dos relatórios de monitoramento e avaliação dos projetos de trabalho social – janeiro/fevereiro/março – 2006  
 Coleção de relatórios cedidos pela FUMPH

## PROGRAMA DE REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS

### Programas de Educação Patrimonial

MESES	IDENTIFICAÇÃO			VALORES PREVISTOS				BENEFICIADOS DIRETOS	
	Proponente	Agente Executor do PTS	Responsável Técnico pelo PTS	Repasse/ Financiamento para a execução do PRD <sup>34</sup>	Contrapartida para a execução do PRD	Investimento total (repasse e contrapartida)	Custo Total para realização das atividades	Famílias	População
JAN	Prefeitura de São Luís	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico	Débora Antônia Castro Ribeiro	Não informado	Não informado	Não informado	2.867,00	400 Aprox.	1.096 aprox.
FEV	Prefeitura de São Luís	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico	Débora Antônia Castro Ribeiro	Não informado	Não informado	Não informado	\$ 2.867,00	400 Aprox.	1.096 aprox.
MAR	Prefeitura de São Luís	Fundação Municipal de Patrimônio Histórico	Débora Antônia Castro Ribeiro	Não informado	Não informado	Não informado	\$ 2.867,00	400 Aprox.	1.096 aprox.

<sup>34</sup> Plano de Reabilitação do Desterro.

APÊNDICE B - Questionários aplicados junto aos representantes dos Órgãos gestores dos projetos de Educação Patrimonial estudados

### **QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL n.01**

Entrevistado (a): Creudecy Costa da Silva

Historiadora e mestre em Ciências Sociais

Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Maranhão.

Site: <http://www.cefet-ma.br/>

Local: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Maranhão – Campus Centro Histórico – Rua Afonso Pena, 174, Centro.

Data: 19/08/2009 Horário: 18:50h

1. Como surgiu o projeto Viver o Desterro, e quem escolheu o bairro como beneficiário do projeto?
2. Qual o objetivo inicial do projeto? Quais os participantes? Foi alcançado este objetivo?
3. Quais os benefícios para a comunidade advindos da implantação do projeto Viver o Desterro? Como isso é medido e avaliado?
4. O projeto Teatro das Memórias é uma continuação do projeto Viver o Desterro ou se trata de um projeto independente? Caso sejam diferentes, quais as diferenças?
5. Qual o conceito de educação patrimonial que o projeto Viver o Desterro trabalha? É fundamentado pelo guia fornecido pelo IPHAN?
6. Você coordena outros projetos além do Viver o Desterro? Em que se diferenciam?
7. Como devemos chamar: projeto, programa ou ações de educação patrimonial?
8. Há uma disciplina de educação patrimonial sendo ministrada nas escolas? Como funciona e quem são os professores? Existe a possibilidade de ser transformada em disciplina e levada para outras escolas de São Luís?
9. O IPHAN do Maranhão segue a mesma política nacional? Encontra apoio de outras instituições?
10. Podemos falar em política de patrimônio cultural na cidade?
11. Como os projetos relativos à educação patrimonial são gestados e pensados? Existem convênios e/ou parcerias firmados com outras instituições públicas ou privadas?
12. Como são liberados os recursos e há alguma fiscalização?

13. Existe parceria ou vínculo com o programa Monumenta?
14. Existe alguma forma de parceria ou atuação conjunta com a FUMPH, o Conselho Gestor do Centro Histórico ou a Secretaria de Cultura? Se sim, como ajudam?
15. O município dá algum incentivo? Se sim, de que maneira?
16. Existem outros projetos em curso no Centro Histórico relativos à educação patrimonial? O recente projeto do Diamante, por exemplo, também trata de educação patrimonial?
17. Os projetos de educação patrimonial em Alcântara seguem a mesma linha dos projetos do Desterro, aqui em São Luís?
18. São realizados projetos de educação patrimonial apenas no centro histórico? Por que não em outros bairros?

### **QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL n.02**

Entrevistado: Cidvan Santos

Coordenador de Relações Sociais

Local: FUMPH – Fundação Municipal de Patrimônio Histórico – Rua do Sol, 660, Centro. CEP 65020-590. Fone: 3212-6230.

Data: 18/08/2009 Horário: 16:05h

- 1) Dentre os projetos de responsabilidade da FUMPH quais são classificados como de Educação Patrimonial?
- 2) Como esses projetos elaborados e gestados? Quem solicita? Existe alguma ata acerca das reuniões? Podemos ter acesso a nível de consulta para colocarmos como fonte e referencia de pesquisa?
- 3) Há alguma portaria e/ou documentos que estabelecem as competências do órgão? Há também algum convênio/parceria? Como esses convênios são celebrados?
- 4) De onde vêm os recursos da FUMPH e como são fiscalizados?
- 5) Os projetos fazem parte de alguma política cultural específica do município? Seguem alguma filosofia institucional?
- 6) Como a FUMPH avalia a necessidade de implementação desses projetos e como são analisados os resultados?
- 7) Diante da mudança de gestão na prefeitura (Tadeu Palácio/ João Castelo), ocorreu alguma alteração na estrutura da FUMPH?

### **QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL n.03**

Entrevistado(a): Margareth Gomes de Figueiredo – Superintendente do Patrimônio Cultural - SPC.

Local: Secretaria de Estado da Cultura (SECMA) – SPC (Superintendência do Patrimônio Cultural) – Rua da Estrela, 562, Praia Grande.

Data: 01/09/2009 Horário: 17:40.

Site: <http://www.cultura.ma.gov.br>

Obs: seria melhor usar nas perguntas Superintendência do Patrimônio Cultural (SPC) ou DPE (Departamento de Projetos Especiais), já que a entrevistada é Superintendente. Falei com o diretor do DPE (Departamento de Projetos Especiais), mas ele não sabia de algumas coisas, pois tinha retornado há 3 meses, depois um longo tempo fora, e acabou me passando para ela. Lá tem 2 salas: o DPE e o DPHAP, estruturas que compõem o SPC.

- .1) O DPHAP desenvolve ou acompanha projetos de educação patrimonial? Se sim, quais?
- 2) Caso o DPHAP desenvolva e/ou acompanhe projetos de educação patrimonial, como são elaborados e gestados? Quem solicita? Existe alguma ata acerca das reuniões? Podemos ter acesso a nível de consulta para colocarmos como fonte e referencia de pesquisa?
- 3) Os projetos fazem parte de alguma política cultural específica do Estado? Seguem alguma filosofia institucional?
- 4) Como o DPHAP avalia a necessidade de implementação desses projetos e como são analisados os resultados?
- 5) Há alguma portaria e/ou documentos que estabelecem as competências do órgão? Há também algum convênio/parceria? Como esses convênios são celebrados?
- 6) De onde vêm os recursos do DPHAP e como são fiscalizados?
- 7) Diante da mudança de gestão no governo (Jackson Lago/ Roseana Sarney), ocorreu alguma alteração na estrutura do DPHAP?
- 8) Existe alguma parceria do DPHAP com o IPHAN, a FUMPH, ou a prefeitura? Se sim, como funcionam as parcerias?
- 9) Há alguma política cultural definida pelo estado que contemple o patrimônio cultural?
- 10) Durante entrevistas realizadas na FUMPH e com a srta. Creudecy, coordenadora do projeto Viver o Desterro, foi levantada a possibilidade de criação de um ponto da Cultura, com o apoio do secretário de estado da cultura, Bucão. Existe mesmo essa possibilidade?

**QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL n.04**

Entrevistado: José Moraes Júnior - Arquiteto e Chefe do Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão.

Local: Secretaria de Estado da Cultura – Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico do Maranhão – o qual compõe junto com o DPE (Departamento de Projetos Especiais) a SPC (Superintendência do Patrimônio Cultural) – Rua da Estrela, 562, Praia Grande.

Data: 31/08/2009 Horário: 13:45h.

Site: <http://www.cultura.ma.gov.br>

- 1) O DPHAP desenvolve ou acompanha projetos de educação patrimonial? Se sim, quais?
- 2) Caso o DPHAP desenvolva e/ou acompanhe projetos de educação patrimonial, como são elaborados e gestados? Quem solicita? Existe alguma ata acerca das reuniões? Podemos ter acesso a nível de consulta para colocarmos como fonte e referencia de pesquisa?
- 3) Os projetos fazem parte de alguma política cultural específica do Estado? Seguem alguma filosofia institucional?
- 4) Como o DPHAP avalia a necessidade de implementação desses projetos e como são analisados os resultados?
- 5) Há alguma portaria e/ou documentos que estabelecem as competências do órgão? Há também algum convênio/parceria? Como esses convênios são celebrados?
- 6) De onde vêm os recursos do DPHAP e como são fiscalizados?
- 7) Diante da mudança de gestão no governo (Jackson Lago/ Roseana Sarney), ocorreu alguma alteração na estrutura do DPHAP?
- 8) Existe alguma parceria do DPHAP com o IPHAN, a Secretaria de Cultura, a FUMPH, ou a prefeitura? Se sim, como funcionam as parcerias?
- 9) Há alguma política cultural definida pelo estado que contemple o patrimônio cultural?

APÊNDICE C: Trechos das entrevistas realizadas com os participantes das oficinas de Educação Patrimonial realizadas no bairro do Desterro

**Entrevistas<sup>35</sup> realizadas em dois dias no bairro do Desterro com participantes das oficinas “Teatro das Memórias”<sup>36</sup> e “Reinventando o Desterro”<sup>37</sup>**

**P D M. V.** (informante A)

68 anos / militar aposentado

Participante da oficina “teatro das memórias” e “reinventando o desterro”

**Homem**

“nas oficinas nós fazemos vários artesanatos. Eu fiz na oficina (*reinventando desterro*) uma escultura de um cidadão que morava aqui há 30 anos chamado “beraba” que vendia picolé aqui, o grito que ele fazia pra vender dava de se ouvir até na igreja, então eu fiz uma caricatura baseado nele, já que na oficina a gente tinha que retratar lembranças que a gente tinha do desterro, e isso era feito através da pintura ou da escultura de coisas ou pessoas de antigamente e que faziam parte aqui do bairro, daí eu tive a idéia de fazer a escultura do “beraba”. Pra participar da oficina eu ia duas vezes na semana... Gostei muito de participar, pois fez com que se exercitasse a mente , já que tinha que lembrar de coisas guardadas na memória. Eu gostei de tudo, pois só tinha gente da minha idade ou até de 30 anos pra mais... Teve até uma senhora que participou da oficina e que faleceu recentemente. Nós passamos vários dias trabalhando... Quase mês. Assim na oficina foi ressaltado a questão de preservar e valorizar a memória do bairro repassando para a juventude...”

---

<sup>35</sup> Foram entrevistas ao todo 11 (onze) pessoas entre jovens, adultos e idosos moradores do bairro e que participaram das oficinas. A coleta dos depoimentos foi feita em dois dias no período da manhã e da tarde. Foi encontrado muito mais pessoas que participaram do “Teatro de Memórias” do que na oficina “Reinventando o Desterro”.

<sup>36</sup> Apesar da oficina “Reinventando o Desterro” ser direcionada aos jovens e consistir na retratação de alguns acervos arquitetônicos presentes no bairro através da construção de réplicas desses monumentos, muitos idosos também participaram da oficina.

<sup>37</sup> O mesmo aconteceu com a oficina “Teatro de Memórias” que tinha como público alvo os idosos e tinha objetivo de promover a participação do segmento da terceira idade no processo de valorização do patrimônio cultural, entretanto notou-se muito a participação de jovens na construção da oficina. Esta oficina então se dividiu em dois momentos, um com os idosos e adultos do bairro e outro com os jovens do bairro.

**A S D C** (Informante B)

79 anos/ aposentado e residente no desterro desde criança

Participante da oficina “teatro de memórias”

**Homem**

“na oficina a gente fazia desenho, foi o que mais eu fiz lá...o desenho era feito sobre as coisas do bairro, lugares e acontecimentos de antigamente. As reuniões eram realizadas três vezes na semana. Os professores colocavam a gente sempre pra desenhar. Eu gostei muito da oficina, pois foi puxar até mais da memória da gente. O tempo mudou, mas o bairro continua o mesmo.”

**M. L A** (informante C)

63 aos/ dona de casa e moradora do bairro há mais de 50 anos

Participante da oficina “teatro das memórias” e “reinventando o desterro”

**Mulher**

“os professores ministravam as aulas três vezes na semana no período da tarde... Lá sempre se fazia dinâmica antes de iniciar a aula... No “reinventando o desterro” tinha dias em que a coordenadora dava palestra pra gente. Nesta oficina eu trabalhei somente com pintura em azulejo, mas tinha outras atividades que eram realizadas pelos outros participantes... Eu tinha que retratar como via a arquitetura dos azulejos dos casarões do bairro e também mostrar como eu queria que fosse... Eu inventava um tipo de azulejo. Pra mim foi muito bom ter participado da oficina. Esse ano eu fiquei até meio assim porque não chamaram os idosos, que é o grupo que eu faço parte... Mas o que eu mais gostei lá foi de ter pintado nos azulejos... O curso durou mais ou menos dois meses... Eu sempre participei de vários projetos e esses dois também foram muito bom”

**C D M D D P** (informante D)

51 anos / dona de casa e nasceu no bairro

Participante da oficina “teatro das memórias” e “reinventando o desterro”

**Mulher**

“eu fiz várias oficinas, participei daquelas que pintam os azulejos (*teatro das memórias*) os que faziam porcelanas (*cerâmicas*), fiz o curso de tapeçaria, pintura em tecido. As atividades desenvolvidas nas duas oficinas eram realizadas duas vezes na semana durante à tarde. Eu aprendi muitas coisas nas oficinas...muita coisa do que eu sei hoje eu devo as oficinas. Quem coordenava as atividades era a

creudecy...achei as oficinas ótimas, maravilhosas, gostei muito também porque resgatei a prática da pintura...eu já havia pintado antes e aí tive a oportunidade de participar da oficina e voltar a pintar... Devido a minha participação nestes projetos eu tenho a vontade de ter meu próprio forno de porcelana para fazer também cerâmica, pois na oficina eu fiz panela, vaso tudo de cerâmica. E tudo de forma a retratar coisas aqui do desterro...a gente tem que valorizar o que é nosso...”

**M D L P A** (informante E)

65 anos / dona de casa e residente no bairro desde criança

Participante da oficina “teatro das memórias” e “reinventando o desterro”

**Mulher**

“participei destas atividades...a gente conversava na frente da igreja, tinha muita pintura em azulejo. As reuniões era feitas duas vezes na semana... A oficina foi muito boa, gostei de tudo, principalmente da atividade na argila (*realizada na oficina “reinventando o desterro”*) fiz várias coisas que retratavam coisas da minha memória, fiz uma boneca, um vaso, tudo de argila. No teatro de memórias eu pintava e desenhava bastante, enquanto que no reinventando o desterro eu tenteava fazer réplica e esculturas em cerâmica de coisas que caracterizam o nosso bairro.”

**A C C D S** (informante f)

11 anos / estudante, mora no bairro há 5 anos.

Participante da oficina teatro de memórias

**Mulher**

“na oficina estudávamos várias coisas sobre educação patrimonial, teatro e outras coisas. A gente se reunia duas vezes na semana. As coordenadoras nos falaram várias coisas que eu não sabia, por exemplo eu não sabia que aqui perto tinha uma gráfica e também não sabia da história da igreja do bairro. Pude aprender mais sobre o meu bairro e a valorizá-lo. Achei a oficina muito legal, porque eu conheci várias coisas daqui do bairro... A gente até fez uma maquete do desterro... O que eu mais gostei foi de produzir essa maquete, mas a gente também fez uma peça de teatro falando da história do bairro na nossa visão, o nome da peça era um “sonho no desterro”. Assim através dessas atividades aprendi mais sobre preservar o patrimônio que é de todos...”

**T M R** (informante G)  
13 anos / estudante  
Participante da oficina teatro de memórias  
**Mulher**

“eu aprendi da cultura do bairro nesta oficina, conheci mais da história do bairro e pintava tudo de que eu me lembrava e que era marcante no bairro pra mim...as professora levavam a gente pra tirar fotos pra conhecer mais os lugares que a gente ainda não tinha observado muito bem e saber porque existiam...eu gostei muito de ter participado da peça que a gente construiu e que se chamou “um sonho no desterro”. A participação na peça até me ajudou a perder a timidez.. Eu até apresento meus trabalhos da escola melhor... Tudo foi muito bom pra mim. A oficina me ensinou muitas coisas que eu não conhecia...”

**L. G. G. A.**( informante h)  
13 anos / estudante  
Participante da oficina teatro de memórias  
**Homem**

“a gente fazia vários desenhos e pinturas sobre os monumentos do bairro, isso era feito depois de a gente rodar o bairro todo observando os casarões e aí a gente tinha que colocar no papel o que a gente via. Eu gostei muito da oficina, principalmente da parte do teatro. A gente se reunia duas vezes na semana e aí fez no final esse teatro e uma maquete do bairro. Foi muito bacana”

**T R C D S** (informante i)  
13 anos / estudante  
Participante da oficina teatro de memórias  
**Mulher**

“a gente passeava pelo patrimônio do bairro, tirava muitas fotos ...a gente se reunia duas vezes na semana e aí as professoras do projeto nos levava pr conhecer mais do bairro e de sua história... O projeto foi muito bom, gostei muito do teatro que fizemos sobre o nosso bairro, foi importante assim pra a gente valorizar mais a nossa cultura e a história do Desterro que também é patrimônio”

**K T C S** (informante j)

11 anos / estudante

Participante da oficina teatro de memórias

“havia muitos passeios e quando se chegava desses passeios a gente tinha que dizer como foi e dizer o que a gente percebeu. Por isso que a gente tirava fotos e desenhava muito sobre as paisagens do bairro... As reuniões eram feitas duas vezes na semana... A coordenadora apresentou as professoras pra começar as atividades... O que eu mais gostei na oficina foi a peça e gostei muito quando a gente retribuía (*ajudava*) tudinho colaborando na organização das outras oficinas. No curso aprendi mais sobre o bairro, a olhar ele de outra forma”

**M B A** (informante k)

12 anos / estudante

Participante da oficina teatro de memórias

**Mulher**

“eu aprendo várias coisas sobre o bairro e aprendi mais através da peça de teatro feita na oficina. Valorizo mais o bairro.. O que eu mais gostei foi de tirar fotos do bairro e principalmente da peça, foi bem legal. Para participar tinha que ir duas vezes na semana à tarde. Eu também fiz alguns desenhos, gostei muito de participar e vou participar de novo...”

**E. R.** (informante l)

Arquiteta/ técnica da FUMPH

**Mulher**

“[...] seguimos as orientações do IPHAN mas a (nossa) educação patrimonial que a gente faz aqui é mais ampla, (ela) é parte do programa de reabilitação do Desterro, e inclusive a própria comunidade percebe isso e veio nos procurar pelo sucesso do Desterro, a comunidade do Diamante e já estamos em vias de implantar um trabalho nos mesmos moldes dentro do projeto de reabilitação do diamante [...].

Soares, Enne Moreira Lima

Educação patrimonial no centro histórico de São Luís / Enne Moreira Lima Soares. – São Luis, 2010.

123p.

Impresso por computador (fotocópias)

Orientador: José O. Alcântara Jr.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Maranhão, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2010.

1. Patrimônio cultural. 2. Educação patrimonial. 3. Política de patrimônio. I. Título

CDU 316: 719(812.1)

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)